

**OS LUGARES E AS PRÁTICAS DE PARTICIPAÇÃO DAS
CRIANÇAS E A AÇÃO DOS/AS ADULTOS/AS: PROJETO
DE INTERVENÇÃO NUMA CASA DE ACOLHIMENTO
RESIDENCIAL**

Nadja Diogo da Silva Vieira

Projeto de Intervenção apresentado à Escola Superior de Educação de Lisboa para
obtenção de grau de Mestre em Intervenção Precoce

**OS LUGARES E AS PRÁTICAS DE PARTICIPAÇÃO DAS
CRIANÇAS E A AÇÃO DOS/AS ADULTOS/AS: PROJETO
DE INTERVENÇÃO NUMA CASA DE ACOLHIMENTO
RESIDENCIAL**

Nadja Diogo da Silva Vieira

Projeto de Intervenção apresentado à Escola Superior de Educação de Lisboa para
obtenção de grau de Mestre em Intervenção Precoce

Orientadora: Prof. Doutora Catarina Tomás

2017

Dedico este texto a quem sempre acreditou em mim e me apoiou quando mais uma ideia ou projeto apareciam. A quem sempre confiou nas minhas capacidades. A quem com todo o seu carinho me fez crescer e ser melhor. Ofereço-vos um texto que um dia a mim me foi dedicado por uma pessoa de coração enorme.

Precisa-se de pessoas que tenham os pés...

Precisa-se

De pessoas que tenham os pés na terra e a cabeça nas estrelas.

Capazes de sonhar, sem medo dos sonhos.

Tão idealistas que transformem seus sonhos em metas.

Pessoas tão práticas que sejam capazes de transformar suas metas em realidade.

Pessoas determinadas que nunca abram mão de construir seus destinos e arquitetar suas vidas.

Que não temam mudanças e saibam tirar proveito delas.

Que tornem seu trabalho objeto de prazer e uma porção substancial de realização pessoal.

Que percebam, na visão e na missão de suas vidas profissionais, de suas dedicações humanistas em prol da humanidade, um forte impulso para sua própria motivação.

Pessoas com dignidade, que se conduzam com coerência em seus discursos, seus atos, suas crenças e seus valores.

Precisa-se de pessoas que questionem, não pela simples contestação, mas pela necessidade íntima de só aplicar as melhores idéias.

Pessoas que mostrem sua face de parceiros legais. Sem se mostrarem superiores nem inferiores. Mas... iguais.

Precisa-se de pessoas ávidas por aprender e que se orgulhem de absorver o novo.

Pessoas de coragem para abrir caminhos, enfrentar desafios, criar soluções, correr riscos calculados. Sem medo de errar.

Precisa-se de pessoas que construam suas equipes e se integrem nelas.

Que não tomem para si o poder, mas saibam compartilhá-lo.

Pessoas que não se empolguem com seu próprio brilho. Mas com o brilho do resultado alcançado em conjunto.

Precisa-se de pessoas que enxerguem as árvores. Mas também prestem atenção na magia das florestas.

Que tenham percepção do todo e da parte.

Seres humanos justos, que inspirem confiança e demonstrem confiança nos parceiros.

Estimulando-os, energizando-os, sem receio que lhe façam sombra, mas sim se orgulhando deles.

Precisa-se de pessoas que criem em torno de si um ambiente de entusiasmo

De liberdade, de responsabilidade, de determinação,

De respeito e de amizade.

Precisa-se de seres racionais. Tão racionais que compreendam que sua realização pessoal está atrelada à vazão de suas emoções.

É na emoção que encontramos a razão de viver.

Precisa-se de gente que saiba administrar COISAS e liderar PESSOAS.

Precisa-se urgentemente de um novo ser.

Isaac Liberman

AGRADECIMENTOS

Ao longo desta caminhada apercebi-me de que não caminhamos sozinhos/as e de que nos (re)construímos diariamente através daqueles/as que nos rodeiam. Este projeto teve um percurso longo, que irá continuar o seu caminho.

Desta forma, tenho a agradecer em primeira instância à minha orientadora académica, Prof. Doutora Catarina Tomás, por todos os ensinamentos que me transmitiu, pela partilha de conhecimentos e acima de tudo pelo apoio, compreensão, motivação e confiança. A esses gestos, agradeço com carinho, pois irão acompanhar-me no meu percurso futuro.

Devo o meu agradecimento também aos/às professores/as e coordenadora do Mestrado em Intervenção Precoce, Prof. Doutora Marina Fuertes, por me terem dado a oportunidade de conhecer uma área tão interessante e me terem ajudado a crescer e a conhecer novos prismas sobre a vida e as pessoas.

Obrigada, colegas de turma pelas partilhas, em especial ao meu grupo de trabalho, Jéssica e Joana, por juntas superarmos momentos de angústia, desabafo e incerteza, mas também momentos de conquistas e de alívio.

Agradeço aos “meninos e meninas” da “minha” casa de acolhimento, que tanto me têm ensinado e conquistado. Por tantas horas e dias de “luta” por um sorriso e por dias melhores, pelas lágrimas e abraços e pelo carinho. Certamente estarão sempre no meu coração e será por crianças e jovens como vocês que continuarei a lutar e a enfrentar marés. Valerá a pena... em cada dia...ou um dia. Que consigam ser felizes, por favor!

Devo também um obrigada aos colegas da equipa educativa (especialmente às três P, T, D), por tantas emoções, trabalho e crescimento que partilhamos, pelas tardes de correria, pelas noites de reflexão, pelos dias de calma e pelos momentos de desassossego. Convosco muito já aprendi. Agradeço ainda à equipa técnica por confiar no meu trabalho e comigo partilhar conhecimentos e por tão bem me receberem desde o primeiro dia em que pisei a casa, insegura do que poderia vos trazer. Obrigada pelo trabalho diário na conquista de uma vida mais feliz para as crianças. Devo também o meu agradecimento à coordenadora da equipa educativa, a pessoa que foi a ponte de passagem para esta caminhada. Obrigada pelos momentos de força, por me ouvires, por me ensinares, por acreditares em mim e me incentivares.

E estou grata à diretora técnica da casa, pelo enorme carinho e abraços gigantes, pela ponderação e delicadeza, pelas gargalhadas, e pela contenção, por confiar que eu sou capaz e por me levantar a cabeça. Por ser quem é, de um coração gigante e uma força inabalável. E agradeço a todos aqueles com quem diariamente me cruzei na Casa e que contribuem para que seja um espaço melhor.

A vocês, eternos amigos que muito me suportaram, que muito vivemos juntos e muito nos divertimos. Que muitas etapas e lutas conquistámos juntos. Que muita dor e risos partilhámos. Que muitas horas de tudo e de nada. Que por mais distância que a vida vá interpondo no nosso caminho, estarão sempre nos meus pensamentos e nas minhas vivências. A vocês, obrigada por tudo, Su, Larita, Sofi, Sílvia, Ritita, Ritinha, Anaïs, Anselmo, Bruno, Joana e Nuno. E aos que pela minha vida foram passando.

Devo ainda o meu carinho aos meus irmãos, a minha razão de cada dia querer ser mais forte e melhor. A razão de eu crescer cada dia. É por vocês. Obrigada Luna, por nunca perderes o teu sentido de humor. Obrigada Tuca, pela tua ponderação e resistência. Obrigada, Tim, por aguentares, pela simplicidade e companhia. Obrigada Did por seres tão forte, que aguentes fronteiras, e por não deixares de ser tu mesmo. E por fim, não um obrigada, mas uma enorme gratidão, Tana, por aguentares comigo este barco tão balançado e inconstante, por não desistires, por seres um porto seguro e por não me deixares cair, por querereres tudo e o melhor para nós, por seres quem tu és. E claro, também mano, obrigada Diogo pela tua presença nas nossas vidas, por te adaptares e não perderes a criança que há em ti, por saberes estar e ser, por cuidares da Tana e por seres um reforço para mim.

A ti, pelas lembranças de que um dia fomos felizes juntas. Aos restantes, pelas memórias de crescimento e saudade.

A ti Mochi, um obrigada por muitas alegrias nos teres trazido e desculpa por não ter sido o melhor para ti.

E por fim, agradeço com amor, a ti, amor, por tantos anos de tudo. Por estares, por me ouvires, por me suportares, por me querereres. Por todo o amor e carinho, por todos os momentos felizes e de brincadeira. Pelas horas e horas de desabafos, lágrimas e partilha de inseguranças. Por me fazeres dizer “eu sou boa profissional”. Por não me deixares cair. Por nunca desistires de mim e estares sempre ao meu lado. Por construirmos um futuro juntos. A ti, devo muito, para sempre, juntos.

RESUMO

No âmbito do Mestrado em Intervenção Precoce, o presente projeto de intervenção visa descrever e analisar a implementação de um projeto de intervenção numa casa de acolhimento residencial no distrito de Lisboa tendo em vista a promoção das participações das crianças na organização, gestão e dinamização da Casa.

Pautado nos pressupostos teóricos da Sociologia da Infância, da Sociologia da Intervenção e da Intervenção Precoce, desenvolveu-se o projeto de intervenção de setembro 2016 a outubro de 2017, com 23 crianças (entre os 6 e os 19 anos) e 12 adultos/as (entre os 25 e os 63 anos) - educadores/a, técnicos/as e directora -, de forma a (re)pensar processos e dinâmicas de intervenção com vista a promover espaços-tempos e processos e práticas promotores da participação das crianças.

Do ponto de vista metodológico, implementou-se um projeto participado, no sentido de promover alterações e reconfigurações do processo de acolhimento e do quotidiano das crianças que habitam aquele espaço. Os resultados da intervenção apontam para algumas mudanças de comportamentos, para a consciencialização da necessidade de formação contínua dos/das adultos/as, com especial enfoque nos direitos da criança, para a alteração de processos e procedimentos e, ainda, para a necessidade de desenvolvimento de práticas de autonomização. Se o papel de participação das crianças assumiu um lugar de destaque no projeto, no caso das famílias, muitas limitações se fizeram sentir no sentido de também com elas trabalhar. Outro dos aspectos a destacar prende-se com o papel e a ação que a Intervenção Precoce pode assumir nestes espaços ao constituir-se como um reforço e um estímulo para o trabalho realizado em acolhimento residencial e dessa forma trazer benefícios no quotidiano e para o bem-estar dos/as habitantes deste contexto, a partir do pressuposto de que a sua participação ativa se torna fundamental nesse processo.

Palavras-chave: Projeto de Intervenção, Participação, Acolhimento Residencial, Intervenção Precoce

ABSTRACT

In the scope of the Master's Degree in Early Intervention, this intervention project aims to describe and analyse the implementation of an intervention project in a residential shelter in the district of Lisbon with a view to promoting children's participation in the organization, management and dynamics.

Based on the theoretical assumptions of Sociology of Childhood, Sociology of Intervention and Early Intervention, the intervention project was developed from September 2016 to October 2017, with 23 children (between 6 and 19 years) and 12 adults (between 25 and 63 years) - educators, technicians and director - in order to (re)think processes and intervention dynamics with a view to promoting space-times and processes and practices that promote children's participation.

From the methodological point of view, a participatory project was implemented, in the sense that it promoted changes and reconfigurations of the reception process and the daily life of the children that inhabit that space. The results of the intervention point to some behavioural changes, in order to raise the awareness of the need for continuous training of adults, with a special focus on children's rights, to change processes and procedures, and also to the need for development of children's autonomisation. If the role of children's participation took centre stage in the project, in the case of families, many limitations were felt in order to work with them too. Another aspect to be highlighted is the role and action that Early Intervention can assume in these spaces, as it constitutes a reinforcement and a stimulus for the work carried out in residential care and in this way bring benefits to the daily intervention and to the well-being of the inhabitants of this context, based on the assumption that their active participation becomes fundamental in this process.

Key Words: Intervention Projects, Participation, Residential Foster Care, Early Intervention

ÍNDICE GERAL

Introdução	1
Capítulo I	
A complexidade do acolhimento residencial em Portugal	4
1.1. Infância, Sociedade e Risco(s): políticas públicas em Portugal.....	4
1.2. Acolhimento de crianças e jovens: retrato atual.....	8
1.2.1 A moldura jurídica do acolhimento residencial.....	18
1.2.1.1. A Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo: <i>um olhar adentro</i>	22
1.2.2. A Casa de Acolhimento enquanto resposta social.....	24
Capítulo II	
O Acolhimento Residencial e a intervenção que nele se faz. O caso específico da IP	28
2.1. O papel da intervenção precoce em acolhimento residencial: ampliar a rede.....	30
2.2. A relação entre equipas das casas de acolhimento e as equipas de intervenção precoce: a necessidade de um trabalho articulado.....	31
2.3. Nos trilhos das famílias	32
Capítulo III	
A participação das crianças em Casas de Acolhimento: Como? Quando? Para quê?	35
3.1. A participação das crianças: <i>da voz à ação</i>	35
Capítulo IV	
Metodologia – Um projeto de intervenção que também se fez com as crianças	42
4.1. O contexto da intervenção: aquela casa, aquelas crianças e aquelas equipas	42
4.2. Das inquietações, às questões de partida até à intervenção concretizada	45
4.3. As opções metodológicas e o roteiro ético	46
4.3.1. As ações desenvolvidas: <i>nos caminhos da intervenção</i>	47
4.3.2. As entrevistas	52
4.3.3. Adentrando casa de acolhimento – as questões éticas vividas	53
4.4. A avaliação de um projeto de intervenção	57
Capítulo V	
Participações das crianças na Casa de Acolhimento	59
5.1. A relação com a Casa	60
5.2. O processo de acolhimento	63
5.3. A relação com as famílias	65

5.4. Os percursos educativos	67
5.5. Os projetos de vida	69
Capítulo VI	
Os discursos e as ações dos/as adultos/as da Casa	72
6.1. Perspetiva adulta da Casa (direção, equipa técnica e equipa educativa)	72
6.1.1. O processo de acolhimento.....	79
6.1.2. A relação com as famílias	83
6.1.3. Os percursos educativos	85
6.1.4. Os projetos de vida	87
Capítulo VII	
O concretizado e o que fica por concretizar: a participação é um processo demorado	89
7.1. As conquistas: algumas por inteiro, outras pela metade	93
7.2. Os constrangimentos e os limites da intervenção.....	100
Considerações finais	103
Referências	108
Anexos	116

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1. Relação de idades em acolhimento	10
Figura 2. Representações sociais das crianças acerca do seu estatuto de direitos	38
Figura 3. Fontes de diagnóstico	48

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1. Caraterísticas particulares identificadas em crianças e jovens acolhidos/as	11
Tabela 2. Número de crianças e jovens por resposta de acolhimento em 2015	15
Tabela 3. Mudanças e persistências no acolhimento num período de 5 anos, entre 2011 e 2015	16
Tabela 4. Objetivos do projeto de intervenção	45
Tabela 5. Classificação do projeto de intervenção	50
Tabela 6. Fases do projeto de intervenção.....	55
Tabela 7. Roteiro Ético do Projeto de Intervenção.....	57
Tabela 8. Processo de avaliação e respetiva execução.....	
Tabela 9. Registo de trabalho de campo quanto Às áreas e subáreas de intervenção.....	92

LISTA DE ABREVIATURAS

CDC	Convenção dos Direitos da Criança
CA	Casa de Acolhimento
CAFAP	Centros de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental
CARE	Casas de Acolhimento Residencial Especializado
CASA	Relatório de Caracterização Anual da Situação de Acolhimento das Crianças e Jovens
CEF	Cursos de Educação e Formação
CEFA	Cursos de Educação e Formação de Adultos
CNPCJR	Comissão Nacional de Proteção de Crianças e Jovens em Risco
CNPDP CJ	Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens
CPCJ	Comissões de Proteção de Crianças e Jovens
DOM	Desafios, Oportunidades e Mudanças
DUDH	Declaração Universal dos Direitos do Homem
ECJ	Equipas de Crianças e Jovens
ECMIJ	Entidades com Competência em Matéria de Infância e Juventude
EMAT	Equipas Multidisciplinares de Apoio aos Tribunais
I	Investigadora
IAC	Instituto de Apoio à Criança
IP	Intervenção Precoce
ISS	Instituto da Segurança Social
LIJ	Lares de Infância e Juventude
LPCJP	Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo
ONU	Organização das Nações Unidas
PPP	Processos de Promoção e Proteção
PSEI	Plano Socioeducativo Individual
SNIPI	Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância
UDH	Unidos pelos Direitos Humanos
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância

INTRODUÇÃO

Um lugar vida é um lugar onde podemos crescer em segurança e onde podemos partir com entusiasmo e tranquilidade. Estes lugares constroem-se como que um *Eu-casa interior*, que nos acompanhará para onde quer que vamos (Mendes & Santos, 2014, p.ix)

O projeto de intervenção que aqui se apresenta foi realizado com 23 crianças (entre os 6 e os 19 anos) e 12 adultos/as (entre os 25 e o 63 anos) - educadores/a, técnicos/as e directora - de uma Casa de Acolhimento localizada no distrito de Lisboa. O principal objetivo do projeto foi diagnosticar algumas das fragilidades do trabalho desenvolvido para de seguida, com as crianças, atuar no sentido de compreender e alterar os modos de promover uma maior participação das mesmas na organização, gestão e dinamização do trabalho de intervenção desenvolvido sobre/para/com eles.

Uma das justificativas que me levaram a desenvolver o projeto acerca do tema assinalado decorre de interesses pessoais e profissionais. Se por um lado, a exploração da área da Intervenção Precoce (IP) me trouxe conhecimentos e curiosidade no seu encontro com a área do acolhimento, por outro lado, decorre de uma necessidade que senti enquanto membro de equipa educativa da Casa, de um reforço externo às equipas para que tal se pudesse transformar numa força interna das mesmas e, por conseguinte, pudesse promover algumas mudanças conducentes à melhoria da qualidade de vidas das crianças e jovens, bem como das suas famílias. E, ainda, porque considero interessante e essencial realizar investigação no âmbito do acolhimento residencial e da intervenção precoce. Como tal acreditei que este projeto poderia contribuir com mais um estudo para o crescimento destas áreas e para que dessa forma a intervenção na prática diária se possa efetivar de uma forma mais adequada às necessidades de quem faz parte do universo do acolhimento residencial e potenciar, alargando horizontes, o trabalho da intervenção precoce. As crianças, os/as jovens, as famílias, os/as profissionais, as comunidades, os contextos, o sistema de proteção português e a intervenção que com eles se faz, cruzam-se para dar corpo ao projeto de intervenção que aqui se apresenta e analisa. É um mundo, são mundos, que foram (e continuam a ser) um desafio quando se pensa a partir da lente dos direitos das crianças. São imensos os desafios para quem trabalha na área do acolhimento de crianças e jovens, como constato diariamente. Há necessidades reais,

atuais e urgentes que constituem o presente e marcam o futuro, tanto das crianças e jovens, como das suas famílias e dos/as adultos/as que com elas trabalham e vivem.

Olhar para as crianças e jovens em acolhimento residencial implica, por um lado caracterizar a complexidade do fenómeno, amplamente estudado por vários campos do saber e por outro, compreender que a intervenção neste contexto implica considerar processos “de baixo-para-cima”, i.e., o que implica pensar a mesma intervenção com os sujeitos – crianças, famílias e comunidades – como parte integrante e importante do sistema de proteção, muitas vezes considerados como beneficiários, objetos ou parte do problema (cf. Wessells, 2015). Nos debates contemporâneos sobre intervenção argumenta-se a necessidade de repensar processos e práticas que considerem a audição e a participação das crianças e jovens e das famílias. Desta forma, no diálogo entre a Sociologia da Infância, a Sociologia da Intervenção e da Intervenção Precoce em contextos que acolhem crianças em risco/perigo, desenvolveu-se o projeto de intervenção. O grande objetivo foi o de fazer um diagnóstico das principais fragilidades da ação em contexto, feita com as crianças e as equipas, e promover alterações em quatro dimensões: no processo de acolhimento, na relação com as famílias, nos percursos educativos e nos projetos de vida. Não nos podemos esquecer, de referir o contributo da IP no projeto, considerando que é uma ferramenta em ascensão que anseia por colocar os seus ingredientes numa área a carecer de apoios, de evolução, de atenção e dos mais diversos recursos (Robertis, 2011).

Considerou-se pertinente numa primeira fase de estruturação do projeto proceder à elaboração de um enquadramento teórico sobre a situação do acolhimento em Portugal, das variáveis que a compõem, dos factos, circunstâncias, das estatísticas e das questões e reflexões a ela inerentes. Levantam-se os quês, comos e porquês. Elevam-se ainda num capítulo inicial as questões inerentes à infância em risco, às políticas adotadas em Portugal e sua evolução, e à lei que protege as crianças que de alguma forma se encontram em risco ou perigo. De seguida apresenta-se a Casa e os sujeitos, as crianças, as equipas internas e externas.

Ao pensar e desenvolver o projeto, várias interrogações se configuraram como inquietadoras, a primeira era não parecer lógica uma intervenção num espaço onde as crianças são os principais atores em que estas não participem. Mas a realidade é que em muitos contextos esta parece ser “a ordem natural das coisas”. Reflete-se então

acerca da necessidade de promover a participação nos espaços de acolhimento residencial.

Numa segunda fase desconstrói-se um projeto em construção, que necessita de ver analisada a sua história, evolução e de apresentar as suas variáveis, que vão desde o seu contexto que engloba o espaço físico e humano. Um contexto que necessitou de ser compreendido, implicando recolha de informação para a ação. Segue-se o mapeamento do processo de recolha de informação e sua análise e posterior conceção e análise dos resultados que dele desabrocharam. Importa por fim refletir sobre todo o processo, colocando o fim às páginas deste projeto mas não aos seus efeitos e continuidade.

INFORMAÇÃO

O conteúdo deste projeto de intervenção reflete as perspetivas, o trabalho e as interpretações da autora.

Declara-se, ainda, que os anexos do Projeto foram apresentados em provas públicas mas por questões éticas, negociadas com a Casa de Acolhimento, equipas e crianças, eles não serão divulgados no Repositório do Instituto Politécnico de Lisboa, salvaguardando o anonimato de todos/as os/as envolvidos/as.

CAPÍTULO I

A COMPLEXIDADE DO ACOLHIMENTO RESIDENCIAL EM PORTUGAL

A investigação nesta área é um meio importante para conhecer, reflectir e melhorar as práticas e as políticas acerca do acolhimento institucional. Estamos conscientes de que com este trabalho ficam mais inquietações, dúvidas e interrogações do que respostas concretas. No entanto, consideramos que a própria natureza do trabalho, as percepções e apreciações que os sujeitos aceitaram “partilhar” neste estudo sobre a sua experiência institucional e sobre as suas condições actuais de vida possam constituir pistas para novos trabalhos sobre este tema (Santos, 2010, p.185).

O presente capítulo tem como finalidade o estudo e análise da situação atual portuguesa no campo do acolhimento residencial. Apresenta-se um breve mapeamento das respostas de proteção de crianças e jovens em Portugal, bem como dados estatísticos atuais nesse campo.

O paradigma da complexidade (Geyer & Rihani, 2010) convocado neste projeto de intervenção é particularmente útil para analisar fenómenos que pela sua multicausalidade e complexidade não podem ser explicados “de forma reducionista, linear, hierárquica e mecânica, chamaram-se de complexos, cabendo aqui os fenómenos naturais, mas igualmente sociais” (Grilo, 2013b, p.8) como é o caso do acolhimento para crianças e jovens em risco/em perigo. Para Grilo, “não é possível responder eficazmente a um sistema complexo (...) adotando uma abordagem linear, baseada em pressupostos de causa-efeito (“Se fizermos isto, acontece isto”), uma vez que lidar com sistemas complexos, é lidar com a imprevisibilidade e a não linearidade, dois conceitos centrais na teoria da complexidade”¹ (*idem*).

É a partir deste quadro de referência teórica, com diferentes perspetivas no seu interior, “uma forma de compreender como é que as coisas são, como funcionam e como podem ser postas a funcionar” (Byrne, 2001, p.8) que se desenvolveu o projeto de intervenção com as crianças e os/as adultos/as que habitam a Casa.

1.1. Infância, Sociedade e Risco(s): políticas públicas em Portugal

¹ Para uma melhor compreensão da teoria da complexidade cf. Geyer e Rihani (2010) e Grilo (2013a).

O papel da criança tem vindo a ganhar cada vez mais significância nas sociedades contemporâneas, ainda que de forma desigual. Em Portugal, foi também com a ratificação em 1990 da Convenção dos Direitos da Criança (CDC), que os temas ligados à infância e juventude e aos seus direitos começaram a proliferar e a ter lugar em debates e pesquisas (Fernandes, 2009; Tomás, 2011; Fernandes & Tomás, 2016), nomeadamente no campo do acolhimento, tema central do projeto. Existe um conjunto de medidas legislativas e de respostas que entram em ação quando se verificam casos de crianças em risco, respeitando os princípios orientadores da CDC, que assume que “os Estados Partes tomam todas as medidas legislativas, administrativas, sociais e educativas adequadas à protecção da criança”(art. 19º da CDC, , Fundo das Nações Unidas para a Infância [UNICEF], s.d.). Nesta matéria, o sistema português é misto, visto ser concomitantemente judicial e administrativo (Carreira, 2012). Quando se fala em crianças e jovens em risco é inevitável evocar a Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo, Lei n.º 147/99, de 01 de Setembro [Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo (LPCJP)] onde é possível verem-se consagradas respostas de protecção, através do acolhimento familiar ou institucional (Carvalho, 2013). Contudo há mais recursos que a Lei prevê. Em Portugal, qual a atuação para estes casos? No sentido da promoção de direitos e da protecção de crianças e jovens existe um conjunto de entidades públicas e privadas com responsabilidade em matéria de criança e juventude a quem se poderá recorrer em caso de risco ou perigo. Não obstante, a realidade pauta-se, entre outros fatores, por uma débil rede social, por uma desarticulação entre serviços, por processos morosos do ponto de vista jurídico e pela pouca participação das crianças. Apesar de alguns passos dados nesse sentido. Nos Tribunais notam-se ainda questões a melhorar: nos casos de processos tutelares, é importante que se garanta a possibilidade de a criança ser ouvida, de existirem sessões conjuntas e da família e criança ou jovem terem a possibilidade de requerer acesso a provas, com direito a um advogado como representante. Acresce, também, a “inflexibilidade dos rígidos esquemas jurídicos substantivos e processuais, tão ao gosto do positivismo exacerbado, é, de todo, desaconselhável e inadequado à jurisdição de menores” (Rodrigues, 1998, p. 161).

Nas modalidades de intervenção para a protecção e promoção de direitos das crianças e dos jovens (art.º 6º da Lei nº 142/2015, de 8 de setembro) surgem respostas específicas dentro do Sistema de Protecção Português, que promove uma relação viva entre o Estado e a comunidade no sentido de um maior envolvimento

social (Pedroso, Casaleiro & Branco, 2011; Comissão Nacional de Proteção do Direitos e Proteção das Crianças e Jovens [CNPDPJC], 2017). Neste âmbito desabrocha o papel das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ), designadamente entidades autónomas, que trabalham em consonância com a Lei e que têm como principal objetivo a promoção dos direitos das crianças e jovens que vejam a sua saúde, segurança, educação ou desenvolvimento global colocados em causa (art.º 12 da Lei nº 142/2015, de 8 de setembro).

A par das CPCJ e do Tribunal, que deve ser o último recurso quando todos os outros se esgotam ou a gravidade da situação assim o exija, podem ainda observar-se atualmente várias entidades de apoio à proteção e desenvolvimento da criança. Entre elas, poderão destacar-se as Equipas de Crianças e Jovens (ECJ), que trabalham em esforços unidos com os Tribunais, bem como as Equipas Multidisciplinares de Apoio aos Tribunais (EMAT), que fazem parte da Segurança Social. Estas equipas realizam apoio técnico nas decisões Judiciais, quer na execução, quer na revisão de medidas (Comissão Nacional de Proteção de Crianças e Jovens em Risco [CNPCJR], 2011). Refere-se ainda o Instituto de Apoio à Criança (IAC), que preconiza, desde 1983, um trabalho de defesa e promoção dos direitos da criança, da mesma forma que tem sido um impulsionador para quem desenvolva trabalhos na proposta e aquisição de novas ferramentas de combate aos problemas da infância (IAC, s.d.). Em complemento observam-se instituições como a CNPDPCJ, que tem como missão orgânica a promoção e defesa dos direitos da criança. Desta forma, enfatiza um trabalho estratégico que passa por participar na constituição e complementação de políticas públicas inerentes à promoção e proteção dos direitos das crianças e jovens, tal como estratégias de prevenção neste âmbito, com evoluções ao nível organizacional, estrutural e processual, promovendo os direitos das crianças e jovens em perigo junto das CPCJ e das Entidades com Competência em Matéria de Infância e Juventude (ECMIJ) (CNPDPJC, s.d.).

Sabe-se então que, na presença de uma situação jurídica de acolhimento regularizada constata-se a existência de: Processos de Promoção e Proteção (PPP) na CPCJ ou Tribunal, com medidas de acolhimento familiar ou residencial; PPP em Tribunal com confiança em família de acolhimento ou a instituição para futura adoção; Processos Tutelares Cíveis em Tribunal (PTC), com casos de tutela, regulação de exercício das Responsabilidades Parentais e com confiança a Instituição para futura

adoção; Processos Tutelar Educativos (PTE), com medidas cautelares de guarda em Instituição ou medidas tutelares educativas de caráter não institucional

Que paradigmas estão subjacentes às respostas referidas? Uma análise problematizadora pode ajudar-nos a responder a esta questão. Focando a situação dos PPP, do total de casos acompanhados em 2015, 8323 de processos foram reabertos [Instituto Nacional da Segurança Social (ISS), 2016]. Só no primeiro semestre de 2016, as CPCJ detiveram 56762 processos de promoção e proteção. Desses, 17843 surgiram nesse período, 4601 reabertos e os restantes já eram acompanhados anteriormente (CNPDP CJ, s.d.). Os valores de casos reabertos parecem alarmantes e colocam dúvidas pertinentes: O que acontece para que haja um número tão elevado de casos que regressam às CPCJ? Esta situação pode ter origem em “riscos não eliminados numa primeira intervenção, e por isso mais tarde despoletam em perigo, ou pelo surgimento de novos fatores e /ou circunstâncias que levaram aquela família a não conseguir manter a criança longe de perigo” (Carreira, 2012, p.45). Estaremos perante falta de apoios de continuidade após o arquivamento dos processos? Deverá o acompanhamento anterior ser mais prolongado e efetivo? E por que as famílias se voltam a desorganizar e desestruturar? São estes e tantos outros dilemas que colocam em interrogação o que estará em falta e o que podem os/as profissionais fazer para prevenir que casos destes aconteçam e se reproduzam e para promover lógicas e processos sustentáveis do trabalho realizado com as famílias. Será que há profissionais suficientes nas CPCJ? Será que há muitos processos por cada profissional, o que limita o desempenho de um melhor acompanhamento para cada caso? Em 2015 a CPCJ contou com 308 instalações para um total de 5283 membros a colaborar. Neste mesmo ano já se havia verificado um aumento do número de processos em comparação com o ano transato, que contou com menos 336 processos. Já em 2014 houve um aumento, contudo inferior ao de 2015 (CNPDP CJ, 2016). Mais uma questão se coloca: a que se deverá este aumento de processos ano após ano?

A par dos dados que possam ser preocupantes e da fonte de processos que cada vez mais possa surgir, parece fundamental assumir na análise destes dados um olhar que considere a complexidade do risco na infância e as políticas públicas (cf. Sarmiento, Fernandes & Tomás, 2007; Fernandes & Tomás, 2016). Repensar o acolhimento residencial, a partir da centralidade dos direitos da criança, exige medidas

específicas, que se inserem no âmbito mais alargado das estruturas sociais e do combate às exclusões que atravessam este grupo social.

1.2. Acolhimento de crianças e jovens: retrato atual

O acolhimento de crianças e jovens tende a ser considerado pela opinião pública, como algo profundamente negativo e homogeneizante, sendo desvalorizado, por exemplo, o caráter diferenciado em cada instituição, sem atenção para as suas histórias e culturas, que desencadeiam por sua vez um contexto de vida diferenciado e, por sua vez, experiências diversas. Mais, parece vigorar uma ideia romantizada da família apesar de há muito ter sido contestada pela sociologia da família. Como defendem Almeida, André e Almeida, (1999) sabe-se “que a criança pode ser maltratada em diferentes instituições e lugares, públicos ou privados; mas é dentro de casa, em cenário familiar, que os maus tratos são mais frequentes e perigosos” (p. 93).

A dicotomia família versus institucionalização das crianças parece, assim, não ajudar à discussão dos direitos da criança. Urge, assim, procurar ultrapassar essa leitura convencional e mais dominante. Como defende Guerra, “estamos perante a necessidade de substituir o pensamento dicotómico pela análise dos processos” (2002, p.48).

Ao abordarmos a questão do acolhimento, de que números (que são vidas) estamos a comentar? Segundo o Relatório de Caracterização Anual da Situação de Acolhimento das Crianças e Jovens – CASA 2015² (ISS, 2016) verificaram-se nesse ano 8600 crianças e jovens em situação de acolhimento. Ao longo de 2015, 2612 crianças e jovens deixaram a condição de acolhimento. Por outro lado 2202 iniciaram a mesma situação. O número de crianças a iniciar o processo de acolhimento não difere muito em dígitos do número de crianças que deixam o acolhimento. O objetivo não deveria ser existirem cada vez menos crianças no sistema e não “por cada saída, uma vaga preenchida”? Apenas 456 casos dos que iniciaram a situação de acolhimento cassaram-na no mesmo ano. Os dados parecem revelar que poucos são os casos que ao iniciarem o processo de acolhimento o terminam no mesmo ano. Estamos então perante uma situação de minoria para as medidas que não sejam

² Os dados apresentados do ISS (2016) são referentes ao CASA 2015, dado à data de concretização do estudo ser esta a informação mais recente em vigor, embora se saiba que recentemente surgiu o CASA 2016 (ISS, 2017), tendo sido referido em pontos casuais na parte final projeto de intervenção.

prorrogadas para além dos 6 meses ou 1 ano. A que se deverá esta maioria de acolhimentos mais prolongados? Haverá um acompanhamento regular dos novos casos que chegam às casas de acolhimento? Quem nesta área trabalha saberá certamente que com o fluxo de processos, por vezes é difícil não passar algumas semanas sem conseguir realizar, por exemplo, uma reunião de acompanhamento com uma família. Este tipo de acolhimento que se torna prolongado que efeitos tem no presente e no futuro da vida das crianças e jovens? As crianças e jovens não só poderão ver-se afastados da sua zona de origem, como se veem em situações em que é difícil a adequação das rotinas institucionais às suas características psicológicas, psicossociais, culturais, cognitivas, etc. (Cóias, 1995). O acolhimento implica a coexistência de crianças e jovens com histórias muito diferenciadas e talvez seja esse um dos motivos para que muitos/as reclamem a especialização.

O maior volume de crianças e jovens acolhidos encontra-se, ainda, com menos de um ano de acolhimento. Por outro lado, verifica-se um número relevante de crianças e jovens acolhidos há mais de 6 anos (348) sobretudo com idades compreendidas entre os 18 e os 20 anos. Embora uma vivência prolongada em acolhimento possa permitir o desenvolvimento de competências pessoais e sociais (Santos, 2001), com o passar do tempo, a casa de acolhimento, em muitos casos, começa a assumir o papel de única referência e a situação imposta gera instabilidades, no momento de transição, da saída da situação de acolhimento (Benetti, 2012). Acaba esta por ser a única realidade de que muitos jovens se recordam e com ela têm que construir-se, reconstruir-se e gerar um futuro (Mendes & Santos, 2014).

A análise do CASA 2015 (ISS, 2016) é reveladora de esperança ao evidenciar a redução do número de casos em acolhimento entre 2006 e 2013. Contudo esse “véu” desvaneceu ao trazer de volta o acréscimo desde 2014, como referido em análise anterior. Desde 2013 tem-se verificado uma diminuição da iniciação em situação de acolhimento por ano, contudo em comparação com 2006, o número revela-se mais elevado. Desde 2011 que o fluxo de entradas e saídas se tem mantido constante.

Colocados estes dados em avaliação, como melhorar a vidas das crianças e jovens que necessitam de ser acolhidos? Seria necessário promover metodologias que permitam o menor tempo possível de institucionalização de crianças e jovens; melhorar a qualidade dos cuidados prestados, tal como a qualidade dos projetos de promoção e proteção a elas designados; e proporcionar a resposta de acolhimento familiar como medida preferencial para crianças até aos seis anos de idade, salvo

casos excepcionais ou limitantes da medida (ISS, 2016). Talvez um maior número de profissionais pudesse também trazer o seu contributo no sentido de melhorar a resposta de acolhimento.

Idealmente deverão ser considerados vários fatores na aplicação de medidas de acolhimento, para que sejam adequadas às características de cada criança e jovem. Assim sendo, devem as casas de acolhimento promover modelos de intervenção de carácter socioeducativo adaptados às crianças e jovens que acolhem (art.º 50, Lei nº 142/2015 de 8 de setembro) e considerar o interesse superior da criança, consagrado na CDC, ³ (art.3º da CDC, UNICEF), s.d.). Como isto tudo poderá ser feito? Como defende Santos “é fácil formular a pergunta, ainda que não seja fácil respondê-la” (2001, p. 13).

Retomando a caracterização das crianças e jovens, no que concerne ao sexo e faixa etária, verifica-se uma predominância no acolhimento de crianças e jovens entre os 15 e 17 anos de idade e do sexo masculino (4449 casos), embora a diferença seja pouco significativa. Em todas as faixas etárias o sexo feminino (4151 casos) assume um número mais elevado, com exceção da faixa etária dos 15 aos 17 anos, que coloca o sexo masculino no topo da situação de acolhimento (ISS, 2016). Comparando as idades, o sexo feminino revela-se em maior incidência em todos os grupos etários exceto num e no sexo masculino a incidência é mais elevada na fase da adolescência.

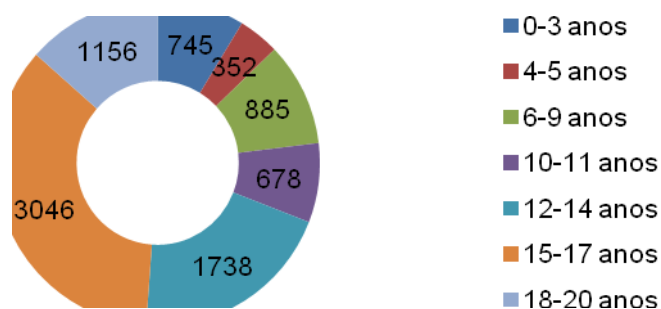


Figura 1 - Relação de idades em acolhimento. Adaptado de ISS (2016)

E a que se deverá o facto do maior número de caso acolhidos ser entre os 15 e os 17 anos de idade? Poderemos afirmar que a sua expressão deve-se ao facto de

³ “Todas as decisões relativas a crianças, adoptadas por instituições públicas ou privadas de protecção social, por tribunais, autoridades administrativas ou órgãos legislativos, terão primacialmente em conta o interesse superior da criança”

existirem cada vez mais jovens entregues a si próprios? A “delinquência juvenil é um fenómeno cada vez mais visível e alvo de preocupação social” (Pais, 2012, p.41) com maior expressão na fase da vida da adolescência, sobretudo aos 17 anos de idade, com possível origem no tipo de “índole familiar, individual, social ou escolar, denominados fatores de risco (...) nomeadamente a presença de relações afetivas e vinculativas maternas frágeis ou inexistentes” (Pais, 2012, p.41).

O quadro seguinte identifica uma realidade complexa atravessada por um conjunto de problemáticas extensas, preocupantes e desafiadoras para a ação. As características particulares mais evidentes (cf. Anexo A) de crianças e jovens acolhidos apresentam-se na tabela abaixo (ISS, 2016):

Tabela 1

Caraterísticas particulares identificadas em crianças e jovens acolhidos/as

Características particulares identificadas	Expressão das caraterísticas
Problemas de comportamento (ligeiros, médios e graves)	Violação dos direitos básicos de terceiros ou de normas sociais.
Toxicodependência	Consumo regular e compulsivo de substâncias psicoativas.
Problemas de saúde mental	Apenas considerados os casos que beneficiam de acompanhamento pedopsiquiátrico ou psiquiátrico. Verifica-se nestes casos momentos de descompensação que têm impacto relativamente ao contexto da realidade.
Debilidade mental	Atraso congénito ou precoce do desenvolvimento intelectual, que se expressa por dificuldades ao nível da adaptação à sociedade, por perturbações de julgamento, com nível de inteligência considerado baixo.
Deficiência mental	Capacidade mental inferior à média, com défice ao nível adaptativo em pelo menos duas capacidades, quer de foro social, comunicacional, relacional, de autocuidados, vida doméstica, em termos de aptidões, lazer, saúde, segurança e trabalho.
Deficiência física	Incapacidade que limita a participação em diferentes áreas da vida.
Doença física	Limitação ao nível motor.
Consumo de estupefacientes	Consumo de carácter esporádico, sem dependência grave.

Nota. Fonte: ISS (2016)

Pela análise da tabela 1, é possível afirmar que à partida há um conjunto de dificuldades e problemas que poderiam ser prevenidos ou minimizados, entre outros fatores, por um acompanhamento familiar adequado e cuidados de saúde e educação essenciais. No fundo, pela existência de políticas de família e de infância. Por que se observa um padrão de crianças e jovens acolhidos com determinados tipos de deficiência e patologia presentes? Talvez porque haja uma conjuntura em volta das famílias, por vezes desorganizada e com falta de apoios e informação para oferecer, mostrando-se muitas vezes as respostas de saúde e educação desprovidas de recursos e carregadas de uma “visão fatalista sobre o futuro da criança” (Trindade, 2004, p.40), o que poderá criar angústias e incertezas no seio familiar e por sua vez implicar a sua desorganização face à situação das dificuldades da sua criança ou jovem. As famílias em situação de vulnerabilidade social com crianças com deficiências parecem apresentar maiores dificuldades na presença de baixa escolaridade parental, de mães com maiores necessidades e parentalidade jovem, e nos casos de crianças do género masculino que possuam deficiência (Sampaio & Geraldês, 2006). Uma criança com deficiência poderá despoletar alterações na relação entre os membros da família, aumentando assim as tensões no seio familiar. Tensões que poderão despoletar comportamentos desajustados por parte dos pais (Sá & Rabinovich, 2006). É aqui que também podem atuar as equipas de Intervenção Precoce (IP), para dar suporte a estas famílias (Serrano, 2007; Serrano & Pereira, 2007).

Os casos onde a expressão das problemáticas se tem revelado maior são ao nível dos problemas do comportamento (ISS, 2016), sobretudo na faixa etária dos 15 a 17 anos (poderemos perceber o maior impacto neste grupo, dado ser esta também a faixa etária com maior número de crianças e jovens acolhidos, daí a sua maior probabilidade para um maior número de casos com problemáticas), que se mantém prevalente em todas as problemáticas assinaladas e onde totaliza um maior número de acompanhamento seja ele pedopsiquiátrico, psiquiátrico ou psicológico, bem como a toma de medicação. Também os/as cuidadores/as das crianças e dos jovens em acolhimento identificam como principais problemas os de foro emocional e comportamental (Batista, 2013).

Para além da caracterização, a análise dos dados possibilita uma análise crítica do mesmo. Diria que seria ainda interessante num relatório como o CASA debruçar-se sobre as características comuns “positivas” e que tornam estas crianças e jovens uns

“guerreiros, lutadores” e exemplo na história de vida do acolhimento para outras crianças jovens e não centrar-se apenas nos dados numéricos.

Já compreendemos as categorias-tipo de crianças e jovens em situação de acolhimento residencial. Importa analisar que tipo de circunstâncias origina a sua situação, que por sua vez poderá também despoletar as características particulares que se identificaram.

Estatisticamente resumem-se as principais causas que resultam na situação de acolhimento, às seguintes (ISS, 2016, p.27): “Falta de supervisão e acompanhamento familiar” (60%); “Exposição a modelos familiares desviantes” (33%); Negligência nos cuidados de educação (32%) e “saúde” (30%); “Comportamentos de risco da criança/jovem” (15.5%); “Ausência temporária de suporte familiar” (10.8%); e “Comportamentos desviantes” (9.6%).

Estes casos evidenciam um plano nacional ao nível da intervenção, o que inclui respostas ao nível da comunidade por parte das entidades responsáveis em matéria de infância e juventude, como os Centros de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental (CAFAP), bem como a estimulação de medidas de apoio social, de emprego e mediação ao nível profissional e familiar. Também a IP pode assumir aqui a sua relevância no acompanhamento à família para prevenir casos de risco ao nível das dinâmicas familiares. Não só poderá atuar ao nível preventivo, como também ao nível reabilitativo (art.3º do Decreto-Lei nº 281/2009). Nesse sentido, considerou-se de extrema pertinência a inclusão no projeto ao papel, a função e a ação a IP, dando conta de um dos princípios orientadores da intervenção para a promoção dos direitos e proteção da criança e do jovem em perigo do sistema de proteção português: “Interesse superior da criança; Privacidade; Intervenção precoce; Intervenção mínima; Proporcionalidade e actualidade; Responsabilidade parental; Prevalência da família; Obrigatoriedade da informação; Audição obrigatória e participação; Subsidiariedade”⁴.

Neste projeto a IP é entendida a partir deste enquadramento, i.e., que a intervenção deve ser efetuada logo que a situação de perigo seja conhecida. Por conseguinte, a centralidade não se centra na idade da criança, mas na situação de risco/perigo que esta enfrenta.

Poder-se-á desse modo enquadrar um trabalho que potencie a prevenção e promova a reintegração das crianças e jovens na família.

⁴ Para saber mais consultar <http://www.cnpcjr.pt/left.asp?12.02#06>

Verifica-se (ISS, 2016) que a tendência nos últimos anos tem sido no sentido de promover medidas de promoção e proteção em meio natural de vida, criando apoios para as famílias (art.4º da Lei nº 142/2015 de 8 de setembro). As medidas aplicadas em meio natural de vida antecedem a situação de acolhimento e expressam-se pelo apoio que é dado às famílias, a confiança a uma pessoa idónea e o apoio para a autonomia de vida, totalizando a percentagem de 49.5% de crianças e jovens, em 2015 (ISS, 2016). Contudo há um grupo de crianças e jovens (39%) que não beneficiaram desse tipo de medidas. Porquê? Não beneficiaram deste recurso por desconhecimento social ou familiar da sua situação, ou porque o sistema não consegue ainda dar resposta ou suporte a todos os casos que são sinalizados? Dos casos que iniciaram o período de acolhimento em 2015, 8.7% (ISS, 2016) foram alvo de procedimentos de urgência sem terem usufruído anteriormente de uma medida de apoio em meio natural de vida.

Outros dados preocupantes são o número de respostas pelas quais as crianças e jovens passam ao longo do seu crescimento. Cerca de 80% dos casos atualmente acolhidos encontra-se numa segunda resposta de acolhimento e em menor número, 4.5% dos casos estão já entre a sua quarta a sexta resposta de acolhimento. Esta última percentagem tem maior impacto nos jovens entre os 15 e 17 anos. Em idades superiores será natural a maior probabilidade para já ter recorrido a mais espaços institucionais. É facto. A que se deverão estas mudanças de resposta de acolhimento? Analisando os dados que o CASA 2015 (ISS, 2016) nos oferece poderíamos pensar que em alguns casos deve-se a uma evolução da situação de acolhimento em autonomia, em que em muitos casos as crianças ou jovens integram os antigos Centros de Acolhimento Temporários (CAT), passando posteriormente para os também anteriores Lares de Infância e Juventude (LIJ) e por fim a integração em resposta de apartamentos de autonomização. Contamos ainda com os casos que possam ir para famílias de acolhimento e que acabam por regressar a casas de acolhimento por não ser aquela a resposta mais adequada. Todavia sabe-se que existem situações em que muitos jovens e crianças mudam de casa de acolhimento pois por ventura houve dificuldade na adaptação, os seus comportamentos possam ser disruptivos para os restantes membros ou ainda porque a resposta em determinado espaço de acolhimento possa não ser a mais adequada para as suas necessidades. A literatura carece ainda de estudo nesta matéria, pelo que seria de interesse investir num conhecimento acerca das causas que levam a um elevado

historial de transição entre respostas de acolhimento na vida dos jovens. Sabe-se, porém, que quebras na vida das crianças e jovens terão repercussões para a sua vida, como a dificuldade de recriar novos laços afetivos e de reconstruir as suas histórias de vida, que acabam por ser “fragmentadas, marcadas por mudanças constantes de local de moradia e pela ausência de referências duradouras em relação às quais possam construir sua subjetividade” (Altoé, Silva & Pinheiro, 2011).

Para uma melhor visualização das respostas de acolhimento, apresenta-se uma tabela exemplificativa desta realidade, onde a maioria das crianças e jovens acolhidos encontra-se em LIJ, seguindo-se a resposta de CAT e em menor número as Casas de Abrigo.

Tabela 2

Número de crianças e jovens por resposta de acolhimento, em 2015

Respostas de Acolhimento	Número de crianças e jovens
Lar de Infância e Juventude	5408
Centro de Acolhimento Temporário	2136
Família de Acolhimento	303
Comunidade Terapêutica	199
Centro de apoio à Vida	103
Lar Residencial	89
Colégio de Ensino Especial	82
Acolhimento de Emergência	73
Lar de Infância e Juventude Especializado	60
Lar de Apoio	59
Apartamento Lar de Autonomização	46
Comunidade de Inserção	34
Casa Abrigo	8

Nota. Fonte: ISS (2016)

Com cada vez mais são jovens os acolhidos, muitos sem previsão de reintegração na família e mais uma questão se coloca: porque existem tão poucas respostas de apartamentos de autonomização? É baixo o número de jovens integrados nessa resposta e a lista de espera é extensa, criando angústias e incertezas aos jovens. Este facto é visível na minha experiência de trabalho em acolhimento residencial, onde constatei alguns jovens a ansiar por esta resposta durante meses ou até mesmo anos.

A partir do enquadramento teórico utilizado por Fernandes e Tomás (2016) para caracterizar “faces persistentes e renovadas da proteção e do risco na infância” (p. 23), entre 2011 e 2015, pretende-se de seguida compreender a evolução da situação de acolhimento ao longo dos últimos anos em Portugal neste período de

tempo. Consideraram-se dados referentes aos anos de 2004 e 2006 presentes nos CASA 2011 e 2015 como forma de comparação da informação disponível (anexo B). Apresenta-se como complemento uma tabela sintetizada e analítica das mudanças e persistências dos últimos 5 anos na área do acolhimento.

Tabela 3

Mudanças e persistências no acolhimento num período de 5 anos, entre 2011 e 2015

Acolhimento num período de 5 anos, entre 2011 e 2015	O que persistiu		Distribuição geográfica e por faixa etária
			Caraterísticas particulares mais evidentes
			Maior incidência em casas de acolhimento (antigo LIJ)
	O que alterou	Sem considerações	As caraterísticas particulares em menor número modificaram-se
		Positivamente	Redução do nº de crianças e jovens acolhidos
			Redução do nº de entradas
			Situação jurídica por regularizar
			Projetos de vida – aumento da percentagem de reunificação familiar nuclear
			Crianças sem projetos de vida definidos
		Negativamente	Redução do nº de saídas
			Acompanhamento/medicação na saúde mental
			Tendência para insucesso escolar mais precoce
			Tempo de acolhimento com tendência a aumentar
			Situação de acolhimento anterior – mais do que uma resposta de acolhimento
			Deslocalização
Projetos de vida – aumento da autonomização e redução da adoção			

Nota. Adaptado a partir das informações em ISS (2012) e ISS (2016)

Pela análise da tabela 3 é possível verificar que, dentro dos parâmetros gerais, há dados importantes e significativos a destacar, como o facto de nos projetos de vida a autonomização continuar a estar no topo. Não seria de maior relevância a maior aposta na reintegração familiar? Embora se vejam casos de acolhimento cada vez mais tardio nas idades dos jovens e daí a possível justificação da autonomização. Contudo, ainda que em maior expressão, o projeto de vida de autonomização tem vindo a diminuir, contrariando a reintegração familiar que tem vindo a alcançar maior

expressão. Já a adoção tem sofrido reduções, o que nos faz conjeturar acerca do sistema de adoção em Portugal que acarreta consigo barreiras, dificuldades e implicações para as crianças, jovens e famílias (Cruz, 2013).

Outra das interrogações que surge da análise dos dados, é o aumento de casos a receber acompanhamento ao nível da saúde mental, seja de foro psicoterapêutico, psiquiátrico ou medicamentoso. Este panorama traz-nos uma ideia de que ao nível das crianças acolhidas em Portugal, a saúde mental é um fator cada vez mais preocupante e que merece especial atenção (cf. Marques & Cepêda, 2009).

Da mesma forma que se registou um aumento de casos com acompanhamento em saúde mental, também tem havido um crescimento no número de anos de acolhimento. Se em 2011 a maioria das crianças e jovens se encontrava acolhida por um período menor de um ano, a tendência foi de aumento, em 2015 com o tempo de acolhimento a aumentar entre o 1 a 3 anos na sua maioria, juntamente com a redução do número de saídas em acolhimento. Paralelamente a estas evoluções negativas verificou-se no último ano de análise uma tendência para o aumento do insucesso escolar em idades mais novas, o que rechama a necessidade da atuação por forma a minimizar o insucesso escolar das crianças e jovens.

E o que dizer do gigante aumento dos casos que já passaram por mais do que uma resposta de acolhimento? Ou do motivo do aumento da percentagem de crianças e jovens afastadas da sua zona de residência? O que parece ter estagnado foram as características particulares das crianças e jovens que se mantêm nos problemas de comportamento ligeiros e a distribuição por faixa etária e sexo – maior nos rapazes entre os 15 e 17 anos de idade.

Porém, com o avançar dos anos notaram-se alterações como a redução do número de crianças e jovens acolhidos - situação que se está a reverter novamente (ISS, 2016) - a redução do número de entradas no sistema de acolhimento, das situações jurídicas por regularizar e dos casos sem projeto de vida e reforçando informação anterior, o aumento da reintegração familiar.

Analisando por fim os dados comparativos em 2004 e 2006 relativamente a 2015, das informações possíveis de extrair, constatam-se evoluções positivas e alteração das faixas etárias com maior presença, a aumentar em idade e nos projetos de vida que não se centravam tanto em 2004 e 2006 nas três principais opções referidas e detetavam-se mais dispersos pelas várias opções propostas como projeto de vida.

De forma geral e analítica o que nos trazem estes dados? Apesar de pequenos passos de crescimento e conquistas, o sistema de acolhimento, tem vindo a mostrar nos últimos anos traços de uma estagnação, o que se tem refletido numa resposta ainda deficitária e que enfrenta cada vez mais problemas que não está a conseguir gerir, nem adequar a sua resposta às efetivas necessidades das crianças e jovens nele integrados e aos seus direitos consagrados na CDC e na LPCJP.

A partir deste panorama, faremos a ponte para o enquadramento jurídico referente ao acolhimento em Portugal.

1.2.1. A moldura jurídica do acolhimento residencial

No campo jurídico têm-se vindo a registar transformações importantes no curso da sua evolução e adequação à realidade e necessidades atuais nas matérias de infância, juventude e do acolhimento residencial. Exemplo disso foi a reformulação da designação das medidas de acolhimento. O acolhimento residencial ganhou esta designação na reformulação da LPCJP, nº 142/2015 de 8 de setembro (antes da alteração da lei, medida de acolhimento em instituição – art.49º da Lei n.º 31/2003, de 22/08). Na utilização desta medida, a criança ou jovem são submetidos a cuidados proporcionados por uma entidade que disponibilize recursos humanos, físicos e materiais próprios para os receber. Por outras palavras esta é uma medida promovida em casas de acolhimento, baseada numa intervenção de base socioeducativa e que pretende dar resposta adequada a quem nela está acolhido, por ação intermédia de modelos de intervenção socioeducativos adequados à sua população (art.50º da Lei nº 142/2015, de 8 de setembro).

Preende assim, esta medida, permitir que sejam garantidas condições que satisfaçam as necessidades (físicas, psicológicas, emocionais, psíquicas e sociais) e a aplicação de direitos das crianças e jovens, promovendo a integração sociofamiliar de forma segura, a sua educação e bem-estar, que no fundo se possam traduzir em desenvolvimento pleno (art.º 49.º da Lei nº 142/2015 de 8 de setembro). O desenvolvimento integral de uma criança (promovido pelo art.º 27 da CDC) pode também ser visto numa perspetiva mais holística, se considerarmos a criança como um ser bio-psico-social-cultural, sujeito de direitos e com ação social (Sarmiento, 2003; Fernandes, 2009; Tomás, 2011).

Nas medidas de acolhimento aplicadas devem estar contempladas respostas adequadas a casos de deficiência, doenças crónicas, perturbações de foro

psiquiátrico, comportamentos aditivos, e o respeito por manter fratrias acolhidas juntas e no seu ambiente familiar e social de origem (art.50º da Lei nº 142/2015, de 8 de setembro; ISS, 2016).

Quem está sujeito à medida de acolhimento residencial, será acolhido em casas de acolhimento, que podem ser organizadas em diversas modalidades, por unidades especializadas, designadamente: a) Casas de acolhimento para resposta em situações de emergência; b) Casas de acolhimento para resposta a problemáticas específicas e necessidades de intervenção educativa e terapêutica evidenciadas pelas crianças e jovens a acolher; c) Apartamentos de autonomização para o apoio e promoção de autonomia dos jovens (art.º 50.º da Lei nº 142/2015 de 8 de setembro; ISS, 2016):

As casas de acolhimento podem ter caráter público, privado, social e cooperativo (art.52º da Lei nº 142/2015 de 8 de setembro), pretendendo promover relações afetivas familiares, um dia-a-dia adequado às necessidades da criança e do jovem e a integração na comunidade. Permitem visitas, salvo exceções e consoante as regras da casa. (art.53º da Lei nº 142/2015 de 8 de setembro).

Do ponto de vista organizacional, as casas de acolhimento contam com um diretor técnico; uma equipa técnica pluridisciplinar, que integra profissionais licenciados em psicologia e trabalho social, e que têm como uma das missões diagnosticar a situação de quem é acolhido e planejar/executar um PPP em concordância com a comissão ou Tribunal; uma equipa educativa que deve ter, se possível, pessoal qualificado para a função (auxiliar de ação educativa e de cuidados de crianças); e uma equipa de apoio para serviços mais gerais (art.º 54 da Lei nº 142/2015 de 8 de setembro).

Nos finais do século passado verificavam-se ainda poucos estudos acerca de instituições residenciais (designação na altura), situação que se tem vindo a reverter nas últimas três décadas. Mais, de uma centralidade em estudos oriundos da psicologia, da psiquiatria e da medicina, nos últimos anos assistimos a uma ampliação do olhar e da intervenção, a partir de investigações realizadas a partida da sociologia, antropologia, educação social e da intervenção precoce. A propósito desta última, na medida em que o trabalho que aqui se apresenta é realizado no âmbito de um mestrado nessa área, é de referir os contributos que tem trazido para a compreensão de modelos de intervenção contextualizados e que nos oferece uma ideia de que a identificação e intervenção precoces em situações de risco minimizarão os efeitos

causados por experiências traumáticas a que as crianças são submetidas (Baptista, 2004).

Outro exemplo das alterações é o da modificação da organização do acolhimento em função do tempo, com a anulação das modalidades nos CAT com permanência até seis meses, que contrariava os LIJ com permanência acima dos seis meses. Atualmente já não existe essa diferenciação (ISS, 2016)

A atual situação de interesse numa crescente investigação na área do acolhimento de crianças e jovens obedece a “fundamentos de ordem ética e legal, como política e económica, com recurso eventual a investigação académica de resultados pouco esclarecedores e conclusões contraditórias” (Martins, 2015, p.129), sugerindo a necessidade de um olhar mais atento aos direitos das crianças e jovens que vivem em instituições tuteladas pelo Estado. Mas a que se deve este interesse crescente na área do acolhimento residencial? Poderá dever-se a um maior foco e promoção dos direitos da criança, com maior visibilidade para a sua proteção e suprimentos de todas as suas necessidades de educação, sociais e saúde (Martins, 2015) ou preocupações de natureza económica, i.e., há um eixo investigativo em desenvolvimento que assenta na análise dos custos que a proteção e acolhimento residencial implicam (cf. Matos, 2015), assim como da própria intervenção (Franco, 2015)⁵.

Desde 2014 tem-se verificado uma alteração desse ciclo em Portugal, com tendência para o aumento do número de crianças e jovens acolhidos, com expressão em mais de uma centena e meia de casos acolhidos em 2015 comparativamente ao ano transato (ISS, 2016). Estes valores que parecem apenas números mas correspondem a vidas que viram a sua vida “de pernas para o ar” e que todos os dias se perguntam o porquê da sua situação. O número de sinalizações tem sentido um crescimento, (de 35710 em 2014 para 42932 em 2015 – ISS, 2016) mas tal não responde concretamente a uma questão: será que o número de casos de situações de perigo tem vindo a aumentar ou será que já existia um número elevado, contudo as pessoas estão cada vez mais despertas para esse tipo de situações e como tal cada vez mais sinalizam? Como é o caso dos estabelecimentos de ensino, principal fonte de sinalização de casos à CPCJ (ISS, 2016).

⁵ “o investimento feito em idades precoces, previne custos mais elevados em intervenções remediativas posteriores. Aquilo que pode parecer um gasto inicial grande, permite muito menos custos no futuro” (Franco, 2005, p. 22).

Reflete-se ainda sobre o panorama jurídico português, quando se pensa que em 2015, 141 crianças e jovens careciam de medida de promoção e proteção ou de outra figura jurídica, de acompanhamento e de avaliação regular da sua situação. Todos estes dados e questões são reveladores de um Sistema que manifesta ainda muitas fraquezas e défice de recursos, de gestão e organização, que acabam por ter impacto na vida das crianças.

Outro exemplo de carência de um sistema organizado e eficaz é a gestão de vagas e as respostas de acolhimento que não estão ainda a agir em conformidade com as necessidades de todas as crianças e jovens que por elas passam. Em 2015 (ISS, 2016), 16.8% das crianças e jovens acolhidos, ou seja, quase um milhar e meio, encontravam-se fora da zona de residência das famílias. Ora, se há casos em que a impossibilidade de as crianças e jovens estarem acolhidos nas zonas de residência familiar se impõe por motivos de força maior (muitas vezes para proteção e segurança das próprias crianças e jovens), parece que não se salvaguarda o direito do respeito pelas origens da criança. Ainda que na CDC se mencione a “necessidade de assegurar continuidade à educação da criança, bem como à sua origem étnica, religiosa, cultural e linguística” (art.23º) e não seja explícito que deva existir respeito pela zona onde habita e por todo o envolvimento onde a criança cresceu e/ou vive, parece esta ser uma questão pertinente, pois ao retirar a criança ou jovem da sua zona, esta está a ser afastada não só dos seus familiares, como também dos amigos, escola, rotinas e culturas. Esta mudança na vida da criança ou jovem implica a separação de origens e referências, colocando em evidência a sua resiliência e isto é vivido tão unicamente como cada característica única de quem pelo acolhimento passa, que sendo influenciada pelo exterior, também deixa a sua marca por onde se desloca (Santos, 2010).

Em suma, neste ponto do trabalho pretendi identificar algumas das fragilidades no sistema de acolhimento. Mais uma vez se pode reafirmar que:

uma das grandes críticas apresentadas ao sistema de proteção de crianças em Portugal é a ausência de políticas preventivas eficazes, as quais deveriam permitir uma intervenção técnica qualificada junto das famílias e das crianças de forma a impedir que estas entrem em ciclos de risco, difíceis de quebrar e ultrapassar (Fernandes & Tomás, 2016, p.27).

É evidente a emergência da necessidade de um maior investimento na prevenção.

1.2.1.1. A Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo: *um olhar adentro*

Na prática, a relação estabelecida entre prevenção e protecção, como garantia de ordem e paz social, foi uma fórmula coerente para a garantia da defesa social, mas em rota de colisão com a garantia dos direitos e da cidadania infantil, particularmente desta infância pobre, que sai duplamente penalizada, sujeita a um processo de clientelização, não apenas estigmatizante, mas também criminalizador da sua condição social de desfavorecida (Tomé, 2010, p.18)

Existem normas e critérios aceites pela sociedade, defendidas pela lei, no sentido da promoção dos direitos Humanos (Carvalho, 2013). O risco verifica-se quando nos deparamos com situações em que estas condições sejam desrespeitadas (Carvalho, 2013). O perigo considera-se quando a situação de risco se intensifica, com carência nos cuidados de protecção (Gersão, 2000; Guerra; 2004; Fernandes, 2009; Carvalho, 2013).

Desde o século passado que o tema da protecção de crianças assumiu um lugar de destaque na sociedade portuguesa. O primeiro grande impulso foi com o aparecimento das Comissões de Protecção, com o Decreto-lei de 1 de janeiro de 1911, que viu os seus passos serem seguidos com a Lei de Protecção à Infância, nascida a 14 de junho de 1911, organizando um sistema judicial de protecção às crianças e jovens e revelando-se uma grande alavanca ao nível da cidadania infantil. Utilizando a expressão de Pedroso, Casaleiro e Branco (2011), no último século, temos assistido a uma *odisseia da transformação do Direito da Família e das Crianças* e se à data de 2005 ainda se verificava na LPCJ uma falta de articulação funcional que garantisse resposta a diferentes necessidades e a ideia de acolhimento institucional era visto como algo depreciativo, menosprezado e como último recurso (Martins, 2005), atualmente a visão não difere muito.

Pela necessidade de dar resposta a situações de risco e perigo, promover e proteger as crianças e jovens, foi criada em 1999 a Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo (Lei nº 147/99, de 1 de setembro). Esta foi reformulada mais tarde dando origem à Lei nº31/2003 de 22 de agosto. Até há pouco, a última versão era a de 2015, a Lei 142/2015, de 8 de setembro. Mais recentemente, em abril do presente ano, a Lei sofreu uma reformulação que prevê a possibilidade de os jovens poderem usufruir da prorrogação da medida de promoção e de protecção, quer em meio natural

de vida, quer em acolhimento, até aos 25 anos de idade, se o seu superior interesse assim o justificar, ou que esteja na presença de processos educativos ou de formação profissional. Esta reformulação deu origem à 4ª versão da LPCJP (Lei nº 23/2017, de 23 de maio).

As principais alterações sentidas com a lei prendem-se com a alteração de designações, de estrutura, acréscimo de alíneas e artigos, bem como a revogação dos mesmos e alterações funcionais. A LPCJP, que assenta sobre a garantia do bem-estar e desenvolvimento das crianças e jovens (art.1º), preconiza uma intervenção que respeite um conjunto de princípios, sendo eles o superior interesse da criança, a sua privacidade, a ação de intervenção precoce, a atuação dos profissionais restritamente essenciais ao processo, uma intervenção adequada à situação de perigo e que envolva os pais das crianças ou jovens como responsáveis pelos seus filhos, a continuidade das relações psicológicas importantes, o respeito pela promoção da integração na família, o direito à informação e à audição, e que seja feita pelas entidades com conhecimento e direitos em matéria de infância e juventude (art.4ª, Lei nº 142/2015, de 8 de setembro). A LPCJP prevê a atuação da IP, o que fará todo o sentido em contexto de acolhimento. Mesmo que esta não atue logo que a situação de perigo seja conhecida (o que poderia prevenir a situação de acolhimento), poderá atuar como forma de promover a reintegração familiar e a reorganização da família, bem como o bem-estar da criança ou jovem, por meio de uma atuação adequada às suas necessidades e características. A criação, manutenção e reformulação desta lei tem permitido um trabalho orientado por princípios que poderão potenciar ao sucesso das práticas profissionais em matéria de infância e juventude, mas carece ainda de uma maior exposição e promoção para que os princípios defendidos sejam efetivamente respeitados em todo o tipo de situações de intervenção (anexo C).

A LPCJP parece fomentar cada vez mais uma resposta adequada às necessidades das crianças e jovens, mas também das suas famílias, respeitando os seus direitos e salvaguarda uma panóplia de situações e dados que são importantes para que as crianças e jovens do nosso país possam estar protegidos e ver os seus direitos promovidos. Nota-se na formulação da lei o respeito pelo papel da criança, pelo facto de querer ouvi-la, de desejar que participe, tenha direito à sua privacidade e confidencialidade, que fique o mais próximo do seu contexto de vida natural e que sejam promovidas oportunidades de crescimento. A própria lei, que considera modelos europeus, é um reflexo das mudanças na sociedade, que perspetiva a criança com

outros olhos, notando-a como um ser singular e observando o risco como um fator de desvantagem para a criança sobre determinada vicissitude, protegendo-a então (Candeias & Henriques, 2012).

Nota-se aqui um “reconhecimento social e legal que outrora dificilmente a sociedade assumiria” (Candeias & Henriques, 2012, p.16). No entanto, a existência por si só da lei não chega para alterar práticas sociais. É necessário que todos os seus pressupostos sejam cumpridos e respeitados, sustentados em políticas públicas densas e articuladas, para que efetivamente se promovam os direitos das crianças e jovens em risco e em perigo.

1.2.2. A Casa de Acolhimento enquanto resposta social

O acolhimento em instituições é uma resposta velha do ponto de vista histórico para a infância em risco e em perigo (cf. Goffman, 1987). Se analisarmos a sua história, começou a dar os primeiros passos na Grécia antiga e no Império Romano, com a criação das Instituições Alimentares. Estes espaços acolhiam crianças até aos 16 anos e tinham o seu lugar em quintas (Martins, 2004). Decorrentes de alterações sociais, políticas, legislativas e simbólicas (Tomás, 2011) surgem as casas de acolhimento (utilizando a denominação atual).

Atualmente, o acolhimento consiste na existência de espaços onde se procura garantir a proteção à criança. Configura-se como um espaço de reconstrução, da sua vida e do seu espaço interno, que deve considerar as *trajetórias de vida complexas* (Martins, 2015), as dificuldades da criança, a sua idade, o tempo de acolhimento, a forma como os cuidados aí se processam e a qualidade dos mesmos, e as opções existentes e possíveis para as crianças, dado o facto de não estarem a ser educadas no seio familiar (Richards, 1983). Não obstante, a literatura indica que o acolhimento residencial é também um espaço limitante, sujeitando a criança ou jovem às burocracias a que está impelido (Costa et al., 2014), andando aos sabores e dissabores daquilo que se lhe afigura à frente.

A capacidade de olharmos para a criança como ela é (e não como gostaríamos que ela fosse), de percebermos que o seu mau comportamento, embora deva ser corrigido, pode ser também expressão de sofrimento psíquico e de desencontro consigo própria, de avaliarmos com ela (e não em vez dela) as suas dificuldades e as suas potencialidades, coloca-nos numa relação de proximidade tangível com a criança para a qual passamos a ser modelos de identificação. Quanto mais estáveis,

organizados e seguros forem esses modelos, mais estável, organizada e segura se sentirá a criança (Costa et al., 2014).

Quando falamos em crianças em risco, referimo-nos a situações que contemplam a possibilidade de perigo, no que respeita aos direitos das crianças, e quando falamos em perigo, estamos a trazer a consequência do agravamento de situações de risco (CNPDPJ, s.d.). Sabemos que são inúmeros os fatores que desencadeiam estas designações, como a aquisição de comportamentos e práticas prejudiciais ao seu pleno desenvolvimento, casos de negligência, maus tratos, abusos sexuais, abandono, falta de cuidados ou a cuidados de terceiros (art.3º da Lei nº 142/2015 de 8 de setembro). No fundo a criança está em perigo quando se constata que os seus direitos estão ameaçados. Quando já não há outra medida que possa minimizar a situação de risco ou perigo, a casa de acolhimento é uma das respostas.

As crianças têm direito à proteção do Estado ao estarem afastadas do seu meio familiar, ao serem acolhidos numa casa de acolhimento. Alguns destes espaços assumem a modalidade de especialização como resposta a necessidades específicas de algumas crianças e jovens. Parece, assim, estar a assumir-se em Portugal o acolhimento terapêutico, ou pelo menos a sua defesa teórica e jurídica⁶.

Em 2015 eram 60 os casos nesta situação em Casas de Acolhimento Residencial Especializado (CARE), na sua maioria entre 15 a 17 anos, com grande predominância para o sexo masculino (ISS, 2016). Os casos mais evidentes são de alterações de comportamento (51 casos) com situações de patologias mentais com diagnóstico clínico. O acompanhamento especializado que recebem é ao nível da pedopsiquiatria/ psiquiatria (com mediação associada) e psicologia. Do ponto de vista educativo, as respostas centram-se sobretudo nos Cursos de Educação e Formação (CEF) e os Cursos de Educação e Formação de Adultos (CEFA) (anexo D). Anteriormente a esta resposta, as crianças e jovens estiveram sobretudo em LIJ. Os projetos de vida nestes casos assentam sobretudo na (re)integração da família nuclear e na autonomização. Nestes casos o maior motivo para a cessação de acolhimento vai ao encontro do desejo de muitas crianças, regressar à família. Quanto a medidas de promoção e proteção após o acolhimento, as mais evidentes prendem-se com o apoio junto dos pais ou a não aplicação de aplicação de medida (ISS, 2016).

⁶ O projeto CARE (Capacitar, Autonomizar, Reconfigurar, Especializar) da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, apresentado no mês de julho de 2017, é um exemplo do que foi afirmado. Ver <https://tinyurl.com/ybko7l9b>

O ISS (2016) pretende que haja um conjunto de respostas que apresentem cada vez mais equilíbrio, diversidade, qualificação, adequação às necessidades existentes e individuais das crianças e jovens. Pretende, ainda, aumentar a rede de famílias de acolhimento de forma progressiva e regulamentar a medida de acolhimento residencial, tal como o regime de funcionamento de casas de acolhimento, criando assim uma organização estruturada que sirva de base à intervenção em ambiente residencial, de forma eficaz e eficiente no sentido de promover os direitos e a realização das necessidades específicas das crianças. Os espaços de acolhimento, que funcionam em regime aberto, são envolvidos num ambiente de intervenção terapêutico, como resposta às necessidades emocionais das crianças e jovens e no sentido de proporcionar mudança. Dá-se como exemplo a estrutura e funcionamento dos CARE como forma de acolhimento especializado, ainda que se possa ver limitações no seu Sistema. Esta é uma resposta onde as crianças e jovens recebem a sua educação escolar dentro desse espaço, criando uma ponte próxima com a aprendizagem e a escola. O acolhimento nesta resposta dura entre 18 a 36 meses (Benetti, 2012). Não obstante, e não querendo aqui discutir os pressupostos subjacentes a tais propostas, é importante considerar a ausência de uma avaliação global do sistema e uma centralidade das dimensões individuais.

Qualquer que seja o tipo de resposta, no acolhimento deve-se ser capaz de estar em constante reflexão e avaliação. Costa et al.(2014) relembram a importância e utilidade que uma (auto)avaliação frequente nas instituições de acolhimento deve ter, e onde se poderá observar o ajustamento da aplicação dos princípios legais e a sua adequação na vida das crianças, tal como acontece noutros países (Martins, 2004). Não se trata de assumir o paradigma de uma avaliação tecnicista, e burocrática mas uma avaliação que efetivamente identifique os principais problemas do sistema de proteção, em geral, e do acolhimento, em particular.

Para além dos pressupostos previstos na lei, a casa de acolhimento deve ser um espaço de partilha. Apoiar o sofrimento da criança ou jovem por meio de trabalho em equipa, procurando novas estratégias, por intermédio de momentos formais ou informais, para que as equipa se tornem mais robustas e com capacidade de resposta para a sua população, é uma questão a refletir e repensar. Até porque há investigação que mostra, por um lado, alguns efeitos nefastos do acolhimento no desenvolvimento social e psíquico (Chaves, Lima, Mendonça, Custódio & Matias, 2013).

O nosso país ainda tem um longo caminho a fazer no âmbito da justiça no que às crianças e jovens diz respeito. Perpetua ainda a questão que tem acompanhado o capítulo: Deve a medida de acolhimento residencial ser a última opção? O que fazer? Como prevenir? Como incluir as crianças na melhoria das respostas? Dar-se-á continuidade à reflexão ao longo deste projeto de intervenção.

CAPÍTULO II

O ACOLHIMENTO RESIDENCIAL E A INTERVENÇÃO QUE NELE SE FAZ. O CASO ESPECÍFICO DA IP

Criar uma estrutura que possibilite o trabalho em parceria é um passo importante neste processo. No entanto, é necessário ter consciência de que as relações de parceria, particularmente nos serviços sociais, não têm um caráter estático. Os intervenientes mudam, as políticas são alteradas e os critérios para a atribuição dos fundos variam. A única constante reside no facto de se tratar de um processo dinâmico em que os indivíduos desempenham papéis críticos na determinação dos resultados de tais parcerias (Correia & Serrano, 2000, p.67)

Neste capítulo pretende-se refletir acerca do trabalho em IP e do papel que este pode assumir no acolhimento residencial.

O primeiro disposto legal que pretendeu regulamentar a IP em Portugal foi o Despacho conjunto nº 891/99, de 19 de outubro que pressuponha a intervenção com crianças com deficiência ou com um risco elevado de desenvolvimento. As suas orientações já viam a IP como uma medida que consistia num apoio adaptado centrado na criança e na família e previa práticas de caráter preventivo e habilitativo em três grandes áreas: social, saúde e educação (Despacho conjunto nº 891/99, de 19 de outubro). De modo a salvaguardar os direitos das crianças, bem como o respeito pelo Plano de Ação para a Integração das Pessoas com Deficiências ou Incapacidade e do despacho conjunto nº 891/99, de 19 de outubro, surgiu o Decreto-Lei nº 281/2009, que fez nascer o Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância (SNIPI). Este decreto-lei veio implementar uma nova resposta abrangendo diversas entidades de caráter familiar e institucional para que pudessem ser asseguradas as condições essenciais e necessárias ao pleno desenvolvimento das crianças que por alguma razão padecessem de situações de risco para o seu desenvolvimento. O SNIPI incide o seu trabalho sobre as crianças dos 0 aos 6 anos de idade, contudo sabe-se que a atuação da IP pode ser ampliada se se considerar os pressupostos da CDC, por exemplo, que se é criança até aos 18 anos de idade.

Com a nova reformulação da LPCJP (Terceira alteração à Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, aprovada pela Lei n.º 147/99, de 1 de setembro,

alargando o período de proteção até aos 25 anos), podemos considerar que desde que uma criança ou jovem esteja ao abrigo da proteção desta lei poderá estar abrangido pela IP até aos 25 anos de idade. O que propomos é uma ampliação da leitura das práticas atuais da IP. Até essa idade a atuação da IP justifica-se pelos princípios orientadores da intervenção para a promoção dos direitos e proteção da criança e do jovem em perigo, que consagra a atuação da IP logo que a condição de perigo seja conhecida (CNPDPCJ, s.d.), o que nos traz uma diferente conceção de IP que segmenta a infância não só num período específico, mas também parece ter vindo a centralizar a sua ação na dimensão da saúde e um paradigma essencialmente médico e desenvolvimentista. Embora se saiba que os primeiros anos de vida são fundamentais no desenvolvimento humano e que a IP neste período possa promover o desenvolvimento de todo o potencial da criança, após os 6 anos de idade o desenvolvimento continua (Vieira & Fragoso, 2006). Considerando que o desenvolvimento é inerente ao ser humano, não deixa de ser importante considerar neste debate as teorias críticas à psicologia do desenvolvimento, tal como defende Burman (2009):

O edifício do desenvolvimento, marco fundamental da modernidade, tem atraído cada vez mais críticas por fornecer uma das principais razões ideológicas para a arrogância e o “longo alcance” da modernidade, suas dominações e explorações coloniais e patriarcais, seu desprezo pelo equilíbrio e sustentabilidade ecológicos. A ideia de estágios de desenvolvimento reflete e reorganiza grandes eixos de desigualdade dentro e entre as sociedades – então organizadas em torno de gênero, “raça” e relações de classe, orientação sexual e (in)capacidade, bem como idade (p. 270).

Considerando que muitas crianças e jovens em acolhimento têm problemas de desenvolvimento ou algum tipo de deficiência, a IP pode atuar junto delas num trabalho de parceria e na concretização da ideia de rede⁷ na área da infância. Advoga-se também que a intervenção deve ter em conta as estruturas do corpo, as limitações funcionais e a execução de atividades, bem como questões ligadas à participação e à emancipação social (Martins & Fontes, 2016).

⁷ O conceito de rede convocado neste projeto é o de Sílvia Portugal (2007).

2.1. O papel da intervenção precoce em acolhimento residencial: ampliar a rede

“A intervenção deverá passar por um conjunto de estratégias interligadas tendo por base o contexto social da criança e numa perspectiva de prevenção e reparação” (Ramos, 2008, p. 252)

Também em acolhimento residencial a IP pode dar o seu contributo, já que pode atuar nos casos em que as crianças possam ver o seu desenvolvimento em risco. O sistema de proteção português define que as crianças (seja em que condição for) podem usufruir da intervenção de ECMIJ (CNPDPJC, s.d.), como é o caso da IP. A IP deve atuar em tempo útil para a criança e deve atenuar a situação de perigo a que a criança esteja sujeita (CNPDPJC, s.d.)

A IP nos últimos anos viu o seu campo de ação reconfigurar-se. Podia ser relevante a sua atuação na área do acolhimento e o diálogo com a Sociologia da Infância e os Estudos Sociais da Infância a partir da *ecologia dos saberes* (Santos, 1987). Tem sido insignificante ou quase nula a relação entre a IP e a Sociologia da Infância. Partindo de pressupostos fundadores desta última, nomeadamente que as crianças são atores sociais, com ação e voz, e que os direitos da criança devem constituir-se como norteadores da ação dos/as adultos/as, que desafios se colocariam à IP?

Os estudos presentes no CASA 2015 permitem-nos saber que existem ainda 6770 casos com características particulares (sendo que este número corresponde à expressão das características e não ao número de crianças e jovens), desde deficiência física e mental a problemas de comportamento e de saúde mental, a determinadas patologias e comportamentos desviantes (ISS, 2016). Num espetro de 8600 crianças acolhidas e considerando que a percentagem de crianças com dificuldades ou necessidades especiais tem vindo a aumentar, é este valor preocupante e a ter em consideração no que concerne a intervenções.

Reclama-se, ainda, uma visão de que a IP em acolhimento residencial deve abrir as suas perspetivas quanto ao papel das crianças e jovens neste âmbito. A IP, se existe porque existem crianças, deve atuar considerando a influência dos pensamentos e opiniões das crianças, considerá-las como sujeitos e não objeto de intervenção (Lapa, 2013; Lapa & Tomás, 2015) e da investigação nesta área. Mas “como inscrever na pesquisa [e na intervenção] o ponto de vista e poder do outro, sobretudo se o outro não tem voz? O outro é (...) a criança” (Delgado & Muller, 2006).

2.2. A relação entre equipas das casas de acolhimento e as equipas de intervenção precoce: a necessidade de um trabalho articulado

Embora ainda se verifiquem incongruências no trabalho realizado por diferentes equipas de IP e a necessidade de evolução das práticas realizadas em Portugal esta área trouxe resultados positivos ao nível de prevenção primária (Tegethof, 2007).

Na sua atuação, devem as equipas considerar aspetos importantes do quotidiano das famílias, dado que nos casos em que as atividades e rotinas diárias das famílias são negligenciadas aquando da intervenção, os resultados de aprendizagem e usufruto dos apoios são menos positivos. De tal forma é também pertinente a promoção de conhecimento de redes de apoio à família (Tegethof, 2007) para que esta se possa desenvolver, assumindo a comunidade um papel fulcral. É ainda evidente a constante necessidade de a IP contar com o desenvolvimento de profissionais competentes e dotados de estratégias adequadas às famílias, para que estas possam usufruir de serviços de maior qualidade (Pereira & Serrano, 2010).

Os casos de acolhimento, são casos em que impera, muitas vezes, a dor e sofrimento e, por isso, merecem estar aos cuidados de adultos/as competentes que se adequem à sua função, e que se saibam autorregular, criar e estabelecer relações, evidenciar empatia e revelar as suas competências profissionais e pessoais perante as graves situações de maus tratos que encaram (Ramos, 2008). Em acolhimento, sejam profissionais de IP, das áreas da saúde, educação, social, ou até mesmo profissionais sem formação específicas, todos devem ter uma especial sensibilização para as crianças e jovens com quem contactam diariamente ou esporadicamente, pois cada um será um elemento de referência na vida das crianças e dos jovens (Ramos, 2008).

Para que as equipas, todas elas, efetuem um trabalho de intervenção com qualidade, para além de assumir responsabilidades, é premissa necessária que haja comunicação entre todas as partes abrangidas no processo e que a decisão dos procedimentos de atuação sejam comuns, corroborando com o tipo de intervenção, de acompanhamento e avaliação (Ramos, 2008). É essencial que se desenvolva e robusteça a rede social (cf. Serrano, 2007), como referimos anteriormente. Mais ainda, quando “em matéria de jurisdição de menores, não há nem pode haver situações definitivas. Antes do mais, há que repensar o que nós próprios somos para as crianças de hoje e o tempo e a atenção que lhes dedicamos” (Rodrigues, 1998, p.164). São as equipas de acolhimento que vão ver os seus rostos marcados na memória das famílias

e crianças. O impacto do seu trabalho assume proporções muitas vezes inimagináveis já que têm ao seu cuidado vidas marcadas por muito sofrimento (Ramos,2008).

Além da existência de profissionais especializados é essencial a cooperação com as famílias (Correia, 2011). Esta premissa poderá transpor-se para o trabalho realizado nas casas de acolhimento uma vez que é importante que se assuma essa dimensão como fundamental e se adote, sempre que possível, um papel cooperativo com as equipas de intervenção, trabalhando em conjunto, aproveitando os recursos e potenciando o trabalho em rede.

É ainda de relevar a importância da realização de um trabalho junto das famílias “a partir de uma lógica de respeito e identificação da diversidade de famílias, das dinâmicas e relações internas, das motivações, interesses e necessidades pessoais e sociais” (Cruz & Carvalho, 2015, p.6) da mesma, assumindo os seus pontos fortes (McWilliam, Winton & Crais, 2003) pois dessa forma se poderá traçar melhor o caminho que se adequa a aquilo de que a família carece para se reestruturar.

2.3. Nos trilhos das famílias

Em IP o trabalho com as famílias é fundamental, bem como nas casas de acolhimento, dado que se pretende, dentro dos casos possíveis, que as crianças e jovens possam ser reintegrados na sua família de origem. Mas para tal é necessário que aja intervenção com as famílias.

Embora os esforços dos profissionais, há ainda limitações à intervenção com as famílias que acabam por ter origem nas próprias, avaliando-se pela sua falta de envolvimento efetivo nos processo de tomada de decisão e escolha (Tegethof, 2007).

Deve a IP prestar o seu apoio junto das famílias e das crianças o mais cedo que lhe seja possível. No acolhimento residencial são muitos os constrangimentos para se trabalhar com as famílias: tempo, recursos, pouca trabalho articulado e em rede, desconhecimento das equipas e das famílias das respostas existentes, inibição das famílias em pedir apoio, entre outros, faz com que muitas famílias não recorram aos serviços competentes em matéria de infância. Há ainda casos de famílias que não conhecem outras dinâmicas familiares ou que por desconhecimento não sabem que as crianças estão a ver o seu desenvolvimento em risco. É necessário, com urgência a oferta de mais informação para as famílias e de projetos que as considerem não utentes de um serviço, objeto de intervenção dos *experts*, ou seja, combatendo que

Callon, Lascoumes & Barthe (2001) denomina processos de “dupla delegação” entre os que sabem e os que não sabem.

As famílias acabam por passar por tantos processos e profissionais que acabam por ficar descrentes em relação ao trabalho que é realizado em acolhimento (Siqueira, Zoltowski, Giordani, Otero & Dell’Aglío, 2010). Contudo, seja em que contexto for e no contexto de acolhimento mais sentido fará, para que os seus filhos se adequem socialmente, a relação com os seus pais terá uma grande importância (Morgado et al., 2013), já que o acolhimento poderá conferir às famílias uma religação e fortalecimento das relações (Barbas, 2014)

É importante que, no trabalho com as famílias, hajam estratégias que permitam a recuperação de funcionalidades, bem como a realização de um projeto de vida adequado para as crianças. Esse é um trabalho que deve ser articulado nas mais diversas áreas, seja da saúde, justiça, educação ou segurança social (Ramos, 2008).

As famílias de crianças e jovens acolhidos em casas de acolhimento são por norma famílias mais vulneráveis socialmente (Siqueira et al. 2010). O planeamento conjunto (Siqueira, Zoltowski, Giordani, Otero & Dell’Aglío, 2010) com as famílias poderá trazer benefícios no processo de reintegração familiar, pelo que a sua participação é sempre fundamental ser considerada e ao fim ao cabo é sobre a vida das famílias que se trabalha, de outra forma parece não fazer sentido. Deve existir especial atenção para o que a família partilha e uma base comunicacional forte, cooperativa e positiva. A dificuldade na intervenção com as famílias talvez esteja muitas vezes no pré conceito que os profissionais tenham com as mesmas, vendo-as como incapazes ao invés de uma oportunidade de investimento e crescimento e como parte integrante do processo.

As famílias têm um papel principal em acolhimento e investir nas mesmas, integrando-as poderá trazer benefícios e fazer o sistema crescer. Parece de todo interessante analisar qual poderá ser o impacto que a IP em contexto de acolhimento poderá ter na qualidade de vida das famílias (Paiva, 2013), pois Portugal ainda carece de estudos acerca da matéria.

No fundo se preconiza uma ação por parte da IP no contexto de acolhimento residencial que honre a premissa de uma intervenção que torne as famílias mais capazes, numa base de criação de relação de confiança e proximidade, delimitando o papel de cada interveniente na ação, com respeito pelas ligações familiares, a integração de uma rede de apoio, mais próxima e mais alargada, comunicação clara e

honestas e a consciência de que é um problema social, comunitário e não apenas intrínseco em determinada família (Costa, Martins, Bento & Henriques, 2015).

Foi nesse sentido que se pretendeu inicialmente com o projeto de intervenção integrar a participação das famílias a partir, numa primeira fase, pela realização de entrevistas. Contudo, não foi possível concretizar a ação pretendida pelas implicações e limitações que se impuseram, sobretudo centradas na falta de disponibilidade demonstrada pelas famílias.

Ao terminar este ponto, dizer que risco acarreta consigo muitos “ talvez” e o “talvez” é algo que não se planeia, que traz a hipótese de algo acontecer, mas também o surgimento daquilo que é incompreensível e imprevisível.

O pensamento do talvez embaralha os cálculos precisos que buscam prever e controlar o tempo que vem: um tempo que não é futuro, mas porvir. Um tempo que não é continuidade do presente, que não é linear, que não se orienta cronologicamente. O pensamento do talvez suspende os sinais da equação infância + pobreza, perturbando todos os cálculos, introduzindo a descontinuidade, a diferença, a abertura de um porvir. Desmancha-se a equação e permanece somente a infância: o talvez, o que não é, o que está por vir. (Hillesheim & Cruz, 2008, p.197)

CAPÍTULO III

PARTICIPAÇÃO DAS CRIANÇAS EM CASAS DE ACOLHIMENTO: COMO? QUANDO? PARA QUÊ?

Haverá, para uma criança, interesse *superior* ao de ser reconhecida, respeitada e amada como sujeito dos seus direitos? Se assim é, a *Convenção sobre os Direitos da Criança* é o *dom* que dá conteúdo ao interesse superior da criança. Reconhecendo-a na plenitude da sua personalidade jurídica, como sujeito, de parte inteira, dos direitos do homem. A Convenção é como que um *mapa ético* para iluminar e guiar os adultos na procura e respeito do interesse superior da criança. (Monteiro, 2002, pp.154-155).

No presente capítulo será apresentada uma análise sintética acerca de questões que relacionem a vida em acolhimento residencial e a participação da criança, que se torna fundamental para que o profissionalismo e o trabalho realizado junto das mesma seja efetivamente de maior qualidade e haja respeito pelos seus direitos enquanto humanos que são: “todo o indivíduo tem direito à liberdade de opinião e de expressão” [artigo 19º, DUDH, Unidos pelos Direitos Humanos (UDH), 2009].

3.1. A participação das crianças: *da voz à ação*

A infância como um constructo social, nem sempre foi considerada de igual forma, tanto no tempo como no espaço. No entanto, apesar das (des)ordens sociais, políticas, económicas ou culturais, nos últimos 50 anos décadas observou-se uma avanço dos direitos da criança (Monteiro, 2006; Fernandes, 2009; Tomás, 2011).

Na atualidade, já somos capazes de afirmar que “a criança assumiu-se, finalmente, como actor activo, dinâmico, interventivo e capaz de colaborar dentro das suas principais esferas de acção” (Monteiro, 2006, p.352).

Os direitos das crianças em Portugal têm ainda um longo caminho a percorrer, apesar das inúmeras alterações já verificadas (Fernandes, 2009; Tomás, 2011). Exemplo disso foi a evolução que se verificou com a mudança legislativa em 2001 ao nível da proteção de crianças e jovens expostos ao perigo e pelas respostas para os jovens entre 12 e 16 anos cujo percurso foi traçado por situações consideradas crime. Em Portugal, respeitando o artigo 1º da CDC, atualmente considera-se como criança

todas as pessoas que tenham idade inferior a 18 anos, exceto os casos em que se aplique a maioridade antecipada (Carvalho, 2013). Uma alteração, ainda em curso, refere-se à substituição do termo “menor” para “criança”, o que se espelha eventualmente uma mudança nas concepções sobre as crianças e a infância.

Para compreender o que é a participação quando se fala de crianças, talvez seja importante compreender o que são os direitos de participação, mas em primeiro lugar, o que são direitos.

Os direitos humanos foram proclamados, após uma longa história, na Declaração Universal dos Direitos do Homem (DUDH), a 10 de Dezembro de 1948, com o intuito de chegar a todos os lugares e povos do mundo. Embora a DUDH englobe crianças, ao afirmar que “todos os seres humanos podem invocar os direitos e liberdades (...) sem distinção alguma” (art.2º), uma vez que não eram respeitados os direitos em relação às crianças, foi necessário agilizar esforços no sentido de fazer valer mais os direitos relativamente às crianças.

Podemos afirmar que as crianças foram adquirindo ao longo do século passado um estatuto de sujeitos com direitos, pelo menos no campo dos princípios e dos discursos, que se consubstanciaram num corpus jurídico e teórico robusto e abundante, que influenciaram novos modos de pensar e intervir com esta categoria social (Fernandes & Tomás, 2016, p. 22)

A 20 de Novembro de 1989 nasceu a Convenção sobre os Direitos da Criança (CDC), adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas. Em Portugal, a CDC foi ratificada a 21 de setembro de 1990. É esta ainda uma Convenção jovem alvo de interpretações, que carece de ser respeitada em grande parte dos países e das ações humanas (Tomás, 2011).

A CDC é uma ferramenta com grande relevância a nível internacional, ostentando-se “um documento realista e flexível. Não idealiza a criança, abstraindo-a das suas dependências e necessidades” (Monteiro, 2002).

A CDC inaugurou uma nova categoria de direitos, os de participação, que se juntaram aos de provisão e proteção (Fernandes, 2009). Uma outra novidade foi o desenvolvimento do novo termo: o interesse superior da criança. Esta nova designação veio trazer uma maior reflexão acerca daquilo que a criança pensa, sente e partilha e à importância efetiva que se dará às questões trazidas pela criança. Este Interesse, que surgiu inicialmente como forma de limitar o poder do adulto sobre a criança, é trazido como algo que se eleva sobre interesses culturais ou quaisquer

outros que não sejam direito da criança, podendo mesmo ser superior a breves interesses que a criança possa ter (Monteiro, 2002).

Richard (1983) dá-nos duas perspectivas acerca dos mundos sociais da infância: a criação e manutenção dos mundos sociais das crianças à imagem dos mundos elaborados e conservados pelos adultos, e por outro lado, o aparecimento de um mundo social de infância nascido e mantido por outros processos que não o do mundo dos adultos, que o autor denomina de mundo autónomo. Decorrente deste pressuposto, assistiu-se a um desenvolvimento teórico e metodológico em torno da importância de ouvir as crianças, o que inclui o acolhimento residencial. Como defendem Costa et al. (2014):

É importante que a criança perceba, à medida que lhe for oportuno no seu crescimento, que é agente do seu destino, que terá repercussões perante os seus atos e que não tem necessariamente de ser negativo, e (...) é fundamental o aumento da participação nas decisões sobre a sua vida, não só as decisões sobre a sua vida e sobre o seu PSEI⁸, mas também aquelas relacionadas com a vida diária, como a escolha da escola, do curso a seguir, das atividades extracurriculares preferidas, em que para tudo poderá dar uma explicação acerca das suas escolhas e assumir as consequências que daí possam advir (p.17).

As casas de acolhimento são o espaço de vivência diária das crianças e jovens. O trabalho em acolhimento não fará sentido se não for respeitado o pressuposto de que as crianças e os jovens são os principais agentes da sua história e que sobre ela deve ter uma opinião ouvida, respeitada e considerada.

Parece, neste contexto, que se deve apostar nos conhecimentos produzidos pela sociologia da infância para maior esclarecimento acerca dos mundos da criança, já que esta área para além de analisar a participação como elemento fundamental do seu enfoque “vem propor um enfoque renovado que acentue a ação social das crianças e a sua participação no processo de socialização” (Fernandes, 2009, p. 86). Este campo do saber, estuda o que a criança nos transmite e apresenta-se como forte impulsionador dos direitos da criança, vendo-a capaz de agir e participar, olhando para a criança por meio do que ela lhe conta acerca do seu dia-a-dia, vendo para além do que aquilo que por norma os adultos vêm. Neste pensamento, as crianças são atores sociais, pessoa de direitos (Fernandes, 2009).

⁸ PSEI: Plano Socioeducativo Individual

Na sua investigação, acerca das representações sociais que as crianças têm acerca do seu estatuto como sujeitos de direitos, Fernandes (2009), debruçou-se sobre dois pontos principais, abaixo esquematizados.

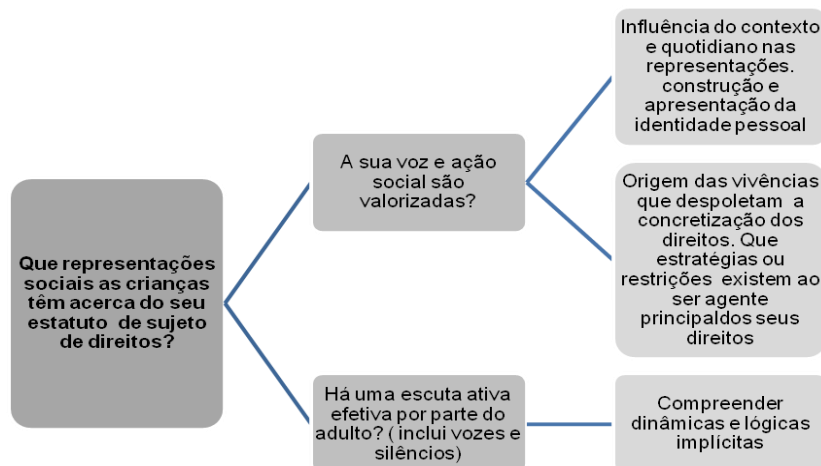


Figura 2. Representações sociais das crianças acerca do seu estatuto de sujeito de direitos. Fonte: Fernandes (2009)

Ora parecem ser estas questões fundamentais a refletir enquanto adultos, profissionais ou familiares, no contacto diário com as crianças, sobretudo no espaço de intervenção. Se nos colocarmos num papel descentrado de nós mesmos e acedermos ao pensamento da criança, sem grandes interpretações, talvez consigamos “ouvi-las” e “vê-las”, de facto, de forma nítida e transparente e aceder aos seus mundos de criança.

A criança está “inserida numa realidade social, cujas estruturas a influenciam, mas são também por ela influenciadas” (Fernandes, 2009, p.114)

É imperativo que se tome consciência da verdadeira participação real que a criança pode e deve ter acerca da sua própria vida e não criar a ideia de que participam, contornando as suas vozes à “maneira adulta”.

A persistente cultura de desrespeito pela criança activa e participativa a que continuamos a assistir, assume, por vezes, contornos dúbios, através da encenação de falsos ambientes de participação infantil, onde a voz das crianças, por vezes, até pode ser ouvida, mas não escutada, onde os discursos revelam palavras adultas através das falas das crianças (Fernandes, 2009, p. 294).

É importante considerar que “as crianças são “produtos políticos” que não têm porta-voz para as defender: sem porta-voz evidente no seu estatuto colectivo, são os especialistas da sociedade que dissertam e legislam a propósito das crianças, que as controlam e as perscrutam” (Tomás, 2011, p.171). Nesse sentido “é necessário começar por identificar as imagens e concepções de infância que constituem um obstáculo à participação das crianças e indagar formas de superar esses mesmos obstáculos, já que esse processo não poderá ser feito sem a participação das mesmas” (Tomás, 2008, p.389).

As crianças já são atores da sua história ainda em muito pequenas (mesmo que assim os adultos não o considerem) e mesmo em bebés, com capacidade para agir, interagir, experimentar novas vivências.

É imperativo que a investigação sobre/em acolhimento residencial se desenvolva com um carácter de diálogo entre campos e disciplinas, de forma a potenciar uma maior reflexividades nos/as profissionais que ali trabalham. Dessa forma reforça-se que “é necessário que as crianças sejam reconhecidas não meramente pela sua natureza infantil e que a sua condição de cidadão não seja apenas verbalizada, mas verdadeiramente promovida e garantida” (Lapa, 2013, p.108).

As instituições devem considerar as opiniões e interesses das crianças nas suas formas de atuação. Após o nascimento da CDC ainda foi visível que quanto aos direitos das crianças, muito se mantinha equivalente ao que se verificava antes da sua existência, sobretudo no que concerne aos direitos de participação e expressão de opinião. Os direitos de participação encontram muitos entraves com a proteção a travar-lhe o caminho, limitando as suas liberdades e com perspectivas de que as crianças não têm ainda determinadas capacidades que as impedem de se autopromover no sentido da participação (Fernandes, 2009).

A questão dos direitos de participação alerta, no contexto de acolhimento residencial para a participação dos jovens na construção dos seus projetos de vida.

Rechamando os dados estatísticos do CASA 2015, sabe-se que os projetos de vida das crianças e jovens que vivem em contexto de acolhimento, embora prioritários, em 5.5% dos casos não foram definidos nos primeiros 6 meses de acolhimento. Em 2015, 4% das crianças e jovens acolhidos apenas viu o seu projeto de vida definido após mais de 6 meses de acolhimento e 1% dos casos embora definidos não foram

concretizados. Nos casos em que se verificam projetos de vida definidos, sobressaem a autonomização e reintegração na família nuclear, seguida pela adoção (ISS, 2016).

Clarificando a ideia de projeto de vida, este deve assentar sobre três pontos principais: a reunificação da família nuclear ou alargada, a inserção numa família tutora, adotiva ou de apadrinhamento civil, ou autonomização (ISS, 2016). A falta de definição de projetos de vida atempadamente na vida das crianças e jovens para além de questionar a ação do Sistema quando ao trabalho realizado em acolhimento, coloca ainda outra premissa em evidência: será que as crianças e os jovens estão a participar na definição dos seus projetos de vida?

A participação das crianças, com voz e ação, é fundamental não só para traçar um projeto de vida adequado às suas características e necessidades como na designação do seu estatuto na sociedade. Aos olhos adultos a participação infantil é muitas vezes vista como enfraquecimento do seu poder e tutela sobre as crianças e a criança é tida como um ser que necessita da sua proteção, sem capacidade de assunção de responsabilidade (Soares, 2006). Não obstante, os/as adultos/as têm um papel fundamental em promover, ou não, a participação das crianças, o que inclui os espaços de acolhimento. É um direito.

Lapa (2013) no seu estudo acerca das representações sociais das técnicas e das famílias acerca da participação das crianças, concluiu que, no contexto estudado, se verificava ainda uma fraca participação das crianças no decurso da ação da IP, contrariando o discursos dos/as profissionais e das famílias acerca da importância dos direitos da criança.

Promover o direito à participação implica considerar os interesses e opiniões expressos pela criança (Fernandes, 2009; Costa et al., 2014), e cada vez mais tal pode ser feito em vários locais, podendo assim as crianças ter oportunidade de se expressar e serem escutadas. É importante não esquecer que participar implica ainda (Costa et al., 2014) ser socialmente consciente, entrar em diálogo, interagir com pares e adultos, desenvolvimento, promoção da responsabilidade, uma integração mais apropriada na sociedade e a promoção de aptidões de resiliência perante experiências negativas. A participação ativa implica ainda atuação ativa também por parte das instituições, considerando a promoção e garantia dos direitos da criança.

Fernandes (2009) ao investigar a forma como a participação infantil é vista pelas crianças e quais as suas conceções acerca de si enquanto indivíduos de direitos de

participação, bem como a credibilidade e evidência com que são vistas no seu dia-a-dia, incitou-as a refletir em dois sentidos:

1. Como se desenrola um dia na sua vida; como são as suas rotinas; quem são as principais pessoas presentes.
2. Repensar como é um dia da sua vida mas com a variável de que desta vez são elas os protagonistas do dia, podendo decidir como o dia se desenrola.

A estas questões acrescentei outras a pensar nos espaços de acolhimento residencial:

- Quais os significados atribuídos pelas crianças ao direito de participação?
- Que possibilidades reais têm as crianças de participação na Casa?
- Que estratégias utilizam as crianças para participar?
- Que obstáculos encontram nesse processo?

“A ideia de participação infantil (...) entende a criança como um ator social, ativo no exercício concreto da ação social e, por isso mesmo, também na construção da sua identidade pessoal e social” (Fernandes, 2009, p.295). Esta ideia contraria as restrições visíveis ao nível da participação infantil que se veem por meio de questões culturais, pelo poder atribuído às crianças na prática da participação (que acabam por não promover o diálogo, em detrimento de conceções, seja culturais, familiares ou educativas) e pelo facto de ser um grupo minoritário na sociedade.

De forma genérica há que entender as constantes tentativas de promover a participação de crianças e jovens na área do acolhimento. Através do estudo de Tomás (2017) percebe-se a sua promoção, para além das leis promulgadas, como referido em capítulo anterior, no presente século, a intervenção feita a partir do enquadramento de programas nacionais que visam a qualificação do acolhimento como o Plano DOM (Desafios, Oportunidades e Mudanças), pela sua abertura à comunidade, à supervisão externa e à promoção dos direitos das crianças e jovens acolhidas e orientando para que saíssem do sistema em “tempo útil” (Despacho nº 8392/2007, p. 12279). Não obstante, nunca foi avaliado. O Plano SERE + (Sensibilizar, Envolver, Renovar, Esperança, MAIS), que tem os mesmos objetivos do plano DOM (Despacho n.º 9016/2012) e está atualmente em vigor.

CAPÍTULO IV

METODOLOGIA – UM PROJETO DE INTERVENÇÃO QUE TAMBÉM SE FEZ COM AS CRIANÇAS

Com o intuito de intervir num contexto de acolhimento residencial, foi necessário primeiro conhecê-lo e compreendê-lo, para posteriormente potenciar algumas mudanças (Robertis, 2011), com especial enfoque na participação das crianças em contexto.

Neste capítulo pretende-se apresentar o contexto e metodologia seguida no projeto de intervenção. A escolha do contexto teve a sua origem no facto de ser um espaço onde desenvolvia a minha atividade profissional como membro da equipa educativa da casa.

4.1. O contexto da intervenção: aquela casa, aquelas crianças e aquelas equipas

A Casa onde foi desenvolvido o projeto de intervenção situa-se no distrito de Lisboa, tem quase duas décadas de existência e desde então já acolheu dezenas de crianças e jovens. Desde sempre priorizou o acolhimento de fratrias.

A casa de acolhimento está inserida num contexto diversificado em termos de respostas sociais. Não obstante, um dos efeitos é a pouca privacidade para aqueles que nela vivem.

Ao nível de contexto físico subdivide-se numa pequena cozinha, uma lavandaria, uma arrecadação, uma saída de emergência, balneários feminino e masculino, duas salas (de estar, de jogos e de estudo), gabinetes para a equipa técnica, educativa, coordenação e direção técnica e 6 quartos, de grande dimensão, onde dormem entre três a quatro crianças e jovens. Do ponto de vista da caracterização da rotina institucional, as crianças acordam de manhã para ir à escola e ao regressarem existe um espaço de estudo acompanhado e orientado pela equipa educativa. Parte do grupo de crianças e jovens realiza a higiene diária antes do jantar e outra parte depois. Após o jantar ainda realizam tarefas de limpeza da casa, tratam da sua higiene, arrumam os seus materiais escolares e roupa para o dia seguinte, arrumam os seus quartos, têm momentos de convívio, ceiam e deitam-se. Uma vez

por semana é realizada uma reunião com a coordenadora e um membro da equipa educativa com as crianças a partir dos 12 anos e outra reunião com as crianças até aos 12 anos, com outro membro da equipa educativa. Nestes espaços de reunião, são dadas informações, feitas trocas e partilhas, colocadas questões, sendo um espaço de discussão onde a escuta ativa assume um papel fundamental. Nas reuniões das crianças com menos de 12 anos, sempre que tal é possível, são realizadas dinâmicas de grupo, com carácter mais lúdico, no sentido da promoção de competências, de partilha, cooperação, sensibilização sobre assuntos mais complexos e relevantes, bem como outro tipo de partilha e questões que surjam.

Os dados acerca dos participantes em estudo e intervenção foram recolhidos com base nas respostas das entrevistas e pela consulta das informações em documentação da Casa⁹.

O projeto foi desenvolvido com 23 crianças e jovens acolhidos numa casa de acolhimento no distrito de Lisboa, com idades compreendidas entre os 6 e os 19 anos, 11 crianças e jovens do sexo feminino e 12 do sexo masculino. Um dos jovens da casa não aceitou participar no estudo. Na casa viviam 24 crianças e jovens à data de início do estudo. Integraram, ainda, o projeto a Diretora Técnica da referida Casa, 3 membros da Equipa Educativa (duas mulheres e um homem). À data de apresentação do estudo a Equipa Técnica contou com mais um elemento (feminino). No início do estudo um dos elementos saiu sendo substituído por outro que acabou por integrar a equipa de forma permanente. Contou-se ainda com a colaboração da Equipa Educativa, que integrou a coordenadora e outros 8 elementos, 6 do sexo feminino e 2 do sexo masculino. No total foram 36 os/as participantes diretos no projeto de intervenção (sendo que apenas 12 adultos integraram a entrevista por um dos adultos ter integrado a equipa numa fase posterior). Nessa altura a Casa contava com 13 adultos nas equipas e direção. Desde o início do estudo entraram para a casa de acolhimento 3 crianças e jovens, e uma técnica e saíram 2 jovens.

Analisando os principais dados de caracterização dos participantes, com base nas entrevistas às crianças, jovens e adultos/as da Casa e em informação catalogada nos processos das crianças e jovens (anexo E) constata-se que o espetro das idades tanto no grupo dos/as adultos/as como no das crianças e jovens, é alargado, já que no caso do primeiro grupo revela-se entre os 25 e os 63 anos de idade e no segundo dos

⁹ Dados apresentados recolhidos à data de início do estudo

6 aos 19 anos. No caso das crianças e jovens há um equilíbrio entre meninas e meninos. No caso dos/as adultos/as há uma predominância do sexo feminino.

É grande a importância de conhecer, compreender e caracterizar o contexto, embora se saiba que “a realidade aparece como algo que sobrepõe e ultrapassa os sentidos humanos, que existe de forma tão extensa e complexa que nunca se consegue conhecê-la em sua extensão, conhecendo-a sempre de forma segmentada, contingente e parcial” (Santos, 2012, pp.99-100).

Ao nível de formação escolar ou académica o grupo de adultos/as revela no seu grosso um nível de habilitações médio a elevado, (anexo E), uma vez que se verificam 6 elementos com formação superior (4 com licenciatura e 2 com mestrado), 4 elementos com o 12º ano e 2 elementos com o 9ºano de escolaridade. Por outro lado existem também casos com muitos anos de experiência (anexo E), embora em alguns casos, seja esta casa a única realidade profissional que conhecem.

Ao nível de composição da direção e equipas da Casa, esta conta com um elemento de direção técnica, equipa educativa com um elemento de coordenação e outros 9 elementos constituintes da equipa, e por fim a equipa técnica com três elementos, totalizando 13 elementos adultos em intervenção direta com as crianças e jovens na Casa.

A Direção Técnica está responsável pela casa e por todos os assuntos que concernem à sua função, estando sempre em contacto e partilha com a direção social da Fundação. A coordenação trabalha assuntos referentes à equipa e gere, organiza e coordena assuntos relacionados com as crianças e jovens, sendo um importante elemento de ligação na casa. Cada elemento técnico gere os casos para os quais está responsável, sendo que o mesmo técnico trabalha com fratrias (não estando irmãos divididos por técnicos), com as famílias, com assuntos relacionados com a escola, saúde e processos seja de Tribunais, ECJ ou CPCJ. Em suma, o/a técnico/a é responsável por todos os assuntos referentes às crianças e jovens pelos quais está responsável. O seu trabalho é realizado em articulação com a equipa educativa, que é composta por educadores de referência que são responsáveis por 1 a 3 crianças ou jovens (neste caso podem já não pertencer à mesma fratria) e a si são encaminhados os principais assuntos e respostas do dia-a-dia que são relacionados com o seu educando de referência. Embora a equipa articule em conjunto na atuação com todas as crianças e jovens, existem determinados assuntos a quem os educandos devem recorrer em primeiro lugar ao educador/a de referência (William, Winton & Crais,

2003). Esta logística permite existirem adultos/as de referência a quem a criança ou jovem possa recorrer e criar uma base de segurança, relação e estabilidade, embora possa recorrer a qualquer adulto/a da casa. Importa referir também que a Casa de Acolhimento recebe colaboradores de serviços gerais de limpeza, de serviços de lavandaria, cozinha e motorista. Elementos esses que acabam por interagir de forma direta com as crianças e jovens.

4.2. Das inquietações, às questões de partida até à intervenção concretizada

O ponto principal da intervenção prendeu-se com a implementação de um projeto de intervenção que teve como finalidade promover algumas linhas de “atuação-para-a-mudança”, i.e., a reconfiguração do processo de acolhimento e as vivências quotidianas das crianças e dos jovens nas seguintes dimensões: processo de acolhimento, relações familiares, percursos educativos e projetos de vida. A escolha destas dimensões decorreu do diagnóstico realizado. Como complemento e especificação a que essa implementação se traduz, traçam-se neste projeto três grupos de objetivos, abaixo explicitados:

Tabela 4
Objetivos do Projeto de Intervenção

Objetivos	Indicadores orientadores à intervenção
Objetivos de pré-requisito	Autorização superior (Direção técnica, direção social e administração da Casa) para a realização da intervenção. Todos os/as participantes devem assinar o protocolo de consentimento informado. As crianças têm de estar acolhidas e os/as adultos/as trabalhar nas equipas e direção da casa.
Objetivos Gerais	Promover a participação das crianças acolhidas. Promover o desenvolvimento profissional dos profissionais na área do acolhimento residencial – conhecimentos sobre direitos da criança e participação infantil.
Objetivos específicos	Incentivar tempos –espaços de participação das crianças na Casa. Estimular a formação e desenvolvimento de competências das equipas - formação. Impulsionar a motivação no seio do contexto laboral. Contribuir para um funcionamento da casa cada vez mais adaptado às necessidades das crianças e jovens. Colaborar no desenvolvimento de projetos de vida. Desenvolver estratégias para a intervenção com as famílias. Produzir a reflexão acerca das práticas profissionais e vivências em acolhimento. Melhorar a promoção e garantia dos direitos das crianças, nomeadamente ao nível da privacidade. Potenciar as possibilidades de promoção de competências de autonomia

Para intervir é necessário compreender a população com que se pretende trabalhar e seu contexto, ou seja, estudar determinada realidade social. No caso específico deste projeto, com a implementação do mesmo, por um lado pretendia-se ampliar e densificar o conhecimento das crianças, dos/as profissionais, do seu contexto, das suas necessidades e preocupações e das realidades que enfrentam diariamente, como veremos. Por outro, a análise dos dados nacionais ajudou a compreender e a enquadrar ao nível local o retrato do acolhimento residencial a partir de um olhar “interno-externo” para passar de um conhecimento da experiência diária, do senso comum, a um conhecimento mais objetivo. Pretendeu-se ainda mapear as conceções das crianças e dos/as adultos/as (equipas e direção) sobre o acolhimento residencial, considerando o papel de participação das crianças e das famílias.

4.3. As opções metodológicas e o roteiro ético

As dinâmicas de grupo são um aspeto fundamental de trabalho em qualquer situação de intervenção sociológica; mesmo quando não são o seu *focus*, raramente a sociologia de intervenção pode dispensar o conhecimento das técnicas de dinâmica de grupo (Guerra, 2002, p.14)

É neste capítulo que se traça o percurso da intervenção e das opções metodológicas. Trata-se de um projeto que assume uma natureza qualitativa assente, ainda que de forma contextualizada, do modelo de intervenção preconizado por Guerra (2002).

Do ponto das técnicas de recolhas de dados, privilegiam-se as entrevistas, as conversas informais e a consulta documental, o que inclui as atas e as discussões em reuniões com as equipas. Foi também possível obter informações no contacto e conversas com familiares das crianças, dado quem em primeira instância importou não “somente definir as intervenções, mas antes esclarecer a partir de que elementos” (Robertis, 2011, p.137).

Com este projeto não se pretendia alcançar resultados mensuráveis nem conclusivos. Não era o desejável nem o possível por questões temporais. Além disso, o exercício académico termina mas a intervenção continua. Pretende-se que seja um projeto impulsionador de mudança, sem que seja necessária a definição concreta do seu sentido, mas sim a aceção do termo transformação: “o que é que queremos mudar, para quê, com quem queremos mudar e o que queremos atingir” (Robertis,

2011, p.73). Como defende Guerra “as tentativas de intervir sobre a mudança começam por se interrogar sobre as variáveis que a provocam” (2002, p. 108).

O ato de intervir implica uma metodologia. Implica planejar, gerir, criar, recriar, organizar e ser realista (Robertis, 2011). Ao criar um caminho objetivo de intervenção é possível ter uma maior clareza da realidade em estudo e por sua vez obter resultados mais eficazes (Guerra, 2002).

4.3.1. As ações desenvolvidas: nos caminhos da intervenção

Para que fosse possível a intervenção, foi necessária a realização de um diagnóstico, a que já fiz alusão anteriormente. Cada vez mais parece fazer sentido o recurso a “estratégias indutivas: em vez de partir das teorias para o teste empírico, o que se exige são ‘conceitos sensibilizadores’ para abordar os contextos sociais que se quer estudar” (Flick, 2005, p.2).

Começou-se por identificar os problemas e compreender as suas causalidades. Para que tal fosse possível foi necessário conhecer a realidade do contexto a intervir. Uma vez que eu fazia parte da equipa educativa da casa de acolhimento foi possível rapidamente identificar as principais necessidades evidentes a serem alvo de atuação, pela prática profissional diária e por meio de observação direta e participada, constituindo-se como “dinâmica e envolvente” (Correia, 2009, p.31). Esta observação implicou uma perspectiva geral dos aspectos sociais, das interações e do que acontece em campo” (Correia, 2009, p. 32) dando posteriormente lugar a acontecimentos mais específicos. Verificou-se aqui um “contacto directo, frequente e prolongado da minha parte, com os actores sociais” (*idem*, p.31) e dessa forma a utilização de “uma técnica de eleição para o investigador que visa compreender as pessoas e as suas actividades no contexto da acção, podendo reunir na observação participante, uma técnica de excelência que lhe permite uma análise indutiva e compreensiva” (*idem*). Para que essa informação se tornasse mais robusta, foram realizadas entrevistas à direção técnica, equipas técnica e educativa e às crianças, para se compreenderem causalidades e potenciar a reflexão acerca dos processos e estratégias de atuação, pois não importa apenas analisar as demonstrações aparentes dos acontecimentos que nos aparecem, o que não é suficiente, mas sim fenómenos para agir sobre as causas (Guerra, 2002).

Para um diagnóstico das causalidades e problemas fez parte do processo conhecer e/ou ampliar os conhecimentos sobre o contexto e o funcionamento de

outros semelhantes, o que foi possível em momentos de formação, partilha e desenvolvimento de processos de investigação. Dado que para um diagnóstico de qualidade não importa somente os problemas em evidência, mas também as potencialidades e recursos (Guerra, 2002), para que se visse este projeto viável, foi considerado e reconhecido que a Casa é um contexto com fortes possibilidades de crescimento, dado as equipas e a direção desenvolverem esforços no sentido da reestruturação funcional da Casa, na aposta de formações dos/as profissionais, na promoção da participação das crianças e jovens e na predisposição para a mudança, mesmo que não da mesma forma por todos os elementos.

“Um bom diagnóstico é garante da adequabilidade das respostas às necessidades locais e é fundamental para garantir a eficácia de qualquer projeto de intervenção” (Guerra, 2002,p.131). As técnicas utilizadas para realizar o diagnóstico foram as seguintes:

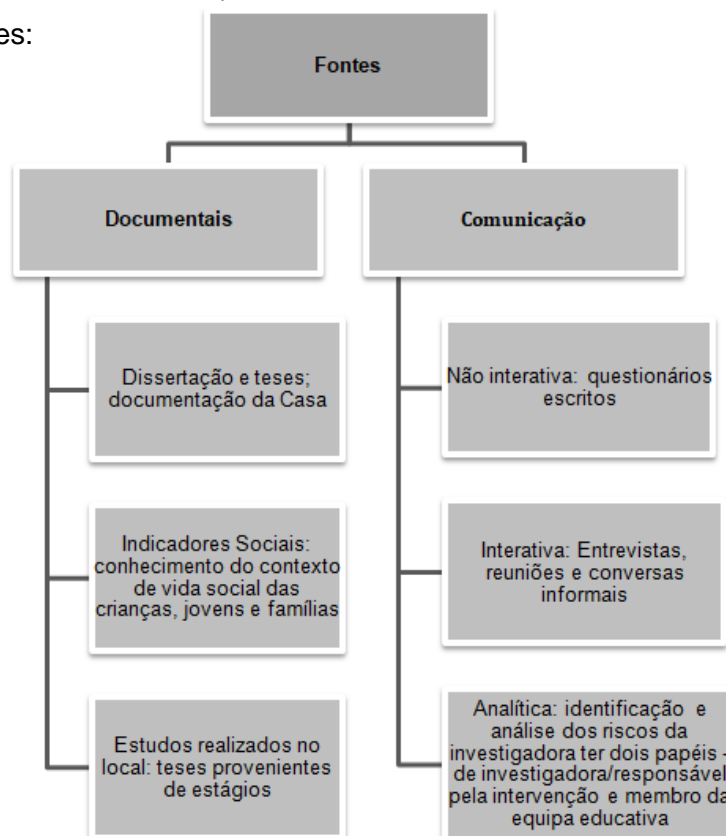


Figura3. Fontes de Diagnóstico. Adaptado de Guerra (2002)

No sentido de melhor compreender a organização do projeto de intervenção em causa, respondeu-se às questões: O quê? Porquê? Para quê? Quanto? Onde?

Como quando? Para quem? Com quê? Dessa forma será possível uma organização lógica de ideias e de trabalho.

Tabela 5

Classificação do Projeto de Intervenção

O quê?		Natureza do projeto	Projeto de intervenção em contexto de acolhimento residencial
Porquê ?	Se quer fazer	Origem e fundamentação	Com base na frequência do mestrado em IP e pelo facto de ser membro da equipa educativa / Para melhor compreender a realidade do contexto de acolhimento e sobre ele atuar com técnicas de intervenção mais eficazes (Guerra, 2002)
Para quê?		Objetivos, finalidade	Mapear as conceções das crianças e dos adultos (equipas técnica e educativa) sobre o acolhimento residencial, a partir de dois eixos: <ul style="list-style-type: none"> (i) Participação das crianças e jovens (ii) Participação das famílias Implementação de um projeto de intervenção participado que vise reconfigurar o processo de acolhimento e as vivências quotidianas das crianças e jovens em quatro dimensões: <ul style="list-style-type: none"> (i) Processo de acolhimento (ii) Relação com as famílias (iii) Percursos educativos (iv) Projetos de vida
Quanto ?		Metas	Tentar modificar vivências, rotinas, conceções e promover oportunidades para melhorar a qualidade de vida das crianças, jovens e famílias, bem como contribuir para aumentar a formação e qualidade de atuação das equipas.
Onde?		Localização	Distrito de Lisboa
Como?	Se faz	Atividades e tarefas	Anexos F e G
		Métodos e técnicas	Observação direta e participante, entrevistas semiestruturadas, conversas informais, reuniões,

			telefonemas
Quando?		Cronograma	Anexo F
Para quem?	Se dirige	Destinatários	Crianças e jovens acolhidos numa casa de acolhimento do distrito de Lisboa, suas famílias e equipas técnica e educativa
Quem?	O faz	Recursos Humanos	Investigadora do projeto, com a colaboração das equipas e direção da casa
Com quê?	Se faz	Recursos materiais	Espaço da casa de acolhimento, carrinhas da Fundação, material de impressão
	Se custeia	Recursos financeiros	Gastos com deslocações e chamadas telefónicas
	a	Recursos temporais	Investimento de tempo e gestão de horários entre todos os intervenientes

Nota. Adaptado de Ander-Egg & Aguilar (1995)

A partir da organização da informação e da resposta às questões acima referidas foi possível ter uma visão mais concreta do cenário de ação e colocar em evidência “uma gestão eficaz verdadeiramente complexa” (Guerra, 2002, p.125)

A partir do modelo de Guerra (2002) sobre as principais etapas de construção de um projeto, apresenta-se de seguida o quadro global do projeto desenvolvido.

Tabela 6
Fases do Projeto de Intervenção

Fases	Projeto de intervenção
Identificação dos problemas e diagnóstico, apontando quais os problemas sobre os quais se pretende intervir e quais as suas causas	Caracterizar a casa de acolhimento; Caracterizar de forma sistematizada as crianças e os adultos da casa de acolhimento; Consultar e analisar os documentos estruturantes da Casa: Projeto Educativo, Regulamento Interno, PSEI, etc.; Mapear as conceções de crianças e jovens acerca do seu acolhimento; dos seus percursos de vida: o que ambicionam; como se sentem; o que propõem para melhorar o seu quotidiano e as suas vivências. Entrevistar a Diretora Técnica por forma a compreender perspetivas, necessidades, objetivos e projetos. Entrevistar a equipa técnica e educativa para compreender as necessidades da casa, das famílias e das crianças. Entrevistar as famílias, se for possível, de forma a compreender as necessidades, capacidades, trabalho desenvolvido com a casa de acolhimento e objetivos quanto ao presente e futuro dos/as filhos/as. Entrevista com técnicos da CPCJ (se necessário)
Definição dos objetivos,	

estipulando finalidades, objetivos gerais e específicos	Cf. tabela 4
Definição das estratégias orientadoras de todo o trabalho	Com as crianças e jovens: - Afixar informação e dinamizar uma sessão com as crianças e jovens para discutir os direitos da criança - Recolher e analisar a informação recolhida Com os/as adultos/as: - Realização das entrevistas - Planear o projeto de intervenção coparticipado
Programação das atividades, definindo as mesmas, calendarizando-as e atribuindo responsabilidades	Cf. Anexos F e G
Preparação do plano de acompanhamento e de avaliação, estabelecendo os indicadores de avaliação	Assume-se que avaliação como uma prática pedagógica e formativa, que deve contribuir para melhorar a qualidade das intervenções. - Avaliação contínua (i) Informações recolhidas antes, no decorrer das ações e após a conclusão das mesmas.
Publicitação dos resultados e estudo dos elementos para a prossecução do projeto	Apresentação em reuniões e documentação escrita dos resultados. Proposta do seguimento de estratégias, procedimentos e sugestões.

Nota. Adaptado de Guerra (2002)

Para o planeamento deste projeto (anexo G) foram considerados alguns fatores metodológicos essenciais (Guerra, 2002), como referido anteriormente, como o seu carácter qualitativo; a globalidade do método prospetivo, considerando dados incertos, como imprevistos horários ou falta de presenças em reuniões; a racionalidade, alertando desde início os/as participantes das possíveis limitações da intervenção e dos processos pelos quais poderiam ter que passar; e o voluntarismo, tornando claro o que iria ser realizado (tal questão foi-se tornando mais clara com o desenvolver do projeto); o antifatalismo, na capacidade de contornar variáveis que parecem já estar predestinadas; e a incorporação da visão a longo prazo, tornando este projeto passível de ter continuidade no futuro.

No sentido de se desenvolver uma intervenção, contextualizada, colaborativa e adequada em função do tempo que tinha, considere de extrema relevância incluir todos os intervenientes diretos da Casa.

Outras figuras que não foram alvo de estudo e ação direta, mas que se consideram relevantes no espaço da Fundação foram os cozinheiros, as senhoras da limpeza, da lavanderia, os motoristas, os restantes colaboradores e crianças e jovens, pois têm também um grande impacto da vida destas crianças e jovens que com eles se cruzam e trocam algumas palavras todos os dias. Estas relações são de interesse já que podem constituir um meio de interação que seja mote de mudança nas crianças e jovens (Mendes & Santos, 2014).

4.3.2. As entrevistas

De modo a melhor compreender o contexto de intervenção e as necessidades que o mesmo acarretava consigo recolheu-se informação junto do local de intervenção, complementada pela experiência pessoal de conhecimento do contexto e pelas entrevistas realizadas às crianças, jovens, equipas e direção da casa de acolhimento. Considerou-se esta fase fundamental já que “em qualquer contexto de intervenção, qualquer ação que se pretenda de base científica inclui necessariamente uma dinâmica de investigação-ação (...). As medidas de investigação-ação permitem a produção de conhecimentos sobre a realidade (...), a produção de mudanças sociais” (Guerra, 2002, p.52). Tornou-se assim essencial compreender e avaliar os resultados em questão, dado fazerem “referência ao processo de medida da concretização ou não dos objetivos, compreende dois procedimentos: o da verificação dos resultados e o da análise dos procedimentos” (Robertis, 2011).

As entrevistas foram concretizadas no seu todo através de vários processos (consultar também anexo H) a ter em consideração (Guerra, 2010):

1. Técnicas de realização de entrevistas: desta fase surgiu o modelo de entrevista. Para a sua execução foi necessário responder a algumas questões: Quem interrogar e quantas pessoas interrogar? Inicialmente ter-se-ia como propósito a entrevista à direção técnica da casa de acolhimento, às equipas educativa e técnica, às crianças e jovens nela acolhidos e às suas famílias, embora este último grupo não tenha sido possível de se integrar no processo. Ao todo foram alvo da entrevista 35 pessoas. Por fim, importou refletir na forma de construção do guião (anexo I1 e I2).

2. Construção do modelo de pesquisa: Compreender de forma qualitativa o funcionamento e as pessoas da casa de acolhimento constituiu-se como uma realidade empírica, de onde foi surgindo o objeto construído “progressivamente em contacto com o terreno a partir da interação com a recolha de dados e a análise”

(Guerra, 2010, p.37). Desta fase ressaltou o planeamento da entrevista com indicações relevantes para a interpretação dos passos seguintes. O objeto ganhou forma numa mesma fase em que o modelo de análise foi 'crescendo'. Não se pretendeu neste processo a descrição de realidades como elemento único. Pretendeu-se também conceber processos e dinâmicas, de modo a compreender a dinâmica daquele espaço social, do processo pelo qual as crianças, das suas vivências e das perspetivas dos profissionais.

3. Quantas pessoas integrar e quem? Deste questionamento surge a análise uma metodologia qualitativa que pode carecer de representatividade ou de uma generalização selvática. O que estas expressões poderão indicar é que estamos perante uma representatividade social ao invés de uma presença estatística. Procurou-se neste projeto a diversidade, entrevistando pessoas com diferentes formas de interpretar o contexto analisado e com diferentes vivências.

4. Como realizar o questionamento? Para interrogar a população pretendida foi necessário ter em especial atenção fatores como a diretividade (anexo H) no direcionamento da entrevista. O processo de transcrição da entrevista (Guerra, 2010) implicou a transcrição informatizada, uma revisão da gravação assegurando o preenchimento de espaços com palavras menos perceptíveis e redação de um discurso, compreensível, com pontuação adequada e retirada de elementos acessórios. Segundo Guerra (2010) a esta fase deve seguir-se um momento de leitura de entrevistas que deve contemplar um primeiro momento de sublinhar as expressões mais relevantes do texto para a investigação, onde podem ser ressaltados em separado aspetos como factos, frases indicativas do discurso para serem utilizadas como elementos ilustrativos que se deseja retratar na análise da informação. Ressalvam-se também informações de difícil compreensão inicial que carecem de posterior análise mais complexa e expressões novas ou admirações e estranhezas do discurso. Numa segunda fase devem existir novas leituras que permitam apontamentos e síntese do texto. Tentou-se respeitar estas fases o máximo que foi possível. No final, foi realizada uma análise qualitativa das entrevistas que assentou sobre uma "análise comparativa através da construção de tipologias, categorias e análises temáticas" (Guerra, 2010, p.69)

4.3.3. Adentrando casa de acolhimento – as questões éticas vividas

Fernandes e Tomás defendem que “o cuidado que houve em todos os trabalhos de proceder à explicitação, a todos os actores envolvidos, dos objectivos dos trabalhos de investigação, considerando que é este um passo fundamental de forma a construir uma ética democrática na investigação.” (2011, p.10)

A metodologia de trabalho presente neste projeto teve como pressuposto o papel das crianças enquanto atores sociais, “sujeitos de conhecimento” (Soares, Sarmiento & Tomás, 2005, p.49) e que devem participar na construção do seu próprio caminho. Considerou-se a importância da criança um sujeito de direitos, que vê na sua participação a construção de um estatuto social. Por outro lado, as crianças e jovens foram ainda sujeitos fundamentais no processo de investigação.

Considerou-se importante considerar nesta temática o “papel das crianças e dos adultos significativos que as rodeiam” (Fernandes & Tomás, 2011, p.12), optando por um diálogo constante e reflexão contínua tanto nas opções metodológicas como no planeamento e cumprimento de objetivos de intervenção.

Como investigadora tive de assumir um papel objetivo (mas não neutral) e respeitar opiniões, partilhas e as concepções trazidas pelos intervenientes em estudo. Todos devem estar envolvidos na construção e reconstrução de saberes e aprendizagens (Fernandes & Tomás, 2011).

Traçou-se dessa forma um roteiro ético (Tomás, 2011), que respeitou 10 premissas fundamentais, apresentadas de seguida:

Tabela 7

Roteiro ético do Projeto de Intervenção

Roteiro ético	Processos
1. Objetivos do trabalho de intervenção	<p>“Apresentei o projeto em setembro à diretora técnica.” (out 2016)</p> <p>“Reuni com a equipa a fim de partilhar as ideias do projeto e envolvê-las no projeto” (nov 2016)</p> <p>O projeto foi apresentado às crianças e jovens em reunião</p> <p>Utilidade para a casa de acolhimento e seus intervenientes</p> <p>A participação livre de todos os intervenientes</p> <p>Não prejudicar as rotinas da casa</p>
2. Custos e benefícios	<p><u>Custos:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - sobreposição de papéis enquanto membro da equipa educativa e investigadora - “não vai ser no horário de trabalho, pois não?” (membro da equipa educativa, out 2016) - “hoje dou conta que alguns colegas vêm ter comigo para fazer partilhas sobre as famílias” (16 de mai 2017) - “estás à vontade para contactar a mãe quando quiseres” (membro da equipa técnica, 24 mai 2017) - “A intervenção tem-me deixado frustrada no sentido em que com diversas limitações que vão aparecendo (disponibilidade das famílias, tempo dos técnicos, gerir horários, alteração de reuniões, etc.) tem-me feito sentir que as coisas acabam por estar muito espaçadas e não há muito desenvolvimento, que é tudo muito disperso.” – email para a orientadora de projeto, 16 mar 2017) - “Na reunião de equipa, mostraram-se recetivos com as ideias, com alguma discussão de grupo “ – (email para a orientadora de projeto, 28 abr 2017) - As entrevistas serviram como momentos de reflexão para as crianças, jovens e equipas. Em alguns casos foram momentos de desabafo sobre a sua situação - “é para me ajudar, em termos do meu futuro e deitar algumas coisas cá para fora” (CJ21, a propósito da utilidade da entrevista) - “Nadja, só este plano já dava para um relatório de projeto de final de ano!” a propósito do plano de alimentação e autonomia (membro da equipa educativa, 27 abr 2017)
3. Respeito pela privacidade e confidencialidade	<p>Não há menção ao nome da casa de acolhimento nem ao nome real de adultos/as e crianças no projeto. Dentro da casa, as informações recolhidas em entrevistas não foram partilhadas com outras pessoas. Elaborou-se o protocolo de consentimento informado. Um dos jovens não quis participar do projeto e a sua vontade foi respeitada</p>
4. Decisões acerca de quais indivíduos envolver e quais excluir	<p>Todos os elementos de intervenção direta com as crianças e jovens foram considerados de igual importância e todas as crianças e jovens de igual forma.</p> <p>A família foi considerada neste projeto, embora, na sua maioria de forma indireta, e a seleção de famílias a contactar diretamente foi por meio de seleção de prioridades de intervenção (por algumas famílias necessitarem à data de intervenção de encaminhamentos diferentes) e necessidades de apoio. As estagiárias não participaram diretamente do estudo, por não se encontrarem em funções à data de início do mesmo, mas foram elementos importantes do processo, pelas partilhas diárias.</p> <p>“Quais são as prioridades de atuação?” – a grande questão</p>

5. Fundamentos	Evitaram-se fatores de influência nas entrevistas, embora tenham sido efetuadas algumas explicações em determinados momentos para melhor compreensão das crianças e jovens. A entrada no projeto foi realizada de forma livre sem influências ou pressões. Foram necessárias explicações adicionais e fundamentação de alguns parâmetros do projeto para ser possível para as equipas compreender a sua importância. “Faz sentido terem uma carrinha descaracterizada e eu posso justificar isso superiormente através dos artigos do direito à privacidade” (14 abr 2017)
6. Planificação e definição dos objetivos e métodos	Foi convocada uma reunião com a direção, equipas e crianças e jovens para explicitar quais seriam os objetivos do projeto e a natureza do mesmo “é sobre o meu mestrado em intervenção precoce e eu achei que poderia ser importante fazer aqui em casa” (out 2016) “Nadja, quando é que vais fazer comigo aquelas perguntas?” (CJ, 19 out 2016) Foi explicado a todos os/as intervenientes que iriam ter conhecimento do processo ao longo do projeto e no final do mesmo teriam acesso aos resultados
7. Consentimento Informado	Foi explicado às crianças e jovens com palavras simplificadas e com exemplo qual seria o objetivo do projeto e qual seria o seu papel no projeto. Só foram realizadas entrevistas após os consentimentos informados obtidos. O consentimento tinha informações acerca do projeto e seus objetivos: “-Porque é que eu tenho que assinar isto? - Para eu saber que tu aceitas participar neste projeto e responderes às perguntas, digo” (6 nov 2016)
8. Uso e relato das conclusões	Ao longo do processo foi havendo feedback para alguns elementos das equipas e partilhas, bem como reunião de equipas para devolver informações. O uso das informações serviu para repensar alguns procedimentos e formas de atuação, bem como estratégias. As conclusões do projeto irão ser apresentadas por forma a servirem de mote a transformações no espaço da casa de acolhimento e como forma de reflexão para os intervenientes.
9. Possível impacto	A reflexão provocada nos intervenientes. Aceitação e adesão às propostas: “Esta proposta já foi criada há alguns anos pela casa x. Não foi para a frente. Pode ser que seja desta!” (coordenadora da equipa educativa, 18 abr 2017) “já estive a ler a tua proposta e está espetacular! Fiz só aqui alguns apontamentos” (coordenadora da equipa educativa, 21 abr 2017) “devias ir para política” (membro da equipa educativa, 14 abr 2017 – a propósito de defender as propostas com artigos da CDC) Motivação para a ação.
10. Informação aos sujeitos envolvidos: devolução dos resultados	Os sujeitos envolvidos foram informados dos procedimentos do projeto Os intervenientes-adultos/as foram sendo envolvidos ao longo do projeto, sendo auscultados para sugestões. Os resultados serão devolvidos aos sujeitos participantes no final do projeto.

Nota. Fonte: Tomás (2011)

4.4. A Avaliação de um projeto de intervenção

De acordo com Capucha, Pegado & Saleiro (1999) a avaliação é um processo que se caracteriza por um conjunto de traços, a saber: constituir um processo de pesquisa científica e de reflexão estratégica, exigindo a definição de objetivos, a identificação exhaustiva dos elementos de informação, a recolher e o estabelecimento de um método de reflexão. Pode dizer-se que a avaliação de um projeto de investigação assume relevância pois eleva-se como um processo de:

Ajuda à gestão, tendo em vista a melhoria do seu desempenho através de análises mais profundas da intervenção e dos diversos interesses em jogo; De prestação de contas, contribuindo para a transparência e a responsabilização pelas actividades desenvolvidas por vários serviços e organizações envolvidos numa intervenção De aprendizagem, contribuindo para a formação, melhoria de competências e mobilização dos agentes públicos e seus parceiros, na resolução conjunta de problemas identificados no diagnóstico previamente elaborado; De informação e aprofundamento democrático, esclarecendo os destinatários em particular e a opinião pública em geral sobre os resultados alcançados, nomeadamente a respectiva a justiça e sustentabilidade (Gomes & Santos, 2012, p.9)

Segue a análise do processo que originou à avaliação do projeto de intervenção.

Tabela 8
Processos de avaliação e respetiva execução

Processo de Avaliação	Como foi executado
Pesquisa científica	Análise e relação de temas relacionados com a situação do acolhimento, da participação e intervenção precoce, que se designam por temáticas que vão ao encontro às características e necessidade de obtenção de conhecimentos contextualizados para o projeto de intervenção.
Reflexão estratégica	Planeamento dos objetivos, das etapas do projeto e das prioridades com base nas necessidades vigentes e as informações empíricas estudadas. Refletir no sentido de poder realizar alterações no decorrer do projeto, consoante as características do mesmo.
Definição de objetivos	de Compreender e elaborar objetivos realistas no tempo e no espaço e adequados ao contexto e objetivos de avaliação que foram a compreensão dos efeitos que o projeto foi tendo no espaço e nas pessoas, bem como nas suas ações diárias e a médio prazo.
Elementos de informação	de Ter sempre em mente os pressupostos da intervenção e compreender a sua execução e viabilidade da mesma ao longo do processo.
Método de reflexão	de A avaliação foi tendo por base os objetivos definidos. Modelo de avaliação por objetivos e orientada para a decisão.

Fonte: Adaptado de Capucha et al (1999)

Neste projeto fez-se a articulação entre uma avaliação objetiva e sistematizada e uma avaliação subjetiva e compreensiva, com caráter contínuo ao longo do seu decorrer.

A partir dos modelos de avaliação identificados por Herman e Morris (1987 citado por Guerra, 2000; anexo J) identificou-se aqui não um modelo tipo mas o cruzamento entre avaliação por objetivos e avaliação orientada para a decisão.

A avaliação e o respeito por métodos concretos constituiu-se assim como uma forma de melhor conseguir elaborar os processos de codecisão, oferecendo indicadores para os resultados, os efeitos do projeto de intervenção e uma noção sobre a “melhor forma de identificar as prioridades na afectação de recursos, num contexto exigente caracterizado por várias restrições, nomeadamente pressões orçamentais com implicações significativas na mobilização de recursos humanos, financeiros e materiais” (Gomes & Santos, 2012, p.9).

CAPÍTULO V

PARTICIPAÇÕES DAS CRIANÇAS NA CASA DE ACOLHIMENTO

“O fim da intervenção junto da pessoa é um momento dinâmico que permite consolidar, reforçar e concluir uma etapa de trabalho” (Robertis, 2011, p. 241)

Os resultados constituem-se como um fruto que colhemos após semear, cuidar e analisar. Para que seja possível analisar os resultados que advieram da intervenção efetuada através do presente projeto, é necessário antes apresentar a informação recolhida para melhor compreender o percursos e as necessidades assinaladas como prioritárias na ação. Poder-se-á afirmar que os resultados não constituíram algo estanque nem advêm de um processo linear ou homogéneo. Foram elementos que decorrem do trabalho desenvolvido e no que no final adquiriram um conjunto de características. Foram, contudo, resultados que surgiram ao longo de um tempo e que por sua vez originaram mais ações e novos resultados. Proceder-se-á em conjunto com a sua apresentação, à discussão dos resultados, por forma a ser uma análise mais clara e lógica. Esta análise permitiu enfatizar a questão de que “a acção política das crianças tanto se realiza como acção individual, de sujeitos autónomos, dotados de opinião e capacidade própria de intervenção, quanto como acção colectiva, enquanto sujeitos envolvidos num processo” (Sarmiento, Fernandes & Tomás, 2007, p. 203).

Pretendeu-se assim, neste ponto, com as entrevistas realizadas (Anexo K) conhecer melhor as crianças e jovens, e a sua posição na Casa de Acolhimento (CA), bem como compreender e analisar as concepções e o posicionamento acerca do acolhimento residencial. A análise realizou-se, a partir de um conjunto de 31 questões, por objetivos específicos dos blocos temáticos (Anexo L): Dados biográficos do entrevistado, incidindo sobre o objetivo específico “Relacionar o entrevistado com a CA” e do bloco temático “Mapeamento das concepções e do posicionamento sobre o acolhimento residencial”, de onde surgem os objetivos em análise: Processo de acolhimento; Relação com as famílias; Percursos educativos; Projetos de vida.

Segue-se então a respetiva análise do objetivos específicos em estudo.

5.1. A Relação com a Casa

Relativamente ao tempo em que as crianças estão acolhidas, recolheu-se informação em entrevista e junto dos dados da CA, uma vez que algumas crianças ou jovens não souberem precisar.

Constatou-se (Anexo M) que a maioria dos casos está acolhido há menos de 5 anos. Contudo, ainda assim, existe uma grande percentagem de crianças e jovens com acolhimento prolongado na CA, corroborando com o que a literatura que nos traz. Só em 2016 uma grande fatia de crianças e jovens acolhidos em casas de acolhimento generalistas estava acolhido há mais de 6 anos, perfazendo um total de 1608 crianças e jovens (ISS, 2017).

Quanto a respostas de acolhimento anteriores (anexo N), das 23 crianças e jovens que participaram na entrevista apenas 3 vieram do seu meio natural de vida. Os restantes 20 passaram por outra resposta de acolhimento e em alguns casos em mais do que uma resposta. Em 2016 35.5% das crianças e jovens acolhidos teriam já passado por pelo menos uma resposta de acolhimento anterior à atual (ISS, 2017). Pensa-se que a CA em estudo é um forte exemplo do que poderá estar a falhar no Sistema para que haja a necessidade de uma criança ou jovem ser transferida de umas respostas de acolhimento para outras. Contudo, parece que a tendência na CA nos últimos tempos seria a de começar a receber crianças e jovens diretamente do seu meio natural de vida.

Passando à análise das informações relatadas acerca da forma como as crianças e jovens se sentem na CA, há uma ambiguidade, ou sentidos contrários, quando expressam os seus sentimentos. Por um lado afirmam sentir-se bem e até se sentirem mesmo como se “fosse a sua casa” e entre o mais ou menos ou dias bons e maus, como podemos constatar nos seguintes excertos:

“As pessoas são simpáticas” (CJ);

“Sinto-me feliz” (CJ4);

“Sinto-me à vontade! (CJ5);

“Sinto-me bem. Sinto como se esta casa fosse minha” (CJ6);

“sinto que isto já é a minha família e sinto-me bem” (CJ17);

“ Uma porcaria (...) Estou a gozar. É fixe” (CJ21);

“ Bem, como sinto em casa” (CJ23)

“Há dias bem, há dias mal” (CJ9);
“mais ou menos” (CJ1);
“Às vezes bem outras vezes mal (...) nós não temos muita liberdade e isso. Só nos dão se cumprimos com isto e aquilo” (CJ3);
“Sinto-me mais ou menos. Gostava mais de estar com a minha família” (CJ13);
“Não sei (...) Há dias que sim e há dias que não” (CJ8)

Quanto ao que terá sido mais fácil e mais difícil ao ser acolhido na CA, as crianças e jovens referem sobretudo o facto de serem retirados ao universo que conheciam e irem para um lugar desconhecido com pessoas que não conheciam:

“Não foi difícil. Eu até estava muito contente porque eu não gostava de muito de estar com o pai, por isso eu sinto-me melhor aqui em casa” (CJ14);
“não sei” (CJ8);
“Foi...ver os meninos cá” (CJ4);
“Mais difícil foi quando tiraram de casa do pai” (CJ23);
“foi ter-me afastado da minha família” (CJ7);
“foi... não foi nada” (CJ5);
“Lidar com as pessoas e estar longe do meu pai” (CJ6);
“eu até estava mais ou menos contente. Não foi assim tão difícil” (CJ2);
“Não conhecia tantos meninos...e chorei” (CJ1);
“foi que eu era bebé e chorei” (CJ12);

Para algumas crianças e jovens o acolhimento constituiu-se algo positivo e em alguns casos como um alívio à situação de risco/perigo em que se encontravam. Noutros casos foi uma adaptação difícil ou que já não está na memória: “Hum...tudo. Em casa do pai não” (CJ14); “Não sei” (CJ8); “Fácil foi quando cheguei a casa e conheci todas as pessoas que viviam” (CJ23); “As coisas que faço aqui são as coisas que faço em casa” (CJ7); “Hum...não sei” (CJ5); ““adaptar-me à casa” (CJ20); “hum...acho que nada. De comer (risos)” (CJ6); “Tudo” (CJ2); “Conhecer” (CJ1); “Foi...não sei..ainda era bebé” (CJ12).

As sugestões de melhoria que as crianças e jovens fazem para a CA de acolhimento centram-se sobretudo ao nível das interações entre adultos/as- crianças, crianças-crianças e aprendizagem de algumas tarefas, como podemos constatar:

“Ah... se calhar alguma relação entre as crianças e os monitores (...) há aqui ou crianças ou monitores que não gostam muito de uma pessoas e muitas vezes existe aqueles confrontos normais. Acho que... mais da parte do monitor acho que o monitor não tem de mostrar (...) talvez comunicar mais com a pessoa. Tentar saber como a pessoa está” (CJ17)

“Eu sugeria alguns monitores não gritarem tanto” (CJ7)

“Estarmos mais juntos. Eu acho que só estamos uma vez... uma vez por semana...eh... comendo aqui em cima. Alguns que estão para sair em breve. Aprenderem a cozinhar. Aprenderem a fazer muita coisa que não sabem. Porque há uns que saem e não sabem nada. Ficam aí a ligar a perguntar como se faz aquilo, o que é que eu devo fazer e isso” (CJ6); “comida” (CJ5); “porque estamos a fazer a hora de estudo” (CJ1) “ achas bem a hora de estudo?” (E); “Não” (CJ1); “Termos mais liberdade sem ser só se cumprirmos aquilo, muitas tarefas” (CJ3).

Expressam uma vontade em estarem mais unidos, em terem momentos de relação com maior qualidade e uma capacidade de expressão de vontades de mudança. Há ainda que considere que tudo está bem na Casa: “Está bem, não está mal” (CJ4); “Nada” (CJ23); “Eu acho que não falta nada” (CJ2); “ ‘Tá tudo bem” (CJ20).

Sobre a perspetiva que as pessoas exteriores possam ter sobre a mesma e sobre as suas crianças, identificam a existência de pré-conceitos e estereótipos:

“Acho que eles olham para nós com uma cara estranha, como se nós, sei lá... como se nós tivéssemos sido abandonados pelos pais ou que tivéssemos tido uma história de vida... ui... muito má. Mas a maior parte das vezes nem é assim (...) Acho que deviam vir para ver o que é que é estar numa casa de acolhimento. Nem sempre é mau” (CJ2); “Então, veem como uns pobrezinhos” (CJ3); “Sentem pena” (CJ6); “Pensam que isto é mau” (CJ5); “Não sei. Depende de cada pessoa. Há pessoas que dizem coisas más. E outras que pensam coisas boas” (CJ7); “Bem, nada” (CJ23); “Coitadinhas” (CJ8); “não sei” (CJ1)

Perguntou-se ainda em alguns casos se contam às pessoas que vivem na CA. Explicaram que em alguns casos sim, mas a pessoas não tão próximas não. Estará ainda a sociedade a estigmatizar o que acontece nas casas de acolhimento? O atual estudo poderá também servir como fonte de informação no sentido de desmistificar alguns preconceitos associados às casas de acolhimento. Os estudos parecem confirmar que “que essa camada da população ainda é alvo de muitos estigmas e crenças negativas” (Dullius, 2014, p.33) e que se afigura essencial vendo esta casa como exemplo e de forma generalizada no sistema de acolhimento “a realização de pesquisas qualitativas na área do acolhimento institucional, que procurem investigar de forma mais aprofundada locais que abrangem em seu cotidiano situações de vulnerabilidade e risco, como, por exemplo, a visão de profissionais e dos acolhidos sobre os processos de estigmatização e as consequências decorrentes destes” (*idem*).

5.2. O Processo de acolhimento

Neste subcapítulo de análise da entrevista estão contempladas subcategorias de análise da ótica da criança ou jovem no processo de acolhimento¹⁰, a forma como se processou, a forma como se sentiram, bem como a sua perspectiva do que deve ser o processo. Esta fase da entrevista foi muito intensa e provocou bastantes emoções nas crianças. Duas emocionaram-se visivelmente e uma chorou, tendo que ter sido interrompida a entrevista. De salientar e de notar o trauma e impacto que este processo causa na vida das crianças, foi o facto de mesmo que se tivessem passado meses ou anos eles revelaram não esquecer datas, como nos exemplos “foi no dia 23 de setembro” (CJ7), “lembro-me que era uma 4ªfeira” (CJ11). Recordavam ainda rostos: “cheguei... o CJ estava na sala. O CJ chamou-me, cumprimentou-me, disse se eu estava bem, como é que eu me chamava e pronto.”(CJ5). Notou-se que também pormenores retiveram na sua memória, como elucida o exemplo: “ Havia dois computadores” (na sala, quando chegou, CJ5) e que foram mais os que se lembravam, dos que os que se tinham esquecido desta data tão marcante das suas vidas. A assunção que é homogênea a forma como as crianças vivenciam o processo é falsa. Para alguns, a experiência foi positiva, como podemos constatar os seguintes discursos sobre “o que é que te marcou mais?” (E.): “foram os monitores. Todos os

¹⁰ Por forma a manter o maior sigilo possível acerca dos casos, durante as expressões ou frases transcritas, a referência a outras crianças ou jovens será sempre realizada da seguinte forma: CJ, que significa criança ou jovem.

monitores que conheci nesse dia foram simpáticos. Ah... eu gostei também de conhecer as minhas colegas de quarto” (CJ2); “eu até estava mais ou menos contente.” (CJ2); “porque era uma maneira de sair daquele clima...” (CJ2). Para outros, negativa ou até mesmo traumatizante:

“mas sempre com grande emoção” (CJ11);

“foi o pior dia da minha vida. Vi toda a minha família a chorar” (CJ20)

“eu fiquei muito triste” (CJ7)

Existem ainda as sensações ambíguas:

”Foi um bocado esquisito” (CJ7)

“Ao início foi um bocado estranho porque não estava cá muita gente” (CJ11)

“senti-me bem, gostei de conhecer pessoas novas. Mas ali os primeiros dias estava triste, zangada, assustada” (CJ6)

Quanto à forma como acreditam que deve ser realizado o processo de acolhimento, pareceram considerar o processo de acolhimento da Casa correto - “ Eu acho que deve ser feito da forma que me fizeram a mim” (CJ7). Contudo, existe quem o critique:

Se viessem de outra instituição não sei, mas se viessem da própria casa, acho que deviam avisar os pais com antecedência e prepararem os filhos, mas também não é prepararem os filhos, dizendo que vamos para uma casa de acolhimento, que é muito mau...não. Prepararem os filhos de uma boa maneira. Dizerem que vai para uma casa de acolhimento e que vai melhorar a sua vida e que tipo... vai ser bom, vai haver tempo para a família descansar, para essa pessoa também descansar e depois acho que depende dos casos. Se for da proteção de menores acho que a proteção de menores devia levar a casa, um bocadinho mais cedo para falar sobre a casa de acolhimento e depois quando chegasse cá já era mais fácil vir e já era mais tranquilo (CJ2).

Verificaram-se ainda casos em que houve dificuldade em pensar sobre essa temática, surgindo alguns “não sei”.

Em alguns dos casos acabam ainda por referir a intervenção policial aquando da retirada do meio natural de vida. No parecer de Rodrigues (1998) o recurso a intervenção policial, sem o acordo das crianças e, com o seu sofrimento implícito é uma medida que tem uma alta componente traumatizante e desadequada para as

crianças e jovens. Neste caso, o autor oferece-nos o exemplo de uma situação de retirada de uma criança a um progenitor para entregar a outro, projetando este momento como de aflição total para as crianças e jovens se tal não for de sua vontade. Imaginemos então quando a retirada é para uma resposta de acolhimento residencial ou de emergência, em que a criança ou jovem não sabem muitas das vezes para onde vão ou o que se está concretamente a passar à sua volta chega a ser de uma brutalidade desumana e desesperante para aqueles que a vivem e que certamente deixará marcas para a sua vida. Pude constatar em entrevistas alguns exemplos deste tipo de situações, em que as próprias crianças e jovens descrevem ao pormenor ou com alguns momentos de lapso a situação, retratando sobretudo a angústia sentida no momento marcado pela palavra “separação” e “choro”. É neste tipo de situações que se pode dizer que “prevaleceu a força da execução *manu militari* sobre o interesse superior daquelas crianças, pelo menos quanto à forma do cumprimento da decisão judicial” (Rodrigues, 1998). Fica a questão de que será esta uma forma de retirada justa? Será esta uma ação necessária? Talvez em alguns casos... O facto é que sendo necessária ou não deixa uma marca nas crianças e jovens e é essa “ferida” que nós, profissionais que trabalhamos nas respostas de acolhimento, teremos de cuidar e atenuar, mas como todas as feridas, algumas deixam cicatriz.

5.3. A relação com as famílias

Aqui se ressalva a relação que as crianças e jovens têm com as suas famílias, a regularidade de contactos e da qualidade dos mesmos, bem como as pessoas mais próximas. Notou-se algum desconforto por parte de alguns jovens nesta parte da entrevista, contudo foi positivo, já que muitas falaram abertamente sobre este assunto. As crianças e jovens parecem ver com alguma frequência as suas famílias: “Todas as semanas” (CJ23)

“Uma em uma semana, duas em duas semanas, dependendo de quando eu posso ir lá” (CJ6)

“E durante a semana falam?” (E)

“Sim. Ligo para ele” (CJ6)

“Costumo falar com a minha família” (CJ4)

“ eu falo todos os dias. A minha mãe liga para mim e eu ligo para a minha mãe” (CJ2);

“Às vezes falo ao telefone, outras vezes à hora de almoço quando vou a casa e aos fins de semana.” (CJ7)

“Tens visto todos os fins de semana? (E)

“Sim” (CJ7)

E: “E falas todos os dias com eles?” (acenou positivamente).

Parecem ainda haver casos em que o contacto com as famílias não se sugere um interesse:

“essas perguntas sabes que eu não respondo” (CJ16)

“às vezes é um bocadinho estranho ir para casa. Às vezes parece que fujo um bocadinho de ir para casa” (CJ20)

As figuras mais próximas familiares parecem ser diferenciadas de caso para caso: no caso da CJ1, esta refere em primeiro lugar uma das irmãs, e só passado um pouco fala na mãe. Noutros casos: “minha mãe” (CJ3); “é a minha irmã, o meu irmão, os meus tios, o meu primo e mais dois irmãos que não são da parte da mãe, são do pai”; “A minha tia... a minha tia, prima da minha mãe” (C19); “a minha irmã e o meu avô...e a minha avó... são todos” (CJ7); “as minhas manas” (CJ14); “A mãe. A contar com os irmãos?” (CJ5) “Com a família. Os irmãos são da família” (E) Ah, então a CJ” (irmã, CJ5); “É a minha mãe” (CJ4); “Os meus pais e os meus primos” (CJ6); “pai, mana” (CJ23). Daqui se ressalva em termos de cenário geral que, das respostas dadas, a figura paterna parece ser a que menos se evidencia e que os irmãos parecem assumir um papel de destaque.

Em relação às melhorias nesta dimensão, notam-se casos em que não se verifica essa necessidade: “eu acho que nada. Está tudo bem.” (CJ7) e casos em que gostariam de melhorar a relação que existe: “a proximidade” (CJ22); “Eu gostava de ter a minha família todos os dias” (CJ4)

Há crianças e jovens que relatam a vontade de ajudar a família ou vêm o problema de não estarem com a família em causa externa ou económica:

“Que resolvessem isto tudo e que eu voltasse para casa” (CJ23)

CJ3: “O que eu gostava de melhorar, agora não posso...”

“Mas se pudesses...” (E)

CJ3: “Dinheiro” (CJ3)

“Achas que é o grande problema?”

“É o dinheiro mesmo, quase mais nenhum” (CJ3)

“O que eu gostaria de mudar é em relação... é dependente do que estiverem a falar. Se for por exemplo de... ah... não sei como é que se diz...” (CJ2)

“Diz como tu sabes” (E)

“Eu esqueço-me da palavra. Se for em relação ao dinheiro, pronto... eu gostava de mudar o horário da minha mãe porque a minha mãe só trabalha aos fins de semana e aos dias de semana fica em casa (...) gostava que a minha mãe trabalhasse todos os dias da semana mesmo que fosse ao sábado e domingo também. Não me importava e se fosse para mudar fisicamente ou qualquer coisa assim eu acho que tirava a deficiência que o meu irmão tem” (CJ2)

Registaram-se, ainda, casos em que as crianças sentiram dificuldade em expressar o que considerariam importante mudar na família: “ não sei” (CJ14); “Não sei...não sei qual é o objetivo do meu pai...” (CJ15); “Não sei” (CJ5); “Não sei” (CJ7); “não sei...há coisas que nós podemos fazer e outras que não” (CJ22)

Quanto à forma como as crianças e jovens gostariam de passar tempo com a sua família, parecem priorizar momentos de interação, de proximidade: “passear” (CJ1); “Com o meu pai em casa, fazermos compras, voltarmos, vermos um filme juntos! (CJ6); “Gostava de brincar com a minha avó” (CJ4); “Brincarmos, irmos dar passeios. Uma coisa que eu gosto é andar de patins e ensinar a minha família a andar de patins porque ninguém sabe. Só eu... é isso” (CJ2).

Em alguns casos a família parece ser alvo de reconforto: “Qual é a relação que tens com a tua família?” (E) “como eu me sinto?” (CJ1) “Com a tua família...sim” (E) “Melhor”(CJ1).

Parece constituir-se o tema das famílias como um ativador de dualidade de sentimentos e nota-se a proximidade ou distanciamento familiar em alguns casos, ressaltando o acolhimento em alguns casos como impulsionador da relação mas também como distanciador por meio de uma rotina e desinvestimento na relação.

5.4. As percursos educativos

Para este objetivo específico o que interessou saber foi a situação escolar ou laboral na perspetiva das crianças e jovens, o funcionamento da casa e o seu conhecimento acerca dos direitos das crianças.

No concerne à situação escolar, de forma geral parecem existir aspetos positivos: “Bem” (CJ23); “Estão a correr muito bem. Sou a melhor aluna” (CJ6);

“Amigos muito bom, agora notas safo-me” (CJ5); “Melhor” (CJ1). No entanto, há quem se sintam mal na escola:

“Este ano as pessoas gozam comigo. Isso já é normal. Porque eu estou no 7º ano pela segunda vez, então chama-me burra e coisas assim, mas o ano passado eu chumbei por faltas porque o meu ficava doente e eu tinha medo de ir para a escola. Porque tinha medo que acontecesse alguma coisa ao meu pai, então faltava muito à escola, então na escola ficam-me a chamar de burra e coisas assim, porque eu chumbei, mas isso é normal...” (CJ2).

Aqui parece notar-se o estigma criado em função da situação familiar a que a criança é sujeita. Situações de risco ou o facto de uma criança ou jovem viver numa casa, são fatores de influência na vida escolar e nas relações entre pares, como a literatura há muito vem defendendo.

Quanto ao funcionamento da Casa, as crianças e jovens revelam as suas opiniões:

“fazer distinção das idades e maturidades” (CJ23)

“parece-te que funciona bem?” (E)

“Sim” (CJ5)

“Se mudaria? Não” (CJ23)

“Só mudaria alguns monitores. Eles deveriam ter mais calma com algumas das crianças” (CJ6)

“Eu acho que podíamos passear mais nos fins de semana, quando estamos cá e assim...” (CJ7)

São opiniões divergentes, todas válidas e que devem servir, cada uma, de alerta para a ação dos os/as adultos/as e o impacto que isso tem na vida das crianças e jovens. Do ponto de vista da intervenção que se pretende que aconteça, uma das dimensões prende-se com a necessidade do/a adulto/a dever de explicar porque é de determinada maneira e não de outra, para que possa fazer sentido para a criança ou jovem.

No que diz respeito aos direitos das crianças, algumas delas tiveram dificuldade em explicitar ou revelaram já ter ouvido sobre o assunto:

“Ah... agora não me lembro” (CJ15)

“Já. Não muito bem” (CJ23); “Alguns” (CJ5)

Outras conseguiram dar exemplos

“Direito de estudar, direito de comer, de liberdade, direito de brincar” (CJ6)

“Ser feliz, ter as coisas que precisam, mas não é ter as coisas que querem. Acho que é mais coisas mas agora não me estou a lembrar” (CJ7)

“ Os direitos é ir à escola, fazer qualquer coisa, né?” (CJ18).

Houve ainda quem expresse nunca ter ouvido falar desses direitos: “Não” (CJ2); “Não” (CJ1).

Pelo interesse em saber mais sobre os seus direitos, as respostas e posicionamentos são também muito heterógenos, como podemos ver nos seguintes exemplos: “Podia. Sim.” (CJ15); “Sim. Gostava de saber” (CJ23); “Sim” (CJ2); “Não” (CJ5); “Talvez” (CJ7); “Sei lá” (CJ18). Parece, pelas respostas, que esta temática é algo distante, abstrato para as crianças e jovens da Casa.

5.5. Os projetos de vida

Neste subcapítulo pretendeu-se compreender o que as crianças desejam para o seu futuro, como se idealizam e se projetam no mesmo, dado ser também importante explorar como perspetivam o que vai para além do presente e as ambições que têm, o que será um mote para a luta pelas suas conquistas e para delinear o seu percurso de vida, compreender o que as faz sentir bem e como se sentem escutadas pelos adultos/as e auscultadas nas decisões da sua vida.

No que concerne aos objetivos para o seu futuro, parecem existir objetivos bem definidos, ambições. De forma geral parecem saber o que querem para si:

“Então, estar a trabalhar...” (CJ3)

”Completar 12º para conseguir ser treinador de futebol ou então tirar um curso de eletricidade. Acabar 9º, como está o CJ na Casa Pia, o 12º e depois entrar para desporto para ser treinador de futebol” (CJ15)

As crianças e jovens revelaram conseguir projetar-se num futuro próximo e mais longínquo:

“Uma casa e dinheiro” (CJ23)

“Ah...professora” (CJ4)

“Então, é seguir a escola, depois o curso, gestão” (CJ5)

“Arranjar trabalho, ajudar a minha família...tratador de animais. Gostava de tratar cães” (CJ18)

“Sair daqui” (CJ1)

“Daqui a 2 anos vou ser mais esperto do que agora” (CJ10)

“Daqui a 2 anos eu estou a estudar mas já não estou aqui na instituição. O meu trabalho, casa, o meu namorado” (CJ6)

“Depende, se eu estiver aqui ou em casa da mãe” (CJ5). Neste último exemplo surge o fator da instabilidade que a situação de risco e acolhimento podem causar. Os jovens muitas vezes olham para o seu futuro como incógnito e estão dependentes das ações dos/as adultos/as, muitas vezes, para se poderem projetar no futuro e conduzi-lo.

A opinião do que as faz feliz traz respostas díspares: “Comer” (CJ6); “Tudo” (CJ23); “Acabar o curso, conseguir um bom emprego” (CJ6); “estar com a minha família e andar de patins” (CJ7) “Sair daqui” (CJ1), mas nota-se em algumas delas a dependência da felicidade em relação à família ou do que possa surgir do futuro.

Relativamente ao facto de os/as adultos/as as escutarem, ou não, e as pessoas darem importância ao que elas dizem, parece existir uma concordância que os adultos da casa são um elementos importante e que de forma geral escutam o que elas têm para dizer:

“sim, mas às vezes também tem a ver com a maneira como eu falo, mas sim, acho que sim” (CJ19)

“São os amigos e aqui também” (CJ10);

“A maioria dos monitores aqui. A minha DT. O meu S´tor de Educação Física também. O meu pai” (CJ22). Existe contudo, um sentimento de que em momentos isso possa não acontecer:

“Eu dizia que queria ir para o curso. Haviam monitores que em vez de ajudarem criticavam” (CJ3)

“depende do que acontecer e depende da pessoa que eu estou a falar” (CJ22).

Parecem ainda sentir que são convidados a participar nos processos de decisão da sua vida: “Sim” (CJ5); “Sim” (CJ7); embora para alguns essa questão não seja ainda muito clara para si.:

E: “Ok. Os adultos convidam-te a participares nas decisões da tua vida?”

CJ2: “Como assim?”

E: “Se pedem opinião naquilo que tem a ver com a tua vida? Nas decisões que têm que ser tomadas.”

CJ2: “Ah... sim, algumas.”

E: “Mas gostavas que te perguntassem mais, o que é que tu queres?”

CJ2: “Hum...”

E: “Mas aqui, na família?”

CJ2: “Na família, eles perguntavam muitas vezes se eu estava de acordo com, por exemplo, eles... eu... tinha que... por causa de... eu não sei. Esqueci-me. Por causa de não sei o quê eu tinha que frequentar apoio. Por causa das negas. Eu tinha que frequentar apoios. Só que... eu, como muitas das vezes eu não queria, perguntavam-me se eu concordava ou não em frequentar apoios e coisas assim.”

E: “E aqui, achas que te podiam perguntar mais?”

CJ2: “Hum, acho que não. Acho que eles perguntam-me sobre tudo”

Da mesma forma já foram escutados sobre o que desejam para a sua vida: “sim...ter uma família” (CJ16); “Hum...já” (CJ5), embora em, alguns casos tal não se tenha dado e nesse sentido foi questionado em entrevista.

Surgem ainda opiniões sobre o papel que o/a adulto/a pode ter como impacto na vida das crianças em acolhimento. Neste caso a presença de muitos educadores, por vezes pode trazer angústias, como se vê pelo exemplo: “Porque são muitos adultos a quererem saber a mesma coisa e tu se dizes a um, depois o outro vai-te perguntar e tu tens que repetir e se calhar disseste bem na primeira pessoa que te foi perguntar e na segunda achas que já é um bocado abuso estarem a perguntar então vais responder mal.” (CJ19)

Nota-se a saturação e deve-se refletir sobre a maior comunicação entre adultos e compreender os limites da criança ou jovem.

Analisando as informações partilhadas e opiniões das crianças e jovens da CA, pode dizer-se neste contexto “que a acção política das crianças se exerce, sob um modo pleno ou de forma subtil e oculta, em todos os seus mundos de vida” (Sarmiento, Fernandes & Tomás, 2007, p.202), sob forma de se expressarem e influenciarem o seu meio.

CAPÍTULO VI

Os discursos e as acções dos/as adultos/as da Casa de Acolhimento

Como forma de compreender casos específicos, dentro das suas particularidades quer no espaço quer no tempo e tendo por base aquilo que a população poderia demonstrar no seu próprio contexto (Flick, 2005), analisou-se os discursos e acções dos adultos/as da Casa de Acolhimento, podendo dessa forma complementar a informação com os dados recolhidos no capítulo V e dessa forma fazer uma análise do panorama geral existente nesse mesmo contexto a partir da visão dos dois grupos em estudo.

Por intermédio das entrevistas (Anexo O) foi possível compreender melhor o mundo do/as adultos/as desta CA, a sua interação com as crianças e jovens, com as famílias, a sua satisfação no trabalho e a forma como pensam e agem sobre o mundo do acolhimento residencial. As entrevistas a este grupo são compostas pelos mesmos blocos temáticos que as entrevistas do grupo das crianças e jovens, diferendo na apresentação das questões que contemplam um total de 37 conjuntos.

6.1.Perspetiva adulta da Casa (direção, equipa técnica e equipa educativa)

Segue-se uma análise dos mesmos pontos temáticos referidos no subcapítulo das crianças e jovens, mas na perspetiva dos/as adultos/as da Casa.

Começou-se por tentar compreender a satisfação dos/as entrevistados/as no seu trabalho. Constatou-se que as fontes de satisfação assumem assunções diferenciadas: (i) As que estão relacionadas com o trabalho em equipa: “perceber que estás a trabalhar uma equipa que necessariamente tem que ter objetivos comuns” (A1); (ii) as que estão relacionadas com a mudança que a sua ação tem na vida das crianças: “poder contribuir que em 10 miúdos conseguimos fazer diferença na vida de um, que tenham melhor qualidade de vida... para mim chega, basta-me um. Contribuir com o que consigo para que haja uma mudança. Sinto-me realizada por isso, nem que seja uma pequena mudança. E sejam felizes” (A2); (iii) as que estão relacionadas com garantir um quotidiano onde a provisão e a proteção são garantidas: “O mais importante é os miúdos, ser eficaz com o que tens de ser eficaz no dia a dia, dar medicações, ser rotineiro, seja o que for, como ser de situações como de escola, de

educação, falar de alguma coisa, brincar, ter conversas mais adultas ou menos adultas conforme as idades dos miúdos” (A3).

Percebe-se, de forma global, que o contacto direto com as crianças e jovens, e o sentimento de utilidade e ajuda ou educação para com os mesmos como são as principais dimensões identificadas. Não obstante, os/as adultos/as parece preocupar-se identificam um conjunto de críticas internas e externas ao trabalho nesta área: (i) o tempo-castrador-da-ação: “a falta de tempo direta com os miúdos (...) alguns educadores não terem o perfil adequado no contacto direto com os miúdos” (A1); (ii) as dificuldades das crianças: “A mim como pessoa, isto é uma profissão muito desgastante... é quantos anos é que conseguimos estar aqui. (...) aqueles miúdos que apresentam muitas dificuldades a nível de relacionamento pessoal, que têm grandes dificuldades cognitivas, a verdade é que são miúdos que têm muito mais dificuldades em inserir-se familiarmente” (A2) e “aqueles casos mais difíceis em que nós não conseguimos ver uma luzinha lá no fundo do túnel, aqueles miúdos em que nem conseguimos definir qual o projeto de vida, são pequeninos e já vão para a autonomia, vemos que nunca vão conseguir ir para a família. (...) Ou os outros que não conseguimos lidar e parece que já tentámos tudo e não estamos a conseguir uma mudança, por mais pequena que seja” (A5); (iii) a imprevisibilidade: “Aquilo que eu não controlo.” (A4); (iv) o futuro-mais-que-incerto: “E depois disto...?” (A7); “A falta de recursos para crianças com maiores dificuldades. A saída dos jovens mal preparados para autonomia. A agressividade crescente” (A8); “As famílias não ligarem o que deveriam ligar às crianças” (A9); “miúdos quando saírem daqui (...) O que é que vai ser deles?” (A10); “o dia-a-dia” (A11); “O que eles vão fazer quando saírem daqui, se não tiverem ajuda das famílias, de pessoas lá de fora,” (A12)

Quando à motivação no trabalho esta parece estar diretamente relacionada com a satisfação e o trabalho com as crianças e jovens, ainda que constitua fator de desmotivação a falta de reconhecimento e valorização profissional. A própria prática diária parece por vezes interferir com a motivação dos/as profissionais. Tomam-se como exemplos do referido acima: “ o trabalho de equipa (...) estar com os miúdos (...) o que me desmotiva (...) perder muito tempo em frente ao computador” (A1); “Claro, sem dúvida alguma. (...) Às vezes nem apetece, não se explica porque sente-se. O dia é muito cansativo sem dúvida, mas depois esta motivação e gosto pelo que se faz balança aqui um bocadinho.” (A2) “E há alguma coisa que neste momento te desmotive?” (E) “Há claro. Para já porque ganho pouquíssimo para o que fazemos”

(A2); “Sinto-me com vontade de fazer as coisas. Pelos miúdos, sem dúvida e por esses pequenos sucessos que vamos tendo e etc., mas motivada em perspectivar que as coisas vão melhorar e que vamos ser reconhecidos e que etc. Essa parte não. Não mesmo” (A5) “Então o que é que neste momento te está a desmotivar mais?”(E) “é mesmo a parte financeira” (A5).

Refletindo sobre o tempo que dedicam às crianças e jovens e se esse se constitui o necessário, é de acordo comum que o tempo dedicado não é o suficiente, mas que dentro dos recursos existentes é o melhor que as equipas podem disponibilizar. Notem-se as respostas, que acarretam consigo alguma angústia e frustração: “Não, não” (A2); “Não” (A3); “não (...) sinto que dedico o tempo necessário que é o meu trabalho? Sim e às vezes demais. (...) às crianças...(...) sinto que devia ter muito mais” (A4); “Não (...) São 24 miúdos e nós somos poucos educadores e se formos a repartir isso dá um número enorme de miúdos para cada educador que normalmente está no turno, que são no máximo três, não é? Em raríssimos casos quatro. Portanto eu acho que há miúdos que passam sempre por um bocadinho entre os pingos da chuva. Não estamos com eles o tempo suficiente. Há miúdos que vemos a chegar, vemos ao jantar e depois já não vemos mais, não é? Pois, acabam por ser aqueles com mais dificuldades ou com mais problemas ou com comportamentos mais desadequados que têm a atenção toda” (A5); “menos miúdos cá em casa ou mais educadores disponíveis, sim” (A5).

Olhando para os fatores que podem ter maior influência na sua prática profissional o estado de espírito relacionado com a vida pessoal ou profissional e a relação com as crianças e jovens parecem ter um grande peso.

Realizando uma análise aos discursos, de forma geral os/as adultos/as consideram-se bons profissionais, explicitando que tentam reunir esforços no sentido de responder às necessidades exigidas na Casa, mesmo que não sintam o sucesso por vezes. Mostram-se alguns exemplos da forma como se avaliam os profissionais enquanto trabalhadores na área do acolhimento residencial: Realizando uma análise aos discursos, de forma geral os/as adultos/as consideram-se bons profissionais, considerando que tentam reunir esforços no sentido de responder às necessidades exigidas na Casa, mesmo que não sintam o sucesso por vezes. Mostra-se alguns exemplos da forma como se avaliam os profissionais enquanto trabalhadores na área do acolhimento residencial: “Faço o melhor que posso, e partilho experiências com os colegas, e são sempre bem-vindas as opiniões, porque acho que assim é que

crecemos, também” (A2); “uma pessoa que podia fazer muito mais, sem dúvida, tenho de trabalhar muito nisso (...) Tento fazer o meu melhor com eles em tudo” (A3); “ empenho-me muito e sinto-me muito atenta às coisas que acontecem e tento fazer sempre melhor (...) acho que sou uma boa trabalhadora (...) uma boa educadora” (A5); “sinto que às vezes falta-me mais organização (...)falta-me tempo” (A6); “Eu acho que faço bem o meu trabalho” (A9); “Média. Eu acho que brinco muito com os miúdos, sou capaz de estar na brincadeira mas sou muito exigente” (A12)

Indo um de certa forma de encontro também a questões motivacionais e a necessidades e preocupações, os adultos sugerem, o que poderia a entidade empregadora melhorar para que pudessem efetivar um melhor trabalho junto das crianças e jovens. Dá-se como exemplos:

“eu acho que me sentia mais motivada se me pagassem melhor pelas funções que eu estou a fazer (...) às sinceramente não corresponde em nada aquilo que ganhamos, nem tão pouco (...) as pessoas que estão aqui (...) licenciados e se calhar com mais graduação ainda, acho que devíamos agarrar essas pessoas para fazer com que realmente consigamos obter resultados fantásticos” (A1)

“Dando melhores condições, alimentação, habitação e atenção ao facto de este espaço ser a casa/refúgio destes miúdos” (A7)

“Aumentar o número da nossa equipe. Somos insuficientes e estamos a fazer demasiadas horas e sobrecarregados nos turnos pela falta de colegas na equipe. Aumentar a remuneração. Temos um trabalho desgastante mas importantíssimo com os jovens e recebemos o mínimo. Um incentivo monetário seria importante” (A8)

“uns turnoziños diferentes, menos cansativos sei lá, eu acho que termos de fazer este horário, termos de fazer estas horas, mas eu acho que há turnos que são muito cansativos...” (A11)

Indo um de certa forma ao encontro também a questões motivacionais e a necessidades e preocupações, os/as adultos/as sugerem algumas sugestões de melhoria: melhoria salarial - “eu acho que me sentia mais motivada se me pagassem melhor pelas funções que eu estou a fazer (...) às sinceramente não corresponde em nada aquilo que ganhamos, nem tão pouco (...) as pessoas que estão aqui (...) licenciados e se calhar com mais graduação ainda, acho que devíamos agarrar essas pessoas para fazer com que realmente consigamos obter resultados fantásticos” (A1)-; aumentar os recursos humanos - “Aumentar o número da nossa equipe. Somos

insuficientes e estamos a fazer demasiadas horas e sobrecarregados nos turnos pela falta de colegas na equipe. Aumentar a remuneração. Temos um trabalho desgastante mas importantíssimo com os jovens e recebemos o mínimo. Um incentivo monetário seria importante” (A8) -; reorganização dos tempos - “uns turnozinhos diferentes, menos cansativos sei lá, eu acho que termos de fazer este horário, termos de fazer estas horas, mas eu acho que há turnos que são muito cansativos...” (A11)-.

Paralelamente às questões anteriores, interessa analisar a necessidade de formação destes em acolhimento. Todos os entrevistados revelaram interesse e necessidade em mais formação, exceto um. Sobre que formação gostariam de ter a maioria centra-se em estratégias de intervenção:

“Há sempre determinados pormenores que não tendo essa formação de base tenho necessariamente de recorrer a essas formações complementares para me poder ajudar a perceber se as estratégias e as práticas estão a ser bem aplicadas (...) tudo o que tenha a ver com a prática de acolhimento terapêutico (...) conflitos, ou a gestão de equipa” (A1)

“formas de intervenção e estratégias de intervenção para estes meninos que quando chegam estão mais perturbados” (A2)

“que seja para ajudar o dia a dia de trabalho (...) ações relacionadas com crianças” (A3)

“toda a parte do acolhimento residencial, terapêutico (...) como organizar as rotinas, de como é que a casa vai estar organizada, como organizar os próprios miúdos, como agir em situações difíceis (...) gestão, da liderança de uma casa destas” (A5)

“Parece precisar às vezes de tirar o curso de Psicologia (...)E às vezes parecia que gostava de tirar um mestrado em psicologia aplicada à infância” (A6)

Quanto às necessidades das crianças e jovens, as preocupações centram-se com maior incidência na família: “acompanhamento familiar” (A3); “Estes miúdos têm tudo. Só lhes falta uma coisa: a família; “As maiores necessidades deles é mesmo a família” (A10); “E o afeto em casa.” (A4); “a ir pra família, ter uma relação boa com a família, e que se calhar essa parte precisa de ser mais trabalhada com as famílias, haver mais técnicos, mais pessoas que consigam fazer isso, que há alturas em que as coisas estão muito paradas nesse aspeto” (A11)

. De seguidas as questões das necessidades básicas: “nível de higiene na casa (...) um maior cuidado com a questão da alimentação (...) repetitividade”.

Pelas várias entrevistas realizadas pensa-se que a equipa sente necessidade de mais recursos humanos, tempo e disponibilidade das famílias para a intervenção.

Analisando os direitos das crianças e se estes são garantidos e promovidos na Casa, os/as adultos/as, de forma geral consideram que estes são garantidos e promovidos, desde os direitos básicos de sobrevivência a outros mais complexos como a participação, contudo vão constatando que tal nem sempre seja realizado da melhor forma:

“Eu acho que sim, Apesar de tudo acho que são felizes. É um lar em que dão vozes aos miúdos. São assegurados, apesar de que somos um bocado descuidados no vestuário. Epá, acho impensável um miúdo ir com uma meia de cada nação para a escola. E acho impensável não terem um bom casaco de Inverno para a Escola. Óbvio que não andam à chuva, mas para melhorar a auto-estima deles havemos de ter um bocadinho mais de cuidado nestas coisas” (A2)

“Direitos de... serem cuidados? Sim. (...) são pequenos pormenores que se podiam melhorar, mas no geral, sim, têm sempre os cuidados básicos necessários sempre todos garantidos, a nível de educação, de fazer um desporto, de alimentação, com esses senãos, mas pronto, a nível de escola, de estarem doentes, um médico, tudo o que aparece no dia a dia terão sempre esses cuidados garantidos, até agora nunca vi faltar a ninguém” (A3)

“Sinto e espero que sim apesar de não ter presente a CDC mas não lhes falta comida, segurança física está tudo assegurado, não lhes falta cuidados de saúde, cuidados de lazer, cuidados da escola, cuidados de higiene, falta-lhes às vezes o mais importante que é o afeto, o direito à família. Que aqui somos nós. Todos aqui dão o melhor que podem. Continuo a acreditar nisso” (A4)

“Penso que sim. Sim. (...) promover a participação deles (...) Esse é um dos direitos que eles têm aqui muito. Há segurança, também a ser salvaguardada” (A5)

“Sim, claro (...) direito à alimentação, o acesso à saúde, a educação, estão inscritos na escola, não é? Ou seja, o básico é garantido. Mas depois será que é com muita ou pouca qualidade, não é?” (A6)

“Sim sem dúvida, aliás fechando os olhos para lá da porta de casa, não há dia em que não se ‘salve’ cada um destes miúdos, respondendo e ajudando nas necessidades de cada um” (A7)

“Sim, cada miúdo recebe da nossa parte toda a atenção e em primeiro lugar vem o interesse e direito do jovem. Estamos sempre atentos às situações e as decisões são tomadas em equipe” (A8)

“Nós tentamos ao máximo promover os direitos deles. Eu acho que sim” (A9);
“Acho, senão não trabalhava aqui” (A10); “Sim sim, sinto. (...) Acho que não estou a ver assim nada que eles pudessem ter direito e não tenham” (A11); “Eu acho que sim, dentro das nossas possibilidades e das regras da casa, eu acho que sim” (A12)

Quanto à participação, os/as adultos/as revelam, do ponto de vista do discurso, e reconhecer que ela é bastante estimulada e trabalhada na CA, como política de primazia. Veja as suas opiniões sobre o que é participar e em que medida as crianças e jovens participam na CA:

“**Fazer parte.** (...) Participar é estar envolvidos nas dinâmicas da casa mas no sentido em que sejam realmente agentes, que sejam personagens principais (...) Eu acho que damos margem que eles participem ativamente Nas coisas, nas decisões da casa. Todas estas questão das fases, todas estas questões das regras, o que levamos para reunião...(...) há aqui determinadas coisas que são colocadas e os miúdos sentem que estão a participar” (A1)

“Uma forma de eu achar que estamos a **dar voz** aos miúdos é eles elaborarem o PSEI connosco (...) eu tenho a sensação que sim.(...) Até têm a liberdade para pedirem para alterar regras (...) somos um regime de porta aberta” (A2)

“**É dar a voz.** “Hoje estamos a pensar fazer uma atividade que achamos que seria importante para vocês. O que é que vocês acham? Qual é a vossa opinião?” Isso é que é participação das crianças. (...) Cada vez mais. É-lhes perguntado e sobretudo eles são respeitados” (A4)

“promover a participação deles (...) Esse é um dos direitos que eles têm aqui muito. Há segurança, também a ser salvaguardada. Sim, no geral sim. (...) Eles poderem ter **uma voz activa**, nós abrimos a discussão e depois levamos para reuniões de educadores e técnicos as propostas deles. Muitas vezes são

aceites, ou com alguns reparos ou nuances. Eu acho que é mesmo dar-lhes voz para podermos adaptar, eles é que moram cá e têm uma palavra a dizer (...) Essencialmente nessa parte nas reuniões semanais” (A5)

“É essencial que os jovens sintam que **têm voz** activa nas decisões, que desde cedo sejam capazes de tomar decisões e o que elas acarretam. Faz os jovens crescerem e trabalharem a sua autonomia (...) Todos os jovens estão envolvidos no funcionamento do lar. São informados de todas as alterações, e consultados quando necessário. Têm tarefas para manter o local em bom funcionamento. Cada um tem o seu espaço que deve manter limpo e arrumado. Têm um espaço (temporal) em que levam a discussão assuntos do Lar, quer seja assuntos sobre outros jovens, monitores, funcionamento da casa, ou propostas” (A8)

“Eu acho importante eles estarem **envolvidos** nas coisas da casa. Mas também há coisas que eles também, é a minha opinião, que eles também não têm de se envolver (...)dão sempre a sua opinião (...) Dão sempre a opinião, normalmente é negativa. Mas dão a sua opinião” (A9)

“eu acho que devíamos sempre **ouvir a opinião deles** (...) Eu acho que isso eles participam muito pouco. Dar opiniões, dar ideias. Eles fazem isso nas reuniões e não sei o quê, agora sobre, não sei. Mas também não te dei dizer como é que eles poderiam” (A11)

De forma geral o ‘terem voz’ parece ser relevante para os/as adultos/as na significância da participação e seria interessante refletir sobre a questão de o poder que essa voz pode assumir nessa mesma participação.

6.1.1. Processo de acolhimento

Quanto ao envolvimento que as crianças e jovens possam ter no seu processo de acolhimento parece existir uma ambiguidade de opiniões. Por um lado, uma parte dos/as adultos/as consideram que existe um envolvimento efetivo, pelo facto de existir um processo anterior à entrada, em que a criança ou jovem conhecem os adultos da CA e o espaço como se vê pelas seguintes expressões:

“quando nos fazem a sinalização de um acolhimento, é mais fácil para os miúdos virem cá primeiro para um almoço, até que quando eles forem para casa da instituição conseguem mentalmente já tentar projetar e pensar como é que as

coisas vão acontecer, têm em mente o espaço físico, que ajuda a diminuir um bocado a ansiedade do que se viessem para aqui de um dia para o outro” (A2)

“Conheceu os técnicos, foi conhecer o local onde vai ficar acolhida e almoçar e conhecer alguns miúdos e depois há um terceiro momento em que a criança entra (...) teve tempo de processar tudo” (A4)

“ era feita uma preparação em que o técnico e o educador de referência da criança iam conhecer a criança, depois marcava-se outro encontro aqui na casa para virem almoçar e conhecer algumas pessoas (...) marcava-se o dia da entrada do jovem/criança, em que também havia uma preparação prévia dos miúdos que já estavam cá na casa, fazemos geralmente uma reunião de boas vindas, e o educador de referência tenta estar por perto nesse dia de chegada, ter o espaço já preparado e arrumado para a nova criança” (A5)

“tem um primeiro contacto com a equipe técnica e educador de referencia, que se apresenta. Visitam o lar de forma a conhecerem o espaço. É nomeado um jovem que faz a recepção do novo jovem e lhe apresenta o Lar assim como o funcionamento do mesmo (de uma forma geral). Quando entra no Lar apresentamos as regras e direitos do Lar” (A8)

Por outro lado, apesar de a referida Casa ter como premissa um processo de acolhimento que implique uma maior envolvimento possível por parte da criança, da sua família ou do meio em que vive, existem situações em que tal não é possível: “onde há acolhimentos de emergência não é possível fazer esse acompanhamento prévio ou preparar as coisas para a nova chegada” (A5). Da mesma forma, a CA não controla outros fatores externos como o papel que a criança ou jovem tiveram antes da decisão de acolhimento. Nesse sentido há quem considere que não existe esse envolvimento pois as crianças e jovens não têm a sua opinião neste processo ou que existem decisões precipitadas de retirada:

“Não é feito envolvimento nenhum. Largam-nas. É só “Vais pra li!”” (A9)

“Dos casos que temos tido cá, tem sido assim esta coisa brutalmente sem decidir, não sei, eles que, que é uma violência, não sei” (A11)

“Acho que não têm nenhum envolvimento” (A12)

“é uma questão de sistema (...) a Segurança Social poderia ser muito melhor (...)eles não querem saber a opinião das crianças nem dos jovens” (A12)

Neste processo houve verificou-se a premissa de que o papel de outras crianças e jovens pode ser de grande valor no seu envolvimento: “quando chegam têm sempre uma Madrinha/padrinho de acolhimento, tendo essas madrinhas e padrinhos um papel importantíssimo para esse processo” (A7)

Relativamente ao processo de acolhimento que os/as adultos/as consideram mais adequados, parecem na sua maioria concordar que consideram o método que utilizam como o mais adequado, pela experiência que têm tido. Método esse, evidenciado na análise da questão anterior, em que existem três momentos no seu processo: membros das equipas da CA irem conhecer a criança ou jovem no local onde está a viver; de seguida a criança ou jovem irem almoçar na fundação e irem conhecer a CA e o seu espaço e por último o dia da entrada. Assim se nota a concordância, quanto a considerarem como o método mais adequado, de que o seguinte excerto é exemplificativo: “Esse protocolo, a criança quando cá vem já conhece o técnico e o educador, perguntamos em que escola anda para tentar perceber as motivações, acho que concordo muito com este procedimento que temos, sim” (A2)

Expressou-se ainda a opinião de que os esforços realizados no sentido de retiradas menos traumáticas poderão ter melhores resultados:

“Tivemos aqui um caso que o tribunal decretou que a menina ia ser retirada à força, pela polícia. A segurança social tem a tarefa de cumprir. O tribunal manda e a segurança social cumpre. E nós aqui entrámos muita teimosos e dissemos que nós aqui não vamos acolher uma menina assim. (...). Houve muita ansiedade (...) Houve bater do pé e o tribunal concordou e (...) Resultou! (...) viemos comprovar que através de outra forma de acolher as crianças as coisas são possíveis” (A4)

Na questão acerca dos fatores determinantes para o acolhimento de crianças e jovens, surgiram dois tipos de respostas: aqueles que analisaram a questão como se referindo ao que é essencial existir ou acontecer no momento de acolhimento na Casa e outras respostas no sentido de análise da questão como se referindo a possíveis causas para o acolhimento. Possibilitei que fossem possíveis estas duas análises, por serem de interesse para o projeto e explorei as questões com os/as entrevistados/as.

Quanto a aquilo que se acredita ser fundamental no momento de acolhimento, a dimensão da informação assume particular destaque: “saberem que estamos à

espera deles, verem qua há um cuidado na receção, e a preparação dos miúdos também é muito importante, para serem bem acolhidos pelos pares, isso é acho que também se faz bem cá, preparar os miúdos para o elemento novo que vai entrar” (A2)

Quanto ao possível padrão de causas, acreditam que as crianças e jovens são acolhidos devido sobretudo aos maus tratos das suas famílias: “agressões físicas, verbais, sexuais que também já tivemos. Pais que não consigam por eles proteger uma criança, um adolescente, uma fase muito complicada em que não consigam ter regras (...) porque não vão á escola, começam a fazer muitas asneiras fora, roubos, coisas do género....(...) famílias também destroçadas, chamemos assim (...) substâncias, educação, doenças, não conseguiram gerir a parte da escola, necessidades em casa a faltar, também o hábito...” (A3)

Analisando as respostas das entrevistas quanto a possíveis causas de acolhimento, parecem estar entre as causas mais evidentes a negligência [que vai de encontro ao estudo do CASA 2015¹¹ e de forma mais evidente no estudo de CASA 2016¹² (ISS, 2016 e ISS, 2017)] e maus tratos, seguindo-se da própria desorganização, falta de estrutura e de estabilidade da família, bem como dos modelos que a crianças e jovens têm como referência.

Parece ainda existir uma ponte com o passado e as causas terem mudado de rumo, já que há uns anos atrás as principais causas de acolhimento prendiam-se com “carência económica” (A2). Alguns/mas adultos/as da Casa acreditam ainda que em muitos casos o acolhimento poderia ser evitado: “Às vezes eu sinto que há algum exagero” (A4); “eu sei que vá o Tribunal e a comissão vê como um motivo, não, não vejo como um motivo, de deixar os irmãos mais novos uma ou duas horinhas com os mais velhos. Eu não vejo isso como um motivo para, pra, para serem retirados. Acontece” (A9); “Tudo é motivo para ser retirado. Eu acho que agora tudo é motivo” (A11); “por qualquer coisinha tiram a criança à família. Por qualquer coisinha, por qualquer queixinha que haja vão lá as técnicas... às vezes nem vão... depois há uma coisa que me faz muita confusão, como é que um tribunal pode decretar uma institucionalização a uma criança se o tribunal vão vai ver com os próprios olhos.

¹¹Para maior esclarecimento cf.

http://www.segsocial.pt/documents/10152/14725795/Relat%C3%B3rio_CASA_2015/f3e06877-ad73-48e4-8395-75b33fedcae0, página 27

¹²Para maior esclarecimento cf.

http://www.segsocial.pt/documents/10152/15292962/Relatorio_CASA_2016/b0df4047-13b1-46d7-a9a7-f41b93f3eae7, página 49

Percebes? Só vai ler os relatórios da CPCJ e da Segurança Social. Isto é uma bola de neve que está ali vai e vai crescendo e vai crescendo” (A12).

Pensando no impacto sobre o acolhimento na vida das crianças e jovens, os discursos apontam para cortes sociais para as crianças: “a verdade é que retirá-los de casa deles, de pé dos amigos deles, vai ter impacto para o resto da vida deles, mas se no futuro vai ter mais ou não o nosso papel é trabalhar isto para que tenha o menor impacto possível, mas terá sempre” (A2). Ainda que possa constituir-se como algo positivo para o seu crescimento e futuro: “claro que há miúdos que evoluíram, que trabalharam e iam estudando, pode ser que, esses são aqueles que se acontecer uma grande mudança (...) passados uns anos alguma coisa teve aqui influência, que aproveitaram aqui alguma coisa” (A3)

Do ponto de vista das dinâmicas internas, como gerem uma nova entrada? A maioria afirma querer conhecer a história de vida da criança. “Olha a primeira coisa logo é ler o pedido de acolhimento (...) tentar perceber e recolher um pouco mais sobre a história, porque há sempre muita coisa que não está naquela ficha (...) há coisas que é rotina, “em que escola é que anda”, tentar transferir para uma mais perto, transferir para centros de saúde, integrar neste novo contexto a criança ou o jovem” (A2) para “tento compreender um bocado o porquê do acolhimento, se tem ou não alguns prolemas de desenvolvimento ou mentais, a forma de comportamento em casa ou de onde vier” (A7). Interessante referir que um/a das entrevistado/a destacou o papel dos pares neste processo: “Às vezes os miúdos são recebidos por outros miúdos, ao mesmo tempo, e isso também é importante” (A3)

6.1.2. A relação com as famílias

Relativamente ao tipo de relação com as famílias, esta parece ser de forma geral positiva, ainda que haja casos em que a relação possa ser ambígua, dado que: “temos uma boa relação (...) São pontuais as situações em que há algum atrito, alguma discordância. E eu não acho sempre que as discordâncias sejam más, é sempre sinal que estão implicados” (A2); “dos princípios desta casa é envolver as famílias em certos assuntos (...) as famílias é que não querem” (A12).

A relação estreita-se sobretudo com os/as educadores/as de referência: “As relações com as famílias mais próximas são todas de miúdos dos quais sou educador

de referência (...) havia uma aproximação que eu estava sempre presente nas reuniões, tive muitas reuniões com os pais” (A3)

Quanto à intervenção, esta parece ser considerada insuficiente e pautada de desafios:

“Intervenção vai sempre havendo, com muita boa vontade e puxando estes pais a colaborarem connosco na vida dos filhos, mas depois sinto falta de uma coisa objetiva com as famílias (...)“depende do tipo de famílias que difere a nossa intervenção. Há famílias muito disponíveis que querem sempre continuar a participar nas vidas dos filhos (...) há aqueles pais que não querem de todo no projeto de vida, depois há aqueles que querem participar e que ao longo do tempo se vão distanciando do papel de pais, e há aqueles que nem querem contacto com os filhos, e tens de tentar perceber se vale a pena contrariar isso (...) depende do tipo de famílias, a disponibilidade deles para aceitarem a ajuda dos técnicos” (A2)

“Sim claro, já aconteceu ter que passar sempre a informação, seja do que for, seja a nível de ir mais vezes” (A3)

“Muito pouco e isso às vezes deixa-me um pouco triste mas há tanta coisa que tem que se dar conta que me sobra pouco tempo para as famílias” (A4)

“Eu penso que se a informação for passada para os técnicos não há essa necessidade, nós já temos os miúdos para “tomar conta”, se as famílias fossem parte das nossas relações não podíamos ter este tipo de horário, etc e tinham que haver muitas remodelações. (...) a não ser naqueles contactos informais onde se fala um bocadinho com as famílias, e se tenta perceber a realidade e a situação (A5)

“Não. Esse processo passa pela equipe técnica e com as limitações que o nosso sistema permite” (A8)

“Eu tento. Se tem efeito ou não, não sei (risos). Mas eu tento (...) Tento sempre fazer com que os pais participem” (A9)

A11: “Eu acho que não, eu acho que devia de haver pessoas sim pra, pra fazerem essa parte. Porque nós estarmos aqui com os miúdos e fazer também essa parte com as famílias, acho que fica assim um bocado...”

E: “Muita coisa?”

A11: “É, é”

“Em algumas sim. Eu sinto que sim. Pode não surtir efeito (...) Converso” (A12)

Surge ainda uma sugestão nas respostas:

“definir um programa de competências parentais com eles, em que houvesse um regime, onde eles viessem cá para umas sessões, até com os miúdos, para que eles trabalhassem a sua história de vida, imagina só nós e os pais e implicar os miúdos neste processo” (A2)

Analisando as respostas, notam-se dualidades de perspetivas. Se por um lado há quem consiga intervir, parece ser unânime que a intervenção não é suficiente ou que há a sensação de que falta algo, seja da parte das famílias, seja das equipas; por outro lado parecem existir visões de que na equipa educativa não deve existir o papel de intervenção, por caber à equipa técnica.

Na relação com os/as educadores/as e técnicos/as parece ser consensual a necessidade de melhoria da relação entre equipas e famílias, “os educadores assumem naturalmente muitas vezes essa ponte” (A4). Para existir nos discursos uma necessidade de melhoria mas também a consciência das barreiras existentes, internas e externas.

6.1.3. Os percursos educativos

No que concerne aos percursos educativos das crianças e jovens, destacam o papel e a função da equipa educativa, de que os seguintes dois excertos são exemplificativos:

“É quem está na linha da frente. Eu acho que quem faz o trabalho mais árduo e que tem mais impacto e que as crianças sentem, lá está, como figuras de referência, é a equipa educativa, sem dúvida. Estão nas horas que eles chegam a casa, na hora de estudo, nas horas das refeições, que tomam as refeições com eles, estão na hora do deitar, que são aqueles momentos seguros, que é suposto serem momentos seguros para as crianças. Os técnicos eles vêm-nos... não é que não haja ligação, mas é muito diferente, estamos noutra hora” (A2)

“É a importância maior do lar. São as pessoas que estão no dia-a-dia com as crianças” (A4)

Parece ser de acordo comum que a equipa educativa é o elemento chave da educação das crianças e jovens e que se constitui como uma modelo de referência e aprendizagem.

Quanto à direção e equipa técnica, a liderança surge como a principal dimensão de destaque: “Direção é essencial, é sempre preciso alguém que “comande as tropas” e que consiga pensar os problemas por fora, e a direção é uma função essencial, mesmo liderar a casa. (...) As partes mais burocráticas têm que estar muito bem definidas para que possamos agir todos da mesma forma. (...) se há realmente a necessidade de haver uma equipa técnica e uma equipa educativa. Não poderia o trabalho técnico, de contacto com os tribunais e assim, ser feito por qualquer elemento da equipa?” (A5); “É sempre importante haver alguém que resolva os problemas burocráticos enquanto nós resolvemos os dos miúdos” (A7)

Nas perspetivas dos/as adultos/as, a direção e equipa técnica são fundamentais, com papéis distintos da equipa educativa, mas essenciais. Há quem considere que por estarem posicionados de portas abertas e perto das crianças e jovens podem ser um elemento com características semelhantes às da equipa educativa (e.g.: A3) e há quem coloque a questão sobre se é ou não essencial haver distinção de papéis nas funções das equipas ou se se poderia tudo uniformizar (e.g.: A5). A verdade é que na rotina, como foi explicado, é difícil trabalhar questões burocráticas e as famílias, embora quando possível tal se faça, mas por outro lado a equipa técnica trata de informações muito importantes não tendo muito contacto direto com as crianças e jovens. Faz por receber informações prévias de outros adultos em equipa. Uniformizar tudo? Implicaria reestruturações de tempo (mudanças de horários) e conhecimento (reflexão e discussão).

A análise dos discursos remete para o esforço das equipas na transmissão de valores positivos, mesmo que alguns elementos sejam céticos aos seus efeitos nas crianças e jovens e que de forma geral acreditam que têm um impacto, pois são os modelos que as crianças têm no seu quotidiano.

Pensando se os percursos educativos estariam a ser desenvolvidos da melhor forma, de forma geral, os/as adultos/as acreditam que tal acontece, dentro dos recursos que têm disponíveis. Contudo há quem considere que apesar dos esforços poderia esta questão ser melhorada: “Eu acho que sim. Poderia ser melhorado” (A9), ou que esse percursos não é feito da melhor forma por fatores externos à CA: “Não, mas não por falha nossa ou da equipa técnica, mas muitas vezes por falta de

enquadramento destes jovens nos padrões “normais” do nosso sistema educativo” (A8).

Quanto às crianças de referência, a diretora técnica da CA tem ainda 4 crianças e jovens, para não largar os casos que já tinha enquanto técnica, entre os membros da equipa técnica, dividem-se entre 10 crianças e jovens para cada um. Quanto à equipa educativa existem 3 membros com 2 educandos de referência e 5 elementos com e educandos de referência (eu, como membro da equipa educativa tinha também 3 educandos de referência) e apenas um membro não tem nenhum visto ter iniciado funções recentemente.

6.1.4. Os projetos de vida

Pensando nos projetos de vida que os/as adultos/as acreditam ser aos mais adequados para os referidos educandos, foi possível constatar, na perspetiva da equipa educativa, que a temática da autonomia se destaca:

Autonomia para a CJ e talvez aqui um trabalho um bocadinho com a questão da família (...)eu queria realmente trabalhar algumas competências ao nível pessoal, ao nível da arrumação dos espaços comuns (...) em termos de projeto de vida vai passar por ajudá-lo a centralizar um bocado uma coisa que o faz sofrer um questão da família. Ele não tem vinculação com a mãe. Ele sofre um bocado por antecedência porque se não tiver para onde ir ele acaba por ir para a mãe (...) tentar autonomizá-lo o quanto antes para ele poder ter um trabalho... que não vai passar pela escola ou faculdade... já pensei no futebol mas é complicado (...) é muito difícil (A1)

Olhando para o panorama geral dos projetos de vida da Casa nota-se que o projeto mais evidenciado é o da autonomização. Há casos, poucos, em que se perspetiva a reintegração familiar. Há, porém, casos, em que surge a incógnita de qual poderá ser o melhor projeto de vida para si, se considerarmos que não irão para adoção e que ainda têm idade tenra, mas que têm grandes dificuldades de desenvolvimento, pouca estrutura familiar e padrões familiares muito vincados, difíceis de contornar. Projetar autonomização nestes casos parece irrisório. Há ainda casos em que o trabalho comportamental com os jovens tem de ser complexo, pois estes estão a ser a sua própria barreira de avanço pela vida que já passaram.

A par destas informações considerou-se interessante analisar se os/as adultos/as têm projetos que gostariam de ver em prática e quais são, permitindo-os

assim refletir um pouco acerca dos mesmos e incentivar a que estes possam acontecer. Assim sendo, existem elementos que ambicionam:

“organização documental, que é o que eu estou a fazer neste momento (...)fazer algo mais para fazer um trabalho de competências parentais (...) gostava de contribuir para estes miúdos a partir dos 16 anos ganhassem mais competências de autonomia” (A2)

“Tenho e até acho que já estamos a implementar. Que é um projeto de autonomia” (A4)

“Visto haver tantos espaços na fundação, gostava de organizar, para as famílias que não tem condições para os miúdos irem a casa passar fins de semana, eles virem passar o fim de semana a uns dos milhentos quartos existentes na fundação” (A7)

“Nós temos o projecto da caminhada (...) manutenção desse projeto e arranjar algumas coisas que estão a faltar ou que possam estar a correr menos bem. Da parte das fases (...) reformulação” (A5)

“Gostaria de desenvolver 2 projectos. 1 relacionado com aulas de culinária para os jovens mais perto da autonomia ou saída do Lar. 2 projeto de planeamento antecipado de actividades de férias e épocas festivas” (A8)

“tenho tanta coisa! Se eu te for dizer tudo não sais daqui nem amanhã! Porque eu projetos tenho-os todos na cabeça (...) Não tenho tempo” (A9)

São assumidas várias visões: desejos no sentido de reestruturação de questões mais documentais e práticas, interesse no trabalho da autonomia, por ser uma grande necessidade da casa em questão e outros projetos de lazer. Das entrevistas, ressaltam como principais obstáculos, a falta de tempo, recursos ou questões burocráticas.

CAPÍTULO VII

O CONCRETIZADO E O QUE FICA POR CONCRETIZAR: A PARTICIPAÇÃO É UM PROCESSO DEMORADO

De acordo com William, Winton e Crais “quais os resultados globais ou a longo prazo que esperamos alcançar como consequência dos meses ou anos de serviços que prestamos a uma criança e à sua família” (2003, p.141)? Foi esta e tantas outras questões que surgiram no final deste percurso. De facto será que os efeitos alcançados, independentemente dos objetivos traçados, resultaram em êxito e benefícios para aqueles com quem trabalhei?

Importa analisar os factos e circunstâncias e refletir sobre o que daí derivou.

Os resultados serão analisados em função dos objetivos traçados no início do percurso, do planeamento e a partir do cronograma proposto.

De forma global os tempos previstos cronologicamente (anexo F) em planeamento no projeto de intervenção foram executados atempadamente. Nas tarefas em que isso não aconteceu dependeu de fatores externos sobretudo, que se prenderam na sua maioria com as disponibilidades dos intervenientes. Embora seja importante o respeito pela cronologia de planeamento traçada, considerou-se também importante respeitar ritmos e tempos de acontecimentos naturais decorrentes do quotidiano da casa de acolhimento e dos participantes. Planear tempos implica aceitar também e trabalhar “prioridades”, “o horizonte temporal do plano”, “os recursos disponíveis” e as “diferentes estratégias disponíveis” (Guerra, 2002, p.143)

Ainda que com um percurso de tempo maior fosse possível concretizar com eficácia mais objetivos pensados, o projeto teria de ter um fim para passar a dar autonomia e ferramentas à Casa para seguir o seu caminho e dar continuidade ao mesmo dentro dos recursos existentes. Uma das questões que se pretendia era que a Casa não ficasse dependente da figura de impulsão do projeto e pudesse criar o seu próprio rumo a partir do mesmo. O encerrar do projeto notou-se como uma fase complexa, dado ter implicado “um momento dinâmico que permite consolidar, reforçar e concluir uma etapa (...), o significado de um novo início, de um recomeço criativo e

de um renascimento” (Robertis, 2011, p.253), que é o que se deseja que aconteça na CA.

Ao nível dos objetivos traçados o que foi concretizado?

Para a realização do projeto revelou-se como essencial a existência de uma autorização superior. Foi então realizada uma reunião com a Direção Técnica da CA e posteriormente pedida uma autorização pela mesma à Direção social da Fundação. Realizaram-se os consentimentos informados, que foram devidamente assinados pelos intervenientes da investigação ação. Estes consentimentos foram adaptados a cada grupo de intervenção: seja para as crianças e jovens (ver Anexo P1), para as equipas (Anexo P2), como para as famílias (Anexo P3), no caso de serem alvo de entrevistas.

A seleção, tal como se previa nos objetivos de pré-requisito, foi respeitada, sendo realizada às equipas da CA, suas crianças e jovens, mas foi ainda possível ter contacto direto com quatro famílias na no processo de intervenção.

Quanto à participação das crianças e jovens, como foi esta promovida? Através da realização das entrevistas, em que as crianças e jovens puderam expressar as suas opiniões e participar no projeto de reconfiguração da CA com as suas sugestões. Algumas sugestões foram colocadas em evidência em reuniões ou durante a prática diária em discussão com os pares. Foram em alguns momentos ressaltadas questões éticas mas ainda questões como a saúde dos jovens. Vejamos um exemplo da prática, a propósito da entrega de telemóveis aos adultos na hora de deitar: Esta questão foi colocada numa reunião, quando se discutia os horários adequados e quem deveria ou não entregar o seu telemóvel. Aproveitei para trabalhar a questão, derivado a uma sugestão de um dos jovens aquando da entrevista:

E: “Se tu pudesses tu mudavas alguma coisa aqui no funcionamento da casa?”

CJ5: “Sim.”

E: “Como por exemplo?”

CJ5: “A forma da regra dos telemóveis.”

E: “Sim. O que é que sugerias, então?”

“CJ5: Eu sugeriria que não fizessem nada. Não foram eles que pagaram os telemóveis. Pelo menos o meu.”

E: “Sim, mas tens noção porque é que há a regra?”

CJ5: “Sim, para dormir mas eu nunca iria ficar até à meia-noite no telemóvel.”

E: “Mas uma vez que vais dormir faz-te diferença não teres lá o telefone?”

CJ5: “Claro que faz, o telefone é meu, está com outra pessoa...nem foram eles que me deram, não me ofereceram, nem nada. Nem foi com a semana. Ofereceram-me. Por isso não sei porque é que eles tentam tirar-me o telemóvel.”

E: “Não tem a ver contigo, tem a ver...”

CJ5: “Sim, não, mas o telemóvel é nosso, eu não percebo essa regra.”

Neste contexto pretendi compreender a visão do jovem perante este assunto, justificando-se assim as várias perguntas de exploração. Gerou-se assim posteriormente uma conversa em reunião de equipa:

A: “ Quando se deitam têm de entregar os telemóveis.” (sic)

I (Investigadora): “Mas expliquem-me porque têm eles de entregar os telemóveis se ao fim ao cabo é um objeto seu.” (sic)

A: “ Se não entregam vão ficar durante horas ao telemóvel” (sic)

I: “Mas ao mesmo tempo estamos a apropriar-nos de um bem que é deles, o que acaba por ser mais uma coisa que eles não controlam. O telemóvel é um objeto deles tal como outro qualquer.” (sic)

Levantam-se aqui várias questões:

O direito às crianças e jovens terem os seus próprios bens e controlo sobre determinados aspetos da sua vida; a questão do descanso noturno que pode ser afetado pelo uso constante do telemóvel na hora de deitar; os malefícios deste uso no escuro; o poder incomodar os restantes colegas de quarto. No fundo várias questões de ordem ética. Se por um lado, não devemos ter direito de poder sobre um objeto pessoal seu, por outro lado, devemos educar e compreender por meio de reflexão o que deve ser mais conveniente para o bem-estar da criança ou jovem, que muitas vezes não coincide com aquilo em que elas acreditam. Neste exemplo específico, o jovem revelou sentir que os adultos estavam a usar de seu direito poder sobre uma coisa que era sua. Vejamos o contexto: crianças e jovens que foram retirados às suas famílias e que perderam o contacto ou controlo sobre coisas suas e sobre

determinadas ações e este parecia ser o exemplo de mais uma questão que saía do controlo do jovem.

Um outro exemplo de participação das crianças e jovens foi o facto de se lhe ser proposta a entrega de um documento que promovia o dia da família (adiante será melhor explicitado) e decisão conjunta com a família sobre o que gostariam de fazer nesse dia.

Foi criado um planeamento com tempos e ações, traçaram-se objetivos, mas em que se traduziu tudo isso?

Tabela 9

Registo de trabalho de campo quanto às áreas e subáreas de intervenção

Áreas de intervenção	Subáreas de intervenção	Registo de trabalho de campo	Data do trabalho de campo
Direitos das crianças	Todos	Proposta de visita ao “Espaço Brincar”, a propósito dos Direitos da Criança.	fev 2017
	Participação	Promoção da escuta-ativa por parte dos adultos e expressão da opinião por parte das crianças	Ao longo do projeto
		Criação e proposta de um plano de promoção de competências de autonomia na alimentação (anexo Q)	fev 2017
		Participação no Programa “Umbrella”, proposto no âmbito de uma tese de Doutoramento, pela Universidade de Oviedo, em Espanha	fev – abri 2017
	Privacidade	Elaboração de uma carta com pedido para a descaraterização de uma carrinha na Fundação (anexo R)	abr 2017
Adultos	Equipas	Criação de um placard: “Troféus da Equipa”, como meio de motivar a equipa com pequenos gestos de reflexão e reconhecimento de pontos fortes e positivos de cada um ou do grupo em geral	Desde dez 2016
		Incentivo e partilha de conhecimentos inerentes à prática profissional no lar	Ao longo do projeto
		Proposta de realização de textos de partilha/informativos acerca de assuntos de interesse para a prática profissional na casa (em Anexo S)	abr 2017
		Proposta de Seminário acerca do Acolhimento Residencial (anexo T)	fev 2017
	Famílias	Reuniões com a equipa técnica e direção técnica, para compreender prioridades de famílias a intervir – daí ressaltaram 4 famílias*	Ao longo do projeto
		Criação de uma entrevista (que passou para questionário) no sentido de compreender como as famílias se sentem em todo o processo de acolhimento e como poderemos melhorar o trabalho com as mesmas (Anexo U)	abr 2017

		Proposta do dia da família, com o intuito de envolver e valorizar mais a família na vida das crianças e jovens, através de momentos lúdicos e da participação da mesma em conjunto com as crianças na escolha das atividades (Anexo: V1+V2)	Abr 2017
		Reuniões com famílias	Ao longo do projeto

Todas as áreas de intervenção acima apresentadas, bem como o trabalho de campo realizado e proposta futuras foram alvo de análise pelas equipas e direção da CA. Segue-se uma análise dos parâmetros de trabalho de campo acima apresentados, traduzidos em conquistas:

7.1. As conquistas...algumas por inteiro, outras pela metade

Considerando a temática dos direitos das crianças comecei por propor uma **visita** ao “Espaço Brincar – Câmara Municipal de Lisboa”, redefinido atualmente para “Universo D” em Lisboa. Este é um espaço onde se abordam os direitos da criança a partir da educação não formal. Esta proposta teve como pressuposto promover o debate com as crianças sobre os seus, bem como de explorar esta temática com os/as adultos/as da Casa. O que foi possível? Foram realizadas várias trocas de e-mail com este espaço para agendar visita ao longo do projeto. Contudo este espaço esteve em reestruturações e apenas reabriu em outubro do presente ano, pelo que voltámos a entrar em contacto para compreender condições. Atualmente foi feita nova proposta à direção e coordenação da CA para a realização de visita e aguarda-se a sua resposta.

Dentro da abordagem aos direitos das crianças, considerou-se a participação fundamental, por meio da **promoção da escuta-ativa por parte dos/as adultos/as** e através da expressão da opinião por parte das crianças e jovens. Ao longo do todo o projeto através de conversas informais entre equipas, reuniões e outras ações do quotidiano a participação das crianças foi sendo promovida. A realização de entrevistas foi um importante elemento de participação pois determinados aspetos abordados foram discutidos em reuniões e dessa forma a expressão e opinião das crianças e jovens foi considerada relevante. Esta era já uma preocupação e aposta da equipa antes do projeto começar. Contudo o projeto serviu de estímulo para que se continuasse a reconhecer e a promover no dia a dia a participação das crianças e jovens. Enquanto membro da equipa educativa da CA pude explorar melhor a

participação das crianças até aos 12 anos de idade através de reuniões semanais realizadas com o grupo, às quais eu presidia.

A par do investimento da participação de todos os intervenientes, e por forma a responder a uma necessidade que se revelou evidente na Casa, propus à direção e equipas um ***plano de promoção de competências de autonomia (alimentação)***. O objetivo seria trabalhar esta competência sobretudo nos jovens e estimular o gosto nas crianças, dado ser uma competência pouco estimulada, uma vez que as refeições são feitas em refeitório, o espaço de cozinha/copa é muito pequeno e os recursos económicos são escassos. Foi esta uma preocupação considerada importante pelos jovens que se sentiam pouco preparados para cozinhar ao sair da Casa para a sua autonomia (Costa et al, 2014). Uma vez que a função de cozinhar e de alimentação está presente no seu dia-a-dia, considerou-se fundamental apostar os conhecimentos nesta área.

A proposta foi levada a reunião, o que gerou um momento de discussão acerca da importância desta temática, dos recursos necessários a ser disponibilizados, não só económicos mas também como humanos, e a possível gestão de um turno no caso de ser concretizável. Propunha-se um atelier de culinária para todos, a realizar-se de 3 em 3 semanas (devido aos recursos disponíveis) onde pudessem ser confeccionadas receitas simples, económicas e de interesse para as crianças e jovens. A par disso propunha-se um plano de ação para os jovens a partir da fase 4 da CA (trabalhamos com fases de desenvolvimento na CA), que seria já um nível avançado de autonomia onde pudessem realizar uma refeição completa, acompanhado de um adulto de 2 em 2 semanas ou se tal não fosse possível de 3 em 3 semanas. Relevou-se a importância desta atividade, o modo de funcionamento considerando vários fatores, as condições, os benefícios de aprender a fazer refeições, o que implicaria a sua confeção e outros objetivos deste plano. Ressalvou-se que os jovens deveriam ter uma participação ativa e sugerir as refeições que gostariam de confeccionar, bem como a sugestão de criação de um livro com as receitas confeccionadas, a criação de um guia alimentar/nutricional, a aprendizagem e criação de uma ementa-tipo e a tentativa de acordo para se poderem consultar com um nutricionista. Daqui surgiu um período de reflexão e sugestões que as equipas pudessem realizar. Após este período reuni com a coordenadora da equipa educativa a fim de repensar e adequar a proposta, de onde surgiu um programa de formação alimentar, que teria como pressuposto ter a duração de 8 meses (durante o ano letivo), realizando uma divisão do grupo da casa por quatro

grupos, de modo a efetivar uma aprendizagem mais eficaz, com a frequência de uma hora mensal para cada grupo (seria todas as semanas para os adultos), adaptando-se assim também a cada faixa etária. O plano necessitaria de 9 adultos disponíveis, dentro da equipa educativa, onde 8 elementos fariam a formação e 1 elemento seria responsável por avaliação do mesmo e orientação do programa. A proposta subdividir-se-ia em 6 módulos, os quais: 1 – Alimentação saudável e equilibrada; 2 - Alimentação, desporto e doença; 3 – Autonomia na alimentação; 4 – Segurança alimentar; 5 – Confeção alimentar; 6 – Práticas alimentares. Cada módulo seria simples, com abordagens práticas e concretas e seria composto por submódulos (anexo W). No final de cada módulo far-se-ia uma avaliação dinâmica e o programa culminaria nas confeções alimentares. Pensou-se no programa pois tão importante quanto cozinhar seria compreender de forma breve as implicações e o contexto que esta prática implica. Atualmente, com a reestruturação da equipa, será necessário repensar novamente o programa, compreendendo a sua possível execução, pelo que foi agendada reunião com a nova coordenadora da equipa educativa, que por motivos laborais sentiu necessidade de desmarcar a reunião agendada e aguarda-se nova disponibilidade de ambas as partes para prossecução da análise do programa proposto.

Ainda no âmbito da autonomia propus-me participar no **Programa “Umbrella”**, que surgiu no âmbito do projeto Leonardo Da Vinci, entre 1997 e 2000 com o intuito de trabalhar as competências sociais de jovens em acolhimento residencial. O programa conta com um manual de apoio à transição da vida adulta e é um suporte para a autonomia dos jovens. O “Umbrella” está atualmente a ser reformulado numa versão portuguesa a partir do desenvolvimento de uma tese de doutoramento, na Universidade de Oviedo, em Espanha, que contou com a participação da Casa no seu estudo. Fomos objeto de um dia de **formação** e foi proposto que membros da equipa participassem no programa apoiando os jovens e realizando sessões com eles. Uma vez que a participação e a autonomia seriam de interesse para o projeto de intervenção ofereci-me para participar na intervenção com os jovens (juntamente com a coordenadora da equipa educativa). Foram realizadas sessões semanais durante 8 semanas, em que os jovens tinham e sessões semanais, uma com cada adulta. Da aplicação do programa realizou-se uma avaliação por parte dos jovens e gerou-se um feedback para o investigador, que se pensa ser importante refletir, uma vez que a intencionalidade do programa é de todo o interesse, contudo a sua aplicabilidade e

estruturação pareceu-nos carecer de revisão e atualização, em conjunto com a reflexão dos jovens. Em anexo (Anexo X) e-mail de reflexão conjunta das adultas na investigação acerca da prática de aplicação do programa.

Não esquecendo um elemento fundamental na vida de qualquer criança ou jovem e que se pronuncia como uma dificuldade na Casa é a questão da **privacidade das crianças e jovens**. Elaboração de uma carta com pedido para a descaraterização de uma carrinha da Casa, no sentido de poder proporcionar maior privacidade às crianças e jovens da CA e porque muitas vezes na prática profissional ouvi coisas como “Não quero que me vás buscar à porta da escola com a carrinha. Pára mais atrás” (sic). Evitar-se-iam assim estigmas como os das pessoas que os veem sair dessas carrinhas e perguntam de onde vêm, deixando as crianças e jovens numa posição delicada e desconfortável para ter que explicar ou recusar explicar a sua situação pessoal. A carta gerou discussão em reunião de equipa pelo facto de algumas crianças e jovens já estarem familiarizados com um transporte identificado, por outro lado, de outras crianças ou jovens evitarem esse tipo de transporte. Fundamentei que esse seria um direito seu consagrado na lei e na CDC, o da privacidade, e propôs-se análise da equipa. Após um período a carta não sofreu alterações pela equipa e esta foi então proposta à direção da Casa que se comprometeu a propôr à direção social, afirmando que seria este um passo difícil de conseguir. Até à data não houve aceitação destes termos, contudo a questão foi lançada e foi alvo de reflexão, o que parece ser uma conquista e um mote para futuramente alguém poder novamente colocar esta questão em evidência.

No que concerne à intervenção com o grupo dos/as adultos/as, atendendo a alguma desmotivação verificada nas entrevistas, sobretudo pelo impacto do fator económico na sua profissão, optei por criar um **placard motivacional** para as equipas e direção da casa, onde eram ressaltadas conquistas realizadas, parabenizados por feitos na prática laboral, utilizando o humor, e transmitidas mensagens positivas. Pretendeu-se com este tipo de ação, que à partida se traduziu em gestos simples “estabelecer relações entre a emoção e a motivação com a intenção de apresentar e fundamentar a hipótese teórica de que é possível e pertinente pensar que se pode motivar a partir da emoção, e aplicar esta concepção em contextos de prática educativa” (Branco, 2004, p.51). Desta forma, acabaram por existir mais elementos a participar no placard (que se pretendia ser interativo) e por existir um feedback positivo no sentido em que as pessoas revelaram que com pequenos gestos se sentiam

melhor e se ‘arrancava’ um sorriso. A propósito de um texto criado por mim, intitulado “Era uma vez... o Educador” revelaram sentir reconhecimento e identificaram-se com as palavras transmitidas: “ Até me deixaste com lágrimas nos olhos. É isso mesmo!” (nota de campo de março de 2017). Sentiu-se ainda uma vontade de continuar a ver o placard dinamizado: “Nadja, quando é que pões aqui mais das tuas coisas?” (nota de campo de maio de 2017). Concluiu-se ainda que é possível criar oportunidades de cada adulto da casa de “motivar-se a si mesmo quando vive experiências menos gratificantes” (Branco, 2004, p.51)

Por forma a fomentar a formação e partilha de conhecimentos entre os/as adultos/as da CA efetivei uma proposta de **realização de textos com informação ou com partilhas** acerca de temas considerados pertinentes pelas equipas e direção da CA. Da proposta surgiram 8 propostas de temas como sugestão: 1. Violência entre jovens; 2. Sexualidade entre jovens em lar; 3. Motivação de Equipas; 4. “Burnout” de equipas; 5. O impacto do trauma sobre os cuidadores; 6. Estilos de comportamentos dos cuidadores; 7. Estratégias de resolução de conflitos entre jovens com comportamentos de oposição e disruptivos; 8. Burnout emocional (desgaste emocional).

Na mesma linha, mas numa perspetiva mais ambiciosa, foi ainda proposto um **Seminário** que abordasse temas interessantes para o trabalho e vivências na CA. Temas propostos: Acolhimento Residencial: do seu nascimento aos dias de hoje; A importância do trabalho da equipa educativa/técnica; O acolhimento residencial como ambiente terapêutico; O papel das famílias em acolhimento; Desenvolvimento das crianças e jovens em acolhimento. Para cada tema se propunha diferentes personalidades entendidas na matéria e cada tema era composto por subtemas. A proposta foi apresentada com uma programação para ser realizada em um dia e seria intitulada de “A vida em Acolhimento Residencial – implicações, investigação e intervenção”. Os temas realizaram-se com base em informação em alguns pressupostos teóricos, em algumas necessidades de formação evidenciadas pela prática profissional e no contacto com os colegas, bem como na experiência de possíveis oradores e com o mote de existir partilhas entre casas de acolhimento. A proposta foi apresentada à diretora da área social. Até à data é ainda apenas um projeto mas já provocou reflexão e mobilizou a direção social a considerar esta área como de interesse para ser alvo de partilha pública.

Para que fosse possível efetivar um trabalho mais individualizado com cada criança e jovem, dado terem poucos momentos de privacidade e revelarem necessidade de uma maior presença efetiva dos/as adultos/as foi sugerida a **criação de um momento único**, em que uma vez por semana, pelo período de meia hora, pudesse ser garantido a cada criança ou jovem poder estar com o seu educador de referência e /ou técnico. A proposta foi pensada em conjunto e tal não foi possível efetivar, apesar das propostas por não existir em turno essa disponibilidade e recursos humanos suficientes. Ainda assim, como educadora de referência consegui juntamente com uma técnica fazê-lo com uma das minhas educandas. As dificuldades sentidas prenderam-se com imprevistos que por vezes surgiram nesse horário.

Relativamente às famílias, dentro do que foi possível executar, dadas as limitações existentes no tempo e no espaço na concretização do projeto, foram **realizadas reuniões com a equipa técnica e direção técnica** da CA a fim de compreender as famílias que teriam maior necessidade de intervenção exterior ou reforço, ou que retivessem maiores benefícios da intervenção no período do projeto: ressalvaram-se 4 famílias. Das reuniões surgiram vários momentos de partilhas, trocas de informação e foram momentos fundamentais no decorrer do projeto, para que este se tornasse mais consistente. Foi ainda positivo pois as equipa e direção revelaram-se disponíveis para oferecer o tempo ao projeto, aceitando-o assim como um elemento de interesse.

Mantendo sempre presente a importância da família num projeto de intervenção precoce, Foi elaborado um **questionário para as famílias**, no sentido de compreender a sua satisfação e participação no âmbito do acolhimento dos seus filhos e a partir da análise dos mesmos poder melhorar a prática profissional junto das famílias e suas crianças. Considerou-se que esta poderia ser uma ferramenta a aplicar em momento oportuno, o que no contexto que a casa atravessava e pelas limitações do projeto acabou por não se adequar.

Propôs-se, ainda, criar um **momento de lazer para as famílias**, com jogos e refeição, no sentido de também partilhar com as famílias o espaço exterior da Casa e de fomentar as relações familiares por meio de momentos lúdicos, envolvendo-a mais na vida dos filhos. Foi pedida cooperação dos colegas das equipas e das crianças e jovens neste sentido. Muitas das propostas acabaram por não ser entregues, outras não regressaram. Apenas uma família respondeu e expressou desejo em participar com a sugestão de jogar futebol como atividade e houve colegas que se ofereceram

para ser um apoio. Não foi possível desta forma realizar a atividade na data prevista e com o início da época de testes e de férias de verão, em que muitos jovens estariam em casa dos familiares ou colónias de férias, não foi possível concretizar este projeto. Ficou, no entanto, a sensibilização para a importância de integrar as famílias no processo de acolhimento e nos momentos da vida das suas crianças e jovens.

Apesar das limitações existentes no projeto de intervenção, foi possível um **contacto com 4 famílias**, que em reunião com a direção e equipa técnica se consideraram prioritárias em tempo útil a intervenção no projeto. Realizaram-se reuniões e intervenção com as 4 famílias a fim de promover o desenvolvimento de algumas competências e um melhor desenvolvimento das mesmas (anexo Y).

Numa premissa de consideração pelo espaço pessoal e privado das crianças e jovens com as suas famílias e por forma a fomentar momentos de relação de maior qualidade, incentivei **a criação de um espaço para as famílias** visitarem e estarem com as crianças e jovens. As famílias, por norma não fazem as visitas dentro da casa por respeito à privacidade de quem lá vive. Pretendeu-se promover uma maior ligação familiar e um espaço reconfortante de privacidade. A grande dificuldade evidenciou-se na procura de um espaço adequado para o efeito, tendo sido este tema alvo de discussão entre equipas. De momento, com saída de alguns colaboradores, existe uma pequena sala disponível dentro da CA para possíveis reuniões ou momentos em família, ainda que este espaço não esteja reformulado no sentido do reconforto e bem-estar.

Ao longo do percurso do projeto existiram ainda **momentos de reflexão** na prática diária da casa, seja através de conversas informais, reuniões ou pelo livro de turno. As partilhas e trocas de informação suscitaram mais momentos de reflexão e retiraram alguns estigmas em evidenciar dúvidas ou partilhar sentimentos e receios na prática profissional.

Ficou ainda em proposta de projeto a **Elaboração de um Programa de competências parentais/Manual para técnicos e educadores de estratégias de apoio à família**, com adaptação a outros existentes e com adequação à população da Casa, que não foi possível ter o seu seguimento pois iria contar com o envolvimento das equipas, crianças e jovens e pela análise das necessidades de apoio que as famílias nos devolvessem. Contudo, pela reestruturação da casa, saída e entrada de colaboradores não foi possível dar continuidade a esta intenção, dadas as prioridades terem passado para assuntos urgentes e diários, ainda que esta constitua uma

questão fundamental e não sendo realizada em conjunto perderia o seu sentido do trabalho em equipa e das premissas de participação ativa. A mesma justificação se refere à adaptação do manual de boas-vindas/regulamento oferecido às crianças e jovens que entram, para as idades mais baixas, com apelo a uma linguagem mais simples e ilustrações. Não foi possível reunir com as equipas nesse sentido.

Analisando todos os resultados apresentados sintetiza-se de forma geral uma reflexão final. O facto de o projeto ter gerado discussões de equipa já mobilizou as pessoas e teve o seu impacto na mudança e reestruturação da casa. O que interessou ao projeto foi sobretudo o processo e não produtos, ainda que não se desconsidere a sua importância. Este seria uma consequência do projeto. Ainda que vários parâmetros pareçam inacabados, o seu processo provocou mobilizações, o que na área do acolhimento é uma grande conquista. Pode dizer-se que existiu intervenção direta, no sentido em que existiu relação de presença da investigadora e dos atores na intervenção. Constituiu-se desta forma a intervenção como “um jogo de relações recíprocas” (Robertis, 2011, p.141) e também eu sofri influências, que acabei por aplicar não só na intervenção como também na prática profissional. Existiu ainda uma relação indireta, sobretudo com as famílias, mas também em determinados momentos com as crianças e jovens, pois muitos assuntos tiveram a sua ação sem que houvesse uma “relação face a face com a pessoa” (*idem*, p.181), tratando-se de um trabalho de planificação de intervenção e de organização que iria ter a sua ação junto de algumas pessoas posteriormente, trabalhando dessa forma para os atores da intervenção, mas não diretamente com eles, ainda que o pressuposto fosse um projeto participado. Contudo, em determinados momentos tal foi necessário.

Ao longo da intervenção, fui ainda tentando responder às questões: Como promover a privacidade das crianças e jovens na casa?; Como integrar, envolver e auscultar mais as famílias?; Como permitir às equipas maiores ferramentas no trabalho com as crianças, jovens e famílias?; Como motivar mais as equipas?; Como promover uma maior participação/escuta ativa das crianças e jovens? E, através delas reestruturaram-se ações e traçaram-se caminhos.

7.2. Os constrangimentos e limites da intervenção

O trabalho desenvolvido ao longo do projeto foi muito gratificante. Contudo trouxe consigo limitações e constrangimentos que merecem agora discussão.

O próprio projeto em si, na sua fase de projeção e planeamento constituiu uma limitação a si mesmo, no sentido em que se ambicionava trabalhar as várias áreas da vida da criança. Contudo através de várias conversas, seja com o grupo de turma académico e coordenadora de mestrado, seja com a orientadora, com os colegas de equipa na Casa ou mesmo entre outros contactos, foi necessário compreender e aceitar que tal não seria possível num projeto com um prazo curto e que se efetivasse um trabalho de qualidade. Foi necessário afunilar o plano de ação e resistir a frustrações de querer fazer tudo, ao mesmo tempo.

Aborda-se aqui um outro fator que se apresentou como uma mais-valia mas também como uma limitação: o facto de ser investigadora e intervir, e ser membro da equipa educativa ao mesmo. Ora, este foi um fator positivo pois permitiu maior recetividade nas minhas abordagens, maior acesso a informações, maior facilidade de contacto com os intervenientes e foi possível ir colocando algumas questões em prática através da função laboral na CA. Não obstante, este foi também constrangimento pois daí surgiram logo dúvidas se iria realizar entrevistas no meu horário de trabalho (foram todas realizadas fora do mesmo) e em determinados momentos surgia a incógnita se determinada ação ou sugestão realizadas era a Nadja educadora a fazer ou a Nadja investigadora, gerando aqui uma confusão de papéis, que por vezes se misturaram. No entanto, acredita-se que “apesar de os papéis nem sempre estarem bem clarificados para os intervenientes, estes desenvolvem determinadas práticas colaborativas, que parecem contribuir para esse esclarecimento e reforçar a segurança dos profissionais relativamente aos próprios papéis” (Gomes, 2012, p.131)

O tempo revelou-se outro fator limitante, pois foi fundamental em todo o processo mas insuficiente para o mesmo. Por vezes as equipas não tinham tempo para ler sugestões e propostas, para reunir ou para as entrevistas. O tempo foi inimigo quando as famílias não respondiam ou tínhamos que esperar por respostas burocráticas e foi passando até que chegou o final do projeto. Da mesma forma que o tempo se gerou contraditório também no trabalho com as famílias, que revelaram, exceto uma indisponibilidade constante para a participação do projeto, que no fundo se traduziria também no projeto de vida das suas crianças e jovens.

Nas entrevistas, uma das limitações foi o local. As entrevistas realizaram-se em salas da Casa, nos mais diversos horários, consoante disponibilidades. Algumas

entrevistas foram interrompidas pelo aparecimento de outras pessoas e ainda sentiram a interferência de ruído de fundo do turno que estava a decorrer.

A predisposição das crianças por vezes constrangeu o processo, dado que não compareciam em entrevistas e era necessário remarcar ou no dia da entrevista por outras coisas que queriam fazer recuavam e foi necessário explicar que foi um compromisso assumido, ao passo que se deveria respeitar a sua vontade de não participar da entrevista.

Foi ainda complexo assumir um papel de entrevistadora isenta, sendo que em muitos casos a entrevista constituiu-se mais como uma conversa e partilhas, uma vez que aproveitei o momento da entrevista para uma interação mais aprofundada e uma maior criação de relação com as crianças e jovens para permitir obter informações pertinentes à prática diária (talvez aqui a confusão de papéis, mas a utilidade das informações sobrepôs-se) e com os /as adultos/as foi importante estabelecer um momento de confiança que de outra forma não seria possível.

As questões burocráticas atrasaram alguns processos, como as assinaturas, o tempo para a leitura e análise de informação, as regras da Fundação, que não permitem determinadas mudanças (e.g.: tirar logótipo de uma carrinha) e o ter que passar a mesma informação por várias pessoas por vezes perdia a sua qualidade.

A última dificuldade que surgiu no projeto foi a alteração das equipas e a altura das férias de verão, em que toda a rotina mudou, as pessoas estavam mais indisponíveis e com as suas preocupações em questões práticas da rotina, da reestruturação da casa e deixou de ser prioridade só melhorar o funcionamento e estrutura da casa, enquanto resposta para as crianças, jovens e famílias, para passar a garantir que o essencial se mantinha assegurada.

Importa acrescentar que na fase final de atuação direta no projeto de intervenção as equipas da casa sofreram alterações perdendo elementos e adquirindo elementos (menos entradas do que saídas). Esta redução, que contou com mais saídas e entradas de colaboradores, deveu-se à conjuntura económica do espaço onde estavam inseridas. À data de finalização do projeto estão acolhidos na casa 19 crianças e jovens, prevendo-se uma breve saída para um elemento, rumo aos apartamentos de autonomia. Prevê-se ainda que aquando das saídas não entrem brevemente novos elementos de crianças e jovens para que se possa oferecer um trabalho de maior qualidade para os que ficam na casa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“A vida é complicada. Temos de nos manter firmes nesta longa caminhada” (CJ da CA)

Um longo percurso está agora a tomar um novo rumo e merece algumas considerações finais. O projeto de intervenção desenvolvido permitiu-me perspetivar a área do acolhimento residencial numa nova ótica. Numa ótica em que as áreas da sociologia da infância e da intervenção precoce devem deixar a sua marca e numa perspetiva de que esse trabalho só será possível num trabalho de equipa e de parceria com e entre profissionais e famílias. Neste contexto é a voz dos profissionais, das famílias e suas crianças que devem comandar o rumo da área do acolhimento residencial, articuladas entre si, mesmo com as suas tensões e conflitos.

Com o final da intervenção vêm também universos de sentimentos únicos e mistos. Esta fase dá origem a “inúmeros sentimentos contraditórios quando se trata de início de se descomprometer e de seguida de terminar uma relação interpessoal significativa” (Robertis, 2011, p.249). O que me gratifica no final é o sentimento de que, apesar de existir uma quebra na relação, o projeto torna-se “uma porta aberta para novos caminhos e experiências diferentes” (idem).

Constata-se nesta fase, o longo caminho que ainda existe a percorrer no acolhimento residencial em Portugal. Há ainda muito para fazer no que toca à promoção do lugar efetivo e das vozes das crianças que em algum momento da sua vida entraram no sistema de proteção. Não são utentes. São sujeitos. Espera-se e grita-se a necessidade de dar mais voz às crianças, às famílias que tanto ficam esquecidas nos processos de acolhimento. O seu papel pode ser decisivo. Neste processo não devem ficar na sombra os direitos a que as crianças devem estar compelidas. Direitos esses que acabam por ser violados e por isso as crianças são acolhidas. Mas será tanto grave uma família deixar de parte estes direitos como as equipas e tribunais que participam do processo de acolhimento e as equipas que acolhem, esquecerem que aquele é um ser “escutante”, “falante” e “pensante”.

A informação que temos hoje acerca do sistema é melhor do que há duas décadas. O CASA (ISS) tem permitido uma maior abrangência de conhecimentos

acerca da situação de acolhimento de crianças e jovens em Portugal. Resta agarrar essas informações e compreender causas, efeitos e soluções.

A nível jurídico já se fazem passos largos e a Lei que protege crianças e jovens em situação de risco e perigo sofreu atualizações no corrente ano. Há, portanto, olhos atentos nesta matéria. Devem, assim repensar-se práticas para que se possa contrariar os atuais números, assustadores, que pautam o acolhimento no nosso país. São necessárias mais e outras respostas, são necessários mais técnicos/as a trabalhar com as famílias em meio natural de vida de modo a atuar ao nível da prevenção. E devemos nós, todos, cidadãos/ãs estar mais atentos a esta realidade. Independentemente dos inúmeros fatores que possam culminar em situação de acolhimento. Parece que estamos perante uma situação de “ausência de políticas preventivas eficazes, as quais deveriam permitir uma intervenção técnica qualificada junto das famílias e das crianças de forma a impedir que estas entrem em ciclos de risco, difíceis de quebrar e ultrapassar” (Tomás & Fernandes, 2016, p. 27).

Espera-se que a intervenção precoce se possa reconfigurar face a um paradigma que inclua as dimensões sociais, políticas e culturais.

O contexto de intervenção revelou-se um espaço múltiplo, com muitas variáveis de influência em seu redor e muitas pessoas incluídas, o que gera um trabalho tanto de aliciante e complexo como de difícil, desafiante e gratificante da mesma forma.

Foi necessário criar um plano. Um plano com tempo, lógica e adequado ao contexto de intervenção. Um plano realista. Surgiram alguns fatores limitantes durante todo o processo, mas acreditam-se nos efeitos da investigação-ação. Um elemento a relevar foi o facto de ser ter tido em consideração as questões éticas, no sentido de as respeitar e tentar assegurar. Por conseguinte o projeto não faria sentido sem uma avaliação. Foi nesse sentido alvo de uma autoanálise (anexo Z).

A realização de entrevistas constitui-se como elemento chave, já que o *feedback* em relação às entrevistas foi fonte de avaliação muito importante e constituiu um elemento muito importante de análise no projeto de intervenção. Na perspetiva dos/as adultos/as a entrevista serviu como ponto de reflexão acerca do trabalho em acolhimento e de todos os pontos fundamentais que giram em torno do mesmo. No fundo parece que os/as adultos/as muitas vezes têm as ferramentas. Só precisam de uma motivação para que as “tirem da gaveta” e as possam utilizar. O que se quer afirmar é que a entrevista como forma de recolha de informação pode também ter servido como

instrumento promotor de intervenção por via da criação de espaços-tempos de reflexão e de discussão e temas inerentes à prática profissional em acolhimento.

A entrevista foi um meio de conversa também ela informal, por já existir uma relação com os entrevistados e por durante as questões surgirem outras consideradas pertinentes. Houve vários momentos em que acabei por ser chamada a participar do discurso da conversa, da reflexão, por vezes como forma de concordância, como se vê pelo exemplo: “tás a perceber?” (A9) e ainda questões novas que surgiram como pretexto de uma intervenção reflexiva, em que era lançado o mote para a discussão (mais unidirecional) e reflexão.

Da análise das entrevistas às crianças e jovens, salienta-se a sua capacidade de reflexão, espírito crítico e cooperação. Saúda-se nesse sentido a Casa de Acolhimento em estudo por existir um padrão comum na postura das crianças e jovens aquando das entrevistas: respeito, vontade de melhorar, ambições, capacidade para pensar em algo abstrato e partilhar emoções e histórias, reconhecimento daquilo que já lhe foi conferido.

Há uma perspetiva positiva das crianças e jovens em relação à Casa de Acolhimento e um reconhecimento dos momentos mais marcantes para si, sejam eles positivos ou negativos.

Autonomia é outra dimensão que surge com muita intensidade durante todo o projeto. Foi afirmado que é necessário trabalhar a autonomia na Casa. A população nela inserida é cada vez mais jovem e é necessário adequar respostas para que os jovens possam ser capazes de se construir e (re)construir o presente e o seu futuro. Nota-se no exemplo desta Casa de Acolhimento o momento do processo de acolhimento como um momento traumatizante e parece de facto o método de acolhimento aqui aplicado ser o mais adequado neste contexto. Ora deveriam criar-se diretrizes nacionais mais eficazes e sensíveis no processo de acolhimento mas acima de tudo cada Casa compreender o que fará mais sentido para o bem-estar das crianças e jovens e “bater o pé”, como se dizia em entrevista, de forma fundamentada para mudar modos de operação ineficazes e desadequados.

Parece existir em todo o cenário uma vontade de mudança em relação às famílias. Uma necessidade de reaproximação, de trabalho de competências, de investimento. Ao fim ao cabo “ a família como foco de atenção constitui o elemento

fundamental das práticas atuais de intervenção precoce (IP) centradas na família” (Correia & Serrano,2000, p.13)

Na linha de trabalho com as famílias é fundamental “que exista uma linha comum e de consenso sobre o modo como se vão estabelecer as relações com os pais, o que requer um processo de reflexão” (idem, p.169). Parece importante respeitar os desejos das crianças e jovens na forma como gostariam de passar o tempo com a sua família e poder criar oportunidades para que isso possa acontecer, o que muitas vezes passa por gestos simples e práticos, mas que requerem um tempo próprio e útil para deter minada família.

É de louvar o percurso escolar das crianças e jovens que têm uma taxa de sucesso escolar positiva de forma geral, ainda que possam passar por estigmas na escola por viverem numa casa de acolhimento, onde muitas vezes as pessoas ou têm sentimentos de piedade ou consideram que as crianças ou jovens são a causa do seu próprio acolhimento. As crianças e jovens projetam-se num futuro. Uma competência que requer uma certa estabilização emocional para poder imaginar algo que ainda está para vir e que depende de si ou dos adultos que os rodeiam.

Olhando para o grupo dos/as adultos/as registou-se um grupo com vontade de crescimento profissional, satisfeito com o trabalho realizado com as crianças e jovens, frustrado por não poder responder a todas as necessidades das crianças e jovens e de realizar uma intervenção efetiva com as famílias e desmotivado sobretudo pelo fator económico e de valorização profissional.

Todos os profissionais da Casa de Acolhimento, mas sobretudo a equipa educativa parece ter um papel preponderante no desenvolvimento das crianças e jovens e na construção de caminhos.

Afigura-se ainda nesta linha de pensamento, as redes sociais de apoio num complemento com a intervenção precoce, no sentido de traçarem um caminho comum em prol do bem-estar da família e um o apoio às casas de acolhimento.

De realçar também que neste projeto os intervenientes se mostraram motivados a participar e de certa forma desafiados e mostrarem o seu melhor, as suas competências. O papel das crianças e jovens revelou a importância da sua participação neste contexto, reforçando o conhecimento acerca do mundo da criança, em que pode esta também participar na estruturação do conhecimento, dando assim o seu contributo (Tomás, 2008). A sociologia da infância promove novos métodos de investigação que se desenlacem em parceria com as crianças e não apenas acerca

das mesmas (Delgado & Silva, 2012). Seria de interesse as casas de acolhimento começarem a investir mais neste pressuposto a fim de melhor desempenharem a sua função e proporcionarem mais qualidade de vida a quem nestas casas está acolhido.

É ainda importante compreender que numa casa de acolhimento é complexo quantificar os efeitos de uma intervenção. Ao invés disso analisa-se qualitativamente os benefícios trazidos pela intervenção através de exemplos práticos na ação.

Com isto, fica a esperança de que “as concepções e práticas cristalizadas poderão ser discutidas e repensadas, possibilitando a construção de outro espaço que faça a diferença na vida de quem passa por ali” (Dullius, 2014, p.33)

Em tom de reflexão final, acredita-se que a referida casa de acolhimento tem realizado esforços no sentido do crescimento e reestruturação da casa, dentro dos fatores limitantes que vai encontrando e que é uma Casa com um suporte educacional positivo e que se preocupa efetivamente com as crianças e jovens que acolhe, oferecendo-lhe oportunidades de crescimento. Resta agora continuar a apostar nos pontos forte e dar seguimento aos princípios que o projeto tentou trazer-promover-alterar.

"Estou a fingir que estou a falar de outras pessoas que já não estão connosco, mas estou a falar de nós próprios. Estou a mentir a dizer que estou a falar do passado, mas estou a falar do presente" Mia Couto – *Bebedor de Horizontes*

REFERÊNCIAS

- Almeida, A.N., André, I. & Almeida, H. N. (1999). Sombras e Marcas: os maus tratos às crianças na família. *Análise Social*, 150, 91-121.
- Altoé, S., Silva, M. & Pinheiro, B., (2011). A inconstância dos laços afetivos na vida das crianças e adolescentes abrigados. *Revista de Psicologia Política*, 11(21), 109-122.
- Ander-Egg, E. & Aguilar, M. (1995). *Cómo elaborar un proyecto*. Buenos Aires: Lúmen.
- Baptista, M. (2004). *Percursos de Risco: Abordagem psico-legal ao crescer em Instituição* (Dissertação de Mestrado não publicada). Instituto Superior de Psicologia Aplicada, Lisboa). Consultado em <http://hdl.handle.net/10400.12/972>
- Barbas, L. (2014). *Lar de Infância e Juventude Especializado: O Modelo Terapêutico na Perspetiva dos Jovens e suas Famílias* (Dissertação de Mestrado não publicada)., Instituto Politécnico de Portalegre, Portalegre). Consultada em <https://tinyurl.com/y82ujd9m>
- Batista, S. (2013). *Caraterísticas do Contexto de Acolhimento Residencial e Comportamentos dos Jovens Acolhidos* (Dissertação de Mestrado não publicada). Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade do Porto, Porto. Consultada em https://sigarra.up.pt/reitoria/pt/pub_geral.pub_view?pi_pub_base_id=30256
- Benetti, D. (2012). *Adolescentes em situação de Acolhimento Institucional Prolongado: Análise do Processo de Desligamento* (Dissertação de Mestrado não publicada). Brasil, Universidade Federal de São Carlos). Consultada em <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/3114?show=full>
- Branco, A. (2004). *Auto-motivação*. Coimbra: Quarteto.
- Burman, E. (2009). Desenvolvimento desejado? Contribuições Psicanalíticas para o Antidesenvolvimento Psicológico. *A Peste*, 1 (2), 269-294.
- Byrne, B. (2001). *Structural Equation Modeling with AMOS: Basic Concepts, Applications and Programming*. Lawrence Erlbaum Associates, Inc.
- Callon, M., Lascoumes, P. & Barthe, Y. (2001). *Agir dans un Monde Incertain: essai sur la démocratie technique*. Paris: Seuil

- Candeias, M. & Henriques, H. (2012). *1911/2011: Um Século de Proteção de Crianças e Jovens*. Comunicação apresentada no encontro do III Seminário de I&DT, Portalegre.
- Capucha, L., Pegado, E. & Saleiro, S. (1999). *Definição, Contributos e Precedentes da Avaliação, Metodologias de Avaliação de Intervenções Sociais*. Lisboa: Ministério do Trabalho e da Solidariedade.
- Carvalho, M. (2013). *Sistema Nacional de Acolhimento de Crianças e Jovens*. Fundação Calouste Gulbenkian. Lisboa: Programa Gulbenkian de Desenvolvimento Humano.
- Chaves, C., Lima, F., Mendonça, L., Custódio, I. & Matias, E. (2013). Avaliação do crescimento e desenvolvimento de crianças institucionalizadas. *Revista Brasileira de Enfermagem*, 66 (5), 668-674.
- Cóias, J. (1995). O internamento de menores como medida educativa e terapêutica: Um modelo de intervenção em meio institucional. In Danilo Silva, João Barroso, João Cóias & Roy Costa (Orgs.), *Actas do congresso: Os jovens e a justiça* (pp. 179-196). Lisboa: Associação dos Psicólogos Portugueses.
- Comissão Nacional de Proteção de Crianças e Jovens em Risco (2011). *Guia pergunta-resposta para as Comissões de Proteção de Crianças e Jovens*. Lisboa: Comissão Nacional de Proteção de Crianças e Jovens em Risco.
- Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens (2016). *Avaliação da Atividade das Comissões de Proteção das Crianças e Jovens – 2015*. Lisboa: Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens.
- Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens (2017). *Relatório de avaliação de Atividade das CPCJ – 2016*. Lisboa: Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens (2017).
- Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens (s.d.). *Promoção e proteção dos Direitos das Crianças – Guia de orientações para os profissionais de educação na abordagem de situações de maus tratos ou outras situações de perigo*. Lisboa: Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens.
- Correia, L. & Serrano, A. (2000). *Envolvimento parental em Intervenção precoce – Das práticas centradas na criança às práticas centradas na família*. Porto: Porto Editora.

- Correia, M. (2009). A Observação Participante enquanto Técnica de Investigação. *Pensar Enfermagem*, 13 (2), 30-36.
- Costa, A., Henriques, A., Palaio, C., Bento, C., Tomás, C., Velho, C., ...Pereira, V. (2014). *Direitos da Criança. Experiências de quatro instituições de acolhimento de jovens*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Costa, J., Martins, H., Bento, C. & Henriques, A. (2015). *Intervenção Familiar no Acolhimento Institucional de Crianças e Jovens* (pp. 16-35). Lisboa: fundação Calouste Gulbenkian.
- Cruz, H. & Carvalho, M. (2015). Práticas e Reflexões em Diálogo: intervenção em famílias de jovens em acolhimento em instituição. *Famílias: desafios e práticas no acolhimento de jovens em instituição* (pp. 4-15). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Cruz, M. (2013). *A adoção de crianças mais velhas: espera, transição, adaptação e integração – estudo exploratório* (Dissertação de mestrado não publicada), Universidade do Porto, Porto). Consultada em <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/72448/2/30416.pdf>
- Delgado, A. & Muller, F. (2006). Infâncias, Tempos e Espaços: um diálogo com Manuel Jacinto Sarmiento. *Currículo Sem Fronteiras*, 6 (1), 15-24.
- Delgado, A. & Silva, F. (2012). *Bebês e crianças bem pequenas nas programações do mês da criança: entre a proteção, controle e participação conquistada*. Comunicação apresentada no encontro IX ANPED SUL – Seminário de pesquisa em educação na região Sul, Brasil.
- Despacho conjunto nº891/99, de 19 de outubro. *Diário da República nº 224 – II Série*. Ministério da educação, da Saúde e do Trabalho e da Solidariedade, Lisboa.
- Despacho nº 8392/2007. *Diário da República nº90 – II Série*. Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, Lisboa.
- Despacho nº 9016/2012. *Diário da República nº128 – II Série*. Ministério da Solidariedade e da Segurança Social, Lisboa.
- Dullius, L. (2014). *As imagens sociais sobre jovens em acolhimento institucional: a perspectiva dos profissionais* (Trabalho de conclusão do Curso de Licenciatura em Psicologia não publicado), Universidade Federal do Rio Grande do sul, Brasil). Consultado em: <https://tinyurl.com/ydxjog3>

- Fernandes, N. & Tomás, C. (2011). *Questões conceptuais, metodológicas e éticas na investigação com crianças em Portugal*. Comunicação apresentada no encontro da 10th Conference of the European Sociological Association, Geneva.
- Fernandes, N. & Tomás, C. (2016). Infância, direitos e risco(s): velhos e novos desafios identificados a partir da análise dos relatórios da CNPCJR (2000 e 2010). *Fórum Sociológico*, 2 (29), 21-29.
- Fernandes, N. (2009). *Infância, Direitos e Participação. Representações, Práticas e Poderes*. Porto: Edições Afrontamento.
- Flick, U. (2005). *Métodos Qualitativos na Investigação Científica*. Lisboa: Monitor.
- Franco, V. (2015). *Introdução à Intervenção Precoce no desenvolvimento da criança com a família, na comunidade, em equipe*. Évora: Edições Aloendro.
- Gersão, E. (2000). As novas leis de protecção de crianças e jovens em perigo e de tutela educativa: uma reforma adequada aos dias de hoje. *Infância e Juventude*, 2, 9-48.
- Geyer, R., & Rihani, S. (2010). *Complexity and Public Policy: A New Approach to 21st Century Politics, Policy and Society*. London: Routledge.
- Goffman, E. (1987). *Manicômios, prisões e conventos*. 2^a ed. São Paulo: Perspectiva.
- Gomes, C. & Santos, M. (2012). *Texto de Apoio sobre a Avaliação*. Évora: Universidade de Évora
- Gomes, s. (2012). *Interdisciplinaridade e Relações Interprofissionais – um estudo de caso em equipa de cuidados continuados* (Dissertação de mestrado não publicada), Universidade de Lisboa, Lisboa). Consultada em <https://tinyurl.com/yadnyl4v>
- Grilo, P. (2013a). *A complexidade na intervenção com famílias socialmente vulneráveis: um estudo de caso do CAFAP* (Dissertação de mestrado não publicada, Universidade de Coimbra, Coimbra). Consultada em <https://tinyurl.com/y95styzd>
- Grilo, P. (2013b). A complexidade na intervenção com famílias socialmente vulneráveis. In EAPN Portugal (Ed.), *Manual – Práticas Colaborativas e Positivas na Intervenção Social (pp.6-15)*. Leiria: EAPN Portugal.
- Guerra, I. (2000). *Fundamentos e Processos de Uma Sociologia da Acção: O Planeamento em Ciências Sociais*. Cascais, Principia.
- Guerra, I. (2002a). Cidadania, exclusões e solidariedades. Paradoxos e sentidos das “novas políticas sociais”. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 63, 47-74.

- Guerra, I. (2002b). *Fundamentos e Processos de uma Sociologia de Ação: O planeamento em Ciências Sociais* (2.^a ed.). Cascais: Principia.
- Guerra, I. (2010). *Pesquisa qualitativa e Análise de Conteúdo*. Parede: Principia.
- Guerra, P. (1998). Casos de força menor (A Ilha de Melánie). In Vidal, J. (coordenação). *O Direito de Menores: Reforma ou Revolução?* (pp. 19-26). Lisboa: Edições Cosmos.
- Guerra, P. (2004). *Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo Anotada*. Coimbra: Almedina.
- Hillesheim, B. & Cruz, I. (2008). Risco, Vulnerabilidade e Infância: algumas aproximações. *Psicologia e Sociedade*, 20 (2), 192-199.
- Instituto de Apoio à Criança (s.d.). *Princípios Orientadores*. Consultado em <http://www.iacrianca.pt/index.php/organizacao/principios-orientadores>
- Instituto da Segurança Social (2012). CASA 2011. *Relatório de Caracterização Anual da Situação da Situação de Acolhimento das Crianças e Jovens*. Lisboa: ISS.
- Instituto da Segurança Social (2016). CASA 2015. *Relatório de Caracterização Anual da Situação da Situação de Acolhimento das Crianças e Jovens*. Lisboa: ISS.
- Instituto da Segurança Social (2017). CASA 2016. *Relatório de Caracterização Anual da Situação da Situação de Acolhimento das Crianças e Jovens*. Lisboa: ISS.
- Lapa, M. (2013). *A Participação das Crianças em Intervenção Precoce. Representações Sociais das Técnicas e das Famílias* (Dissertação de Mestrado não publicada). Escola Superior de Educação de Lisboa, Instituto Politécnico de Lisboa, Lisboa). Consultada em <http://hdl.handle.net/10400.21/2925>
- Lapa, M. & Tomás, C. (2015). Participação das crianças em intervenção precoce: representações sociais de técnicas e famílias. *Revista Educação Especial*, 28(52), 459-472.
- Lei 147/99 de 1 de setembro, *Diário da República* nº 206/1999 – Série I A. Lisboa.
- Lei nº 31/2003 de 22 de agosto, *Diário da República* nº 193/2003 – I Série A. Lisboa.
- Lei nº 142/2015 de 8 de setembro, *Diário da República* nº 175/2015 – I Série. Lisboa.
- Lei nº 23/2017 de 23 de maio, *Diário da República* nº 99/2017 – I Série. Lisboa.
- Marques, C. & Cepêda, T. (2009). *Recomendações para a Prática Clínica da Saúde Mental Infantil e Juvenil nos Cuidados Primários*. Lisboa: Coordenação Nacional para a Saúde Mental.
- Martins, B. S. & Fontes, F. (orgs.) (2016), *Deficiência e emancipação social: Para uma crise da normalidade*. Coimbra: Edições Almedina.

- Martins, P. (2004). *Protecção de Crianças e Jovens em Itinerários de Risco – representações sociais, modos e espaços* (Tese de Doutoramento não publicada). Universidade do Minho, Braga. Consultada em <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/3238>
- Martins, P. C. (2005). *A Qualidade dos Serviços de Protecção às Crianças e Jovens – As Respostas Institucionais*. Comunicação apresentada no VI Encontro Cidade Solidária: Crianças em risco: será possível converter o risco em oportunidade?, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.
- Martins, P. C. (2015). Depois do entretanto: o acolhimento institucional como lugar de passagem de trajetórias de vida complexa. In P. Guerra (Ed.) *Intervenção em Sede de Promoção e Protecção de Crianças e Jovens* (pp.129 – 151). Lisboa: Centro de Estudos Judiciários.
- McWilliam, P., Winton, P. & Crais, E. (2003). *Estratégias Práticas para a Intervenção Precoce Centrada na Família*. Porto: Porto Editora
- Mendes, L. (2012). *Construção de Boas Práticas em Intervenção Precoce* (Dissertação de mestrado, Instituto Superior de Educação e Ciências, Lisboa). Consultada em <https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/10733/1/Fim.pdf>
- Mendes, T. & Santos, P. (2014). *Acolhimento de Crianças e Jovens em Perigo*. Lisboa: Climepsi Editores.
- Monteiro, A. (2002). *A revolução dos direitos da criança*. Porto: Campo das Letras.
- Monteiro, L. (2006). *Educação e Direitos da Criança: Perspectiva Histórica e Desafios Pedagógicos* (Dissertação de mestrado não publicada). Universidade do Minho, Braga). Consultada em <https://tinyurl.com/y9mz9f5p>
- Morgado, A., Dias, M. & Paixão, M. (2013). *O desenvolvimento da socialização e do papel da família, Análise Psicológica*, 2 (31), 129-144.
- Pais, M. (2012). *Delinquência juvenil: As consequências de ausência de vínculos familiares na adopção de comportamentos desviantes* (Monografia de Licenciatura não publicada). Universidade do Porto, Porto. Consultada em http://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/3362/3/T_21283.pdf
- Paiva, C. (2013). *Qualidade de vida das Famílias apoiadas por Intervenção Precoce: identificação de fatores mais valorizados pelas famílias* (Dissertação de mestrado não publicada). Escola Superior de Educação de Lisboa, Lisboa. Consultada em <http://repositorio.ipl.pt/handle/10400.21/3123>

- Pedroso, J., Casaleiro, P. & Branco, P. (2011). A odisseia da transformação do Direito da Família (1974-2010): um contributo da sociologia política do direito. *Revista Sociologia - FLUP*, 22, 219-238.
- Pereira, A. & Serrano, A. (2010). Intervenção Precoce em Portugal Evidências e Consequências. *Inclusão*, 10, 101-120.
- Portugal, S. (2007). Contributos para uma discussão do conceito de rede na teoria sociológica. *Oficina do CES*, 271, 2-36.
- Ramos, T. (2008). *A Intervenção na criança/jovem em risco – um percurso a construir* (Dissertação de Mestrado não publicada). Universidade do Porto, Porto. Consultada em <https://tinyurl.com/y7fyvo4l>
- Richards, M. (1983). *A integração da criança no mundo social*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Robertis, C. (2011). *Metodologia da Intervenção em Trabalho Social*. Porto: Porto Editora.
- Rodrigues, A.C. (1998). Breves perspectivas sobre a protecção dos menores no plano da intervenção judiciária. In J. Vidal (coordenação). *O Direito de Menores: Reforma ou Revolução?* (pp. 155-165). Lisboa: Edições Cosmos.
- Sá, S. & Rabinovich, E. (2006). Compreendendo a família da criança com Deficiência Física. *Revista Brasileira Desenvolvimento Humano* 16(1), 68-84.
- Sampaio, F. & Geraldês, S. (2006). Necessidades das Famílias de Crianças com Deficiência: Um estudo com a escala Family Needs Survey. *Revista da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais*, 3, 277-287.
- Santos, B. S. (1987). *Um Discurso sobre as Ciências*. Porto: Afrontamento.
- Santos, B.S. (2001). Por que pensar? *Lua Nova*. 51, 12-42.
- Santos, H. (2012). Da Objetividade a Objetivação: Conceitos, Categorias e Significados. *Estatística e Sociedade*, (2), 97-111.
- Sarmiento, M. (2003). As culturas da infância nas encruzilhadas da segunda modernidade. In: M. J. Sarmiento, & A. B. Cerisara (Orgs.), *Crianças e miúdos, perspectivas sociopedagógicas da infância e educação* (pp. 9-34). Porto: ASA.
- Sarmiento, M., Fernandes, N. & Tomás, C. (2007). Políticas Públicas e Participação Infantil. *Educação, Sociedade & Culturas*, 25, 183-206.
- Serrano, A. (2007). Rede Sociais de Apoio e sua Relevância para a Intervenção Precoce. Coleção Educação Especial. Porto, Porto Editora.

- Serrano, A., e Pereira, P. (2007). Parâmetros recomendados para a qualidade da avaliação em Intervenção Precoce. *Revista Educação Especial*, 24 (40), 163-180.
- Siqueira, A., Zoltowski, A., Giordani, J., Otero, T. & Dell'Aglio, D. (2010). Processo de reinserção familiar: estudo de casos de adolescentes que viveram em instituição de abrigo. *Estudos de Psicologia*, 15 (1), 07-15.
- Soares, N. (2006). A investigação participativa no grupo social da infância. *Currículo sem Fronteiras*, 6 (1), 25-40.
- Soares, N., Sarmiento, M. & Tomás, C. (2005). Investigação da Infância e Crianças como Investigadores: Metodologias Participativas dos mundos Sociais das Crianças. *Nuances: estudos sobre educação – ano XI*, 12 (13), 49-64.
- Tegethof, M. (2007). *Estudo sobre a Intervenção Precoce em Portugal. Ideias dos Especialistas, dos Profissionais e das Famílias* (Dissertação de Doutoramento não publicada) Universidade do Porto, Porto. Consultada em <http://repositorio.ispa.pt/handle/10400.12/47>
- Tomás, C. (2008). A investigação sociológica com crianças: caminhos, fronteiras e travessias. In L. R. Castro & V. L. Besset (orgs.), *Pesquisa-intervenção na infância e juventude* (pp. 387-408). Rio de Janeiro: Trarepa/FAPERJ
- Tomás, C. (2011). *“Há muitos mundos no mundo”: Cosmopolitismo, participação e direitos da criança*. Porto: Edições Afrontamento.
- Tomás, C. Tomás, C. (2017). *Tempos e contratempos dos direitos das crianças e jovens em acolhimento residencial*. Comunicação apresentada no encontro ICCA 2017 1st International Conference on Childhood and Adolescence, Porto.
- Tomé, M. (2010). A Cidadania Infantil na Primeira República e a Tutoria da Infância. A Criação da Tutoria de Coimbra e do Refúgio Anexo. *Revista da História da Sociedade e da Cultura*, 2 (10), 481-500
- Trindade, F. (2004). *Dificuldades Encontradas pelos Pais de Crianças Especiais* (Monografia de Licenciatura, Faculdade de Ciências da Saúde, Brasília). Consultada em <http://repositorio.uniceub.br/handle/123456789/2839>
- UNICEF, (s.d.) Convenção dos Direitos da Criança. Consultado em https://www.unicef.pt/docs/pdf_publicacoes/convencao_direitos_crianca2004.pdf
- Vieira, F. & Fragoso, I. (2006). *Morfologia e Crescimento*. Cruz Quebrada: Faculdade de Motricidade Humana.

Wessells, M. (2015). Bottom-up approaches to strengthening child protection systems: Placing children, families, and communities at the center. *Child Abuse & Neglct*, 43, 8-21.